

Semanário

Director:  
António Dias Lourenço

Ano 58 - Série VII - N.º 757  
30 de Junho de 1988  
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português - Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX - Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 - Composição e impressão - Heska Portuguesa - Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

## TRABALHADORES EM LUTA

# REFORMA AGRÁRIA PROTESTA EM LISBOA

Milhares de trabalhadores da Reforma Agrária marcharam para a capital e concentraram-se frente à Assembleia da República onde disseram Não à «lei do latifúndio»

Págs. 1 e 4/Semana



## BANCÁRIOS ADEREM EM MASSA À GREVE NACIONAL

Muitos estabelecimentos bancários não tiveram outro remédio, na passada segunda-feira: encerraram as portas. Na greve dos trabalhadores da banca, a adesão situou-se entre os 80 e os 95 por cento e abrangeu 60 mil bancários.



Págs. 1 e 2/Semana



Aspecto geral da XIX Conferência do PCUS (Telefoto Lusa)

## XIX Conferência Nacional do PCUS «Aprofundar e tornar irreversível a renovação revolucionária»

- Saudação do PCP à Conferência Pág. 14/Semana
- Resumo do discurso de M. Gorbatchov Pág. 15/Semana
- Reportagem Pág. 16/Semana

## Intensa actividade do PCP

- Encontro sobre Desenvolvimento Cultural Págs. 1, 2, 3/Em Foco
- 1.º Encontro Nacional do Sector Automóvel Pág. 10/Semana
- Encontro do Sector Metalúrgico do Porto Págs. 8/9/Semana
- As festas do Partido

### Em Foco

## Cimeira dos Sete

— a perspectiva dos credores

Págs. 4/5/Em Foco

## Terceiro Mundo

— a dívida é impagável

Pág. 6/Em Foco



## Álvaro Cunhal

no Laranjeiro  
e no Pinhal Novo

- O secretário-geral do PCP intervirá no domingo nos comícios da Festa da Amizade (Laranjeiro/Almada, 18.30 horas) e da Festa Amiga (Pinhal Novo, 21 horas).



## Nota do Secretariado do CC do PCP

- Andamento dos trabalhos preparatórios do XII Congresso: Comissão de Programa; Comissão para a revisão dos Estatutos; composição do novo Comité Central
- Crítica às actividades de natureza fraccional

## Razões de confiança

**Q**uando um jornal — como é o caso do «Avante!» — conta já algumas dezenas de anos de vida e se constitui não apenas como um reflexo da realidade em que vive, mas como uma peça mesma dessa realidade, pode perdoar-se-lhe que na sua própria experiência encontre factos e referências.

Muitos se lembrarão seguramente de quantas vezes no passado as notas officiosas da PIDE salazarista declararam «extinto» o «Avante!». Assaltada uma tipografia clandestina, presos e torturados os tipógrafos clandestinos, a repressão apressava-se a tomar os desejos por realidades e descia a terreiro proclamando que definitivamente destruíra e calara a voz do PCP.

Durante mais de trinta anos o episódio várias vezes se repetiu: feito o anúncio, publicada a nota, passavam-se dias, talvez algumas semanas e, aqui e ali, nas fábricas e nas caixas do correio, de mão em mão, o «Avante!» reaparecia, negando a apressada certidão de óbito policial.

Pouco inventiva imagem dirá que, qual fénix renascida das cinzas, ele aí estava de novo! Mas a imagem é, além de pouco imaginativa, falsa: é que não havia cinzas, não havia fénix, havia apenas homens, o seu trabalho, a sua luta jamais esmagada.

Havia comunistas e o seu Partido.

**D**o 25 de Abril para cá, outras notas e outras análises têm proclamado outras certidões de óbito. Mas ambiciosas, estas referem-se já não apenas ao «Avante!», mas ao próprio Partido. Ao longo de vicissitudes várias, em semanas seguintes a eleições ou a duras lutas destes catorze anos, muitas vezes se tem dito que o PCP entrara em definitivo declínio. Os adjectivos mudam, as causas e as consequências invocadas igualmente se transformam e conta-se acima de tudo com a má memória que faz esquecer a anterior previsão obituária negada pelos factos.

**J**á se proclamou, por exemplo, a decadência imparável dos comunistas no sector sindical, a quebra da sua influência, a redução da sua base de apoio.

Difícil é porém enquadrar em tal afirmação, seja a confirmada actuação dos comunistas na poderosa CGTP-IN, sejam os numerosos factos significativos da vida sindical, como é a evolução verificada recentemente no importante sector dos trabalhadores bancários.

Sabe-se que desde sempre os comunistas intervieram decididamente na vida do Sindicato dos Bancários, pese embora a sua frontal discordância e condenação das orientações que impostas por sucessivas direcções publicamente ligadas ao PS e ao PSD. Os comunistas combateram o papel desempenhado pelo sindicato dos Bancários na

criação da UGT e combateram posturas capitulacionistas em termos reivindicativos e de política geral — como foi muito especialmente o caso da abertura de bancos privados.

Durante anos, os comunistas bateram-se acima de tudo pela unidade. E a unidade triunfou, o quadro sindical foi significativamente alterado pela eleição de uma direcção de características inteiramente novas. As mudanças fazem-se desde já sentir e a greve seguida a 85% nos 1200 balcões do País na passada segunda-feira é uma demonstração eloquente de que não é no sentido da capitulação que se move o mundo do trabalho, não é no sentido da perda de influência dos comunistas que progride o movimento sindical.

**T**em-se igualmente proclamado que definitivamente o PCP recua na sua influência junto dos sectores intelectuais, que se afastam do Partido e do marxismo-leninismo os que trabalham e criam no mundo da arte e das ideias.

Para estranhar seria que, no felizmente agitado mundo do pensamento contemporâneo, também entre os comunistas, entre eles e os seus aliados, entre eles e os seus adversários não fervilhasse o debate, não surgisse a discordância, não se trocassem ideias e discutissem propostas. O contrário seria, isso sim, prova de estiolamento e declínio.

Quem participou no Encontro sobre o Desenvolvimento Cultural, promovido no passado fim-de-semana pela DORL do PCP sob o lema «Mais cultura, mais democracia» terá seguramente tido oportunidade de confrontar a realidade do debate interno dos comunistas no campo da cultura com os agoiros sucessivamente proclamados — e sucessivamente desmentidos.

**P**orque o PCP foi a única força política portuguesa que clara e fundamentadamente se opôs à integração de Portugal na CEE, proclamou-se que a adesão constituía o toque a finados dos comunistas portugueses, predizendo-se-lhes um futuro sombrio no seio das novas realidades criadas.

O PCP fora na verdade a única força política que atenta e sistematicamente estudara as consequências do processo de integração e denunciara os riscos e prejuízos que dela adviriam para a nossa economia, para a nossa realidade política e social, para a própria independência nacional.

Mas apressaram-se os que supuseram que, consagrada a adesão, ficaria o PCP desarmado e sem resposta para os novos problemas criados. De novo se verifica que o papel dos comunistas na sociedade portuguesa é insubstituível e, enquanto a actuação europeia das forças políticas da direita se caracteriza pelo amadorismo, pela subserviência e

pelo oportunismo, os comunistas afirmam-se (seja através dos seus deputados no Parlamento Europeu e noutras instâncias da CEE, seja na sua actividade quotidiana) os únicos que prosseguem um cuidado trabalho de análise dos problemas, de estabelecimento de propostas, de definição de orientações que sirvam o povo e o País.

Um passo importante foi já dado com o Encontro do PCP sobre a CEE, mas o trabalho prossegue: no passado fim-de-semana foi a vez do Encontro sobre o Sector Automóvel, promovido pelo Partido, ter estudado a situação neste campo da actividade económica nacional, dele tendo saído conclusões para as quais todos quanto a ele se encontram ligados seguramente não encontram alternativa no papaguear propagandístico e demagógico que caracteriza o discurso oficial sobre a integração europeia.

**T**ambém se tem dito que dez anos de brutal e criminosa ofensiva contra a Reforma Agrária determinou já o desaparecimento da mais bela conquista da Revolução de Abril. Mais se acrescenta que tal situação igualmente afecta a capacidade de intervenção dos comunistas nas regiões do Sul do País, que a disposição de luta dos trabalhadores alentejanos e ribatejanos quebrou, à força de roubos de terras, gados e alfaias, à força de espancamentos de forças repressivas, à força de miséria e desemprego.

De tudo isto, é verdade que dez anos de brutal e criminosa ofensiva contra a Reforma Agrária reduziram brutalmente a área das terras que a Revolução de Abril pusera ao serviço dos trabalhadores e do País, desencadearam no Alentejo e no Ribatejo de novo os flagelos do desemprego, da fome, da insegurança.

Mas para os que pensaram e anunciaram que de tudo isso saíra também a capitulação dos trabalhadores da Reforma Agrária, os últimos dias constituíram seguramene uma amarga lição.

As caras tismadas pelo trabalho nos campos, os braços feitos ao labor da terra, a determinação jamais rendida de homens e mulheres cuja luta atravessa gerações da História portuguesa vieram desses campos, que definitivamente o governo de Cavaco Silva quer entregar aos agrários, até Lisboa afirmar o seu protesto contra este crime insistido.

Vieram até Lisboa onde contam com amigos e companheiros de luta. Encontraram-nos nas estradas que percorreram, encontraram-nos aqui nas ruas da capital, encontraram-nos no próprio Parlamento onde os deputados comunistas dão voz às aspirações e anseios dos trabalhadores e dos democratas.

# Resumo

22

Quarta-feira

O Partido Socialista apresenta na Assembleia da República projecto de lei que visa abrir ao sector privado a produção de gás, transportes ferroviários, transportes aéreos internos e a petroquímica de base ■ Parte para Lisboa em visita oficial o governador de Macau, Carlos Melancia, para avistar-se com o Presidente da República e com o Governo ■ É assinado em Lisboa um acordo tripartido sobre a barragem de Cabora Bassa, entre Moçambique, a África do Sul e Portugal ■ A Federação Portuguesa do Comércio, Escritórios e Serviços decide exigir a semana de 40 horas ■ Em Madrid, a direcção-geral de alfândegas revela que aumentou o défice comercial de Portugal com a Espanha, tendo registado em Maio passado um défice desfavorável a Portugal no valor de mais de 15 mil milhões de pesetas ■ O presidente francês, François Mitterrand, aceita o pedido de demissão do governo socialista de Michel Rocard ■ Du Moi, membro do Bureau Político do CC do Partido Comunista do Vietname, é eleito em Hanoi para o cargo de primeiro-ministro ■ As Forças Armadas do Afeganistão revelam ter eliminado 1200 terroristas desde a retirada das tropas soviéticas ■ Os ministros dos Negócios Estrangeiros dos cinco países da América Central iniciam em Tegucigalpa dois dias de conversações de paz.

nanças uma proposta do Governo destinada a emitir empréstimos a três empresas públicas, no valor de 170 milhões de contos ■ A Comissão dos Assuntos Políticos do Parlamento Europeu aprova relatório sobre Timor-Leste que afirma continuarem a ser violados no território os direitos do homem ■ Tem início na FIL o seminário internacional promovido pela Associação dos Arquitectos Portugueses que debate a «Renovação Urbana nas Zonas Ribeirinhas» ■ O Bairro do Castelo ganha o 1.º Prémio das Marchas de Lisboa ■ Três reservatórios de gasolina explodem no México, matando pelo menos 12 pessoas ■ O antigo primeiro-ministro socialista francês, Laurent Fabius, é eleito presidente da Assembleia Nacional com a maioria dos votos, contando à segunda volta com o apoio dos comunistas ■ Em viagem particular, o presidente da República de Itália visita Portugal, sendo recebido por Mário Soares ■ Bruno Straub, vice-presidente da Academia das Ciências da Hungria, é eleito para o cargo de chefe de Estado daquele país.



25

Sábado

Termina no Cairo o encontro quadripartido sobre a África Austral, que reuniu as delegações de Angola, Cuba, África do Sul e Estados Unidos ■ A Holanda ganha a final do Campeonato da Europa de Futebol ■ O Encontro do PCP sobre Desenvolvimento Cultural decorre no Forum Picoas, promovido pela Organização Regional de Lisboa ■ É assinado no Luxemburgo um acordo de cooperação entre a CEE e o COMECON ■ Mais oito diplomatas canadianos são expulsos da URSS, em resposta à expulsão dos 25 soviéticos pelo Canadá ■ Explode na capital paquistanesa uma bomba que mata 13 pessoas e fere outras quatro.

26

Domingo



Trabalhadores da Reforma Agrária iniciam marcha para Lisboa, protestando contra a restauração dos latifúndios pretendida por projecto governamental ■ Um «Airbus» despenha-se em França causando a morte a três pessoas e ferimentos graves em cerca de outras vinte ■ O primeiro-ministro francês, Michel Rocard, anuncia em Paris a assinatura de um acordo sobre a Nova Caledónia ■ Termina nas Nações Unidas a terceira sessão especial sobre desarmamento, após um mês de debates que não se concluíram por algum acordo ■ Abre em Veneza a 43.ª Bienal de Arte, com a participação de 86 artistas de 25 países.

23

Quinta-feira



Activistas sindicais do Sector Empresarial do Estado concentraram-se em frente da Assembleia da República protestando contra os projectos governamentais de privatização ■ Trabalhadores da Setenave paralisam a quase 100 por cento e concentram-se junto ao Ministério da Indústria protestando contra a situação que a empresa vive actualmente ■ O Governo e a empresa Casino-Hotel de Tróia assinam contrato de concessão por 25 anos para a zona de jogo ■ A Câmara do Porto galardoa 44 personalidades e instituições, atribuindo medalha de honra a Virgínia Moura ■ Um desabamento de terras mata pelo menos cento e cinquenta pessoas numa aldeia da Turquia ■ A «jornada de ataques contra os meios de produção sionistas» nos territórios ocupados desencadeia greve geral, incêndios e o corte de energia às principais cidades de Israel ■ A União Soviética ordena a expulsão de dois diplomatas canadianos, respondendo à expulsão de 17 diplomatas soviéticos do Canadá.

24

Sexta-feira

A Assembleia da República remete para a Comissão de Economia e Fi-

27

Segunda-feira

A greve nacional dos bancários regista uma adesão de cerca de 85 por cento dos trabalhadores, tendo encerrado a maioria dos balcões em todo o País ■ Dois operários encontram a morte na explosão de um depósito de



resíduos de fuel, em Sines, tendo três outros trabalhadores ficado feridos ■ A marcha da Reforma Agrária, formada por duas colunas, converge para a capital, chegando às portas de Lisboa ■ Delegações do PS e do PRD reúnem-se para debater a revisão constitucional ■ O ministro da Indústria e Energia anuncia a passagem da Petrogal a sociedade anónima, durante a sessão de posse do novo Conselho de Gerência da empresa ■ Choque de comboios em Paris causa a morte de uma dezena de pessoas e ferimentos em muitas outras ■ Combatentes da Frente Moro, das Filipinas atacam a central eléctrica que fornece energia à quinta maior ilha do país, privando a região de electricidade.

28

Terça-feira

Trabalhadores da Reforma Agrária concentram-se junto da Assembleia da República em protesto contra a «Lei dos Latifúndios» em debate no Parlamento ■ Cavaco Silva afirma em Hannover, no final da Cimeira dos Chefes de Estado e Governo da CEE, que o estudo comparativo das legislações laborais dos Estados membros, que encomendou, vai indicar que «a legislação laboral portuguesa penaliza as empresas portuguesas face às dos restantes países da CEE» ■ O PS envia uma carta ao PSD propondo «a realização urgente» de uma reunião de líderes para fazer avançar o processo de revisão constitucional ■ Freitas do Amaral queixa-se ao Presidente da República da discriminação que o Governo exerce sobre as autarquias que não pertencem ao PSD ■ O PCP divulga uma nota sobre o andamento dos trabalhos preparatórios do XII Congresso e de crítica às actividades de natureza fraccional ■ Termina a cimeira presidencial dos cinco países africanos de Língua oficial portuguesa, em Bissau ■ Abre em Moscovo, com o discurso do secretário-geral, Mikhail Gorbatchov, a XIX Conferência do Partido Comunista da União Soviética.



Que o socialismo morrera, que o marxismo falhara, que nada havia a aprender com o campo socialista é outra das conclusões funéreas que durante décadas tem entretido muito comentador de direita — e não só...

Também aqui não há novidade e o «definitivo afundamento da União Soviética» tem sido anunciado em todas as décadas que se sucederam a 1917. Foi dado como inevitável face à guerra de agressão desencadeada contra o primeiro Estado socialista logo nos primeiros tempos da sua existência, foi declarada nos anos 20 quando o isolamento e os boicotes do imperialismo devastaram o país dos soviéticos e o seu povo teve de lutar contra a fome e vencê-la, foi declarado nos anos 30 e 40 quando a besta nazi-fascista fez pagar com 20 milhões de mortos a defesa da Pátria do socialismo.

Checoslováquia, Afeganistão, Polónia e tantos outros problemas têm sido alinhados para «provar» o inevitável declínio...

Mas...

Mas, a verdade é que, nestes dias que correm, nestes dias em que alguns anunciaram se estaria a gravar as letras do epitáfio do socialismo, os olhos do mundo encontram-se esperançada e interessadamente fixados — em Moscovo!

O socialismo e a União Soviética dão uma das mais vigorosas provas de vitalidade, de capacidade de criação e renovação, de coragem e audácia que a vida dos povos e dos Estados jamais conheceu.

A 19.ª Conferência do PCUS que segunda-feira se iniciou em Moscovo é mais um importante e decisivo passo num processo que pulverizou estereótipos e mitos criados pelo anticomunismo, que rasga corajosamente novos horizontes, enfrenta problemas e busca soluções de uma forma que para toda a humanidade constitui um factor de entusiasmo e confiança.

O marxismo-leninismo revela a sua vitalidade, a sua capacidade criadora, a sua eficácia enquanto instrumento de trabalho para modificar e melhorar a vida.

São, de facto, muitas fénix que renascem das cinzas... Das cinzas a que disseram estar reduzidas os arautos do desespero e do passado!

Mas, de facto, na luta, nos sindicatos, no estudo, no empenhamento partidário, no aprofundamento dos problemas, nesta realidade que é a nossa, não há cinzas. Nem, aliás, há fénix...

Há homens, o seu trabalho, a sua luta jamais esmagada.

Há comunistas e o seu Partido.

**Avante!**  
Proletários de todos os países UNÍ-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa  
CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa  
CODEX  
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:  
Av. Santos Dumont, 57-3.º  
- 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:  
CDL, Central Distribuidora Livreira,  
SARL, Serviços Centrais: Av.  
Santos Dumont, 57 - 2.º -  
1000 Lisboa  
Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa  
Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora:  
Alarcova de Baixo, 13 - 7000 Évora  
Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro:  
Rua 1.º de Dezembro, 24 -  
8000 Faro  
Tel. 24417

Delegação do Norte  
Centro Distribuidor do Porto:  
R. Miguel Bombarda, 578 -  
4000 Porto  
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:  
Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra  
Tel. 28394

ASSINATURAS:  
Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º  
- 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:  
R. João de Deus, 24 - Venda Nova  
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:  
Alameda St.º António dos Capuchos,  
6-B - 1100 Lisboa. Tel.  
77 69 36/77 67 50  
Porto - Rua do Almada, 18-2.º,  
Esq.º  
- 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heska Portuguesa - R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/88

Tragem média do mês de Maio: 27 120 exemplares

## Bancários uma greve para vencer

Predestinada ao êxito pela unidade e o índice de adesão nacional que demonstrou, a greve dos bancários na passada segunda-feira, além dos objectivos sindicais anunciados, tem subjacente a ofensiva geral do Governo contra o capital público bancário e os postos de trabalho do sector. A greve, que surpreendeu pela adesão (80 a 85 por cento no Sul e Ilhas; 92 a 95 por cento na região Centro; e 80 por cento no Norte) abrangeu 60 mil trabalhadores, excedeu as expectativas dos próprios sindicalistas e, não havendo resposta da parte dos gestores, repetir-se-á nos próximos dias 5 e 6 de Julho.

Já aqui mencionámos, na semana passada, os motivos principais da forma de luta adoptada pelos três sindicatos dos bancários existentes no País. Devemos, no entanto, sublinhar que, além das reivindicações de 13,9 por cento de aumentos salariais (para um período de 18 meses), a manutenção das regalias sociais, a garantia de emprego e o direito à negociação, as organizações representativas dos bancários portugueses (sindicatos e comissões de trabalhadores) condenam as tentativas do Governo para provocar a «instabilidade no sector».

Trata-se assim de reivindicações não limitadas a garantias contratuais. Os objectivos da greve abrangem também e sobremaneira a defesa intransigente da banca nacionalizada, o seu desenvolvimento de acordo com as exigências actuais, derivadas da concorrência e das novas tecnologias, sem perda de postos de trabalho.

(Ver pág. 2)



A falta de informação (na TV, designadamente) surpreendeu alguns clientes

Para dizer não à «lei do latifúndio»

## Reforma Agrária marcha para Lisboa



A Reforma Agrária marchou para Lisboa, concentrando-se frente à Assembleia da República para dizer «Não» à «Lei do latifúndio» que o Governo quer impor, inconstitucionalmente (reportagem na página 4 deste caderno)

## CP do Cobre

### Paralisações abrangeram mais de 700 trabalhadores

Numa fase da luta que deve terminar hoje, mais de 700 trabalhadores da Companhia Portuguesa do Cobre paralisam o trabalho duas horas por dia, desde segunda-feira, contra a «política salarial discriminatória» da direcção da empresa, CPC.

Em dois períodos de uma hora em cada turno, com adesão praticamente a 100 por cento, segundo informações recolhidas no primeiro dia da greve junto do Sindicato dos Metalúrgicos (STIMM), os trabalhadores da CPC, empresa metalúrgica com sede na estrada da circunvalação no Porto, conduzem esta luta para que a direcção da empresa altere a sua política salarial. O recurso às paralisações vem no seguimento de outras formas de resolver o conflito, sem resultados.

O STIMM do Porto explica que os trabalhadores da produção da CPC, «ainda não há muito tempo», recebiam salários que se situavam 40 por

cento acima dos mínimos contratuais. Hoje, auferem remunerações que não ultrapassam os 19 por cento, «relativamente às previstas no CCTV (contrato colectivo de trabalho vertical) da metalurgia».

As paralisações foram antecedidas de uma reunião de quatro horas entre uma delegação de trabalhadores eleita em plenário e um representante da direcção da CPC.

Ainda segundo o STIMM do Porto, a reunião efectuou-se «sem quaisquer resultados práticos», em 22 do corrente.

Para amanhã, dia 1 de Julho, está marcado novo plenário de trabalhadores. As para-

lisações, ou outras formas de luta, certamente continuarão, se a direcção da empresa não alterar as suas posições.

Diz o Sindicato STIMM que os 700 trabalhadores da CPC analisarão, nesse dia, novamente o problema e darão uma conferência de imprensa.

Para já, isto é, no início das paralisações, segunda-feira passada, os trabalhadores continuavam sem qualquer resposta satisfatória da parte da empresa. Por isso desencadearam a greve na madrugada de 27.

Ainda de acordo com o STIMM, contactado na passada segunda-feira, «as chefias da empresa auferem ordenados que ultrapassam em 60 a 70 contos os mínimos contratuais, realidade que desagrada à maioria dos trabalhadores».

Novo impulso a esse desagrado veio de declarações pú-

blicas de António Taveira a um jornal do Porto. Disse este engenheiro que «os metalúrgicos portugueses são dos mais mal pagos da Europa», e que a CPC tem conseguido «grandes lucros de exploração».

Recorde-se que os trabalhadores da CPC deram um prazo até à passada segunda-feira (a reunião que efectuaram com a direcção da empresa decorreu cinco dias antes) para receberem uma «resposta positiva», que não chegou.

Recorde-se, ainda segundo o STIMM do Porto, que, além das declarações públicas que proferiu, o eng. António Taveira, presidente da direcção da CPC, autorizou aumentos das chefias em Março findo, agravando desse modo o descontentamento dos trabalhadores e fomentando o recurso à greve.

**Evolução da conjuntura económica em 1987**  
**Perspectivas para 1988**

Um artigo  
no n.º 157 de

*O Militante*

Preço 50\$00

**À VENDA**

A correspondência das figuras públicas sempre animou a cena política que serve de pano de fundo aos meandros do poder.

Cá pelo burgo, tempos houve em que as cartas estiveram na moda, para desabafo dos políticos, prestígio dos correios e distração da plebe. Mudaram-se os tempos e as cartas caíram em desuso, preteridas em favor de negociatas de gabinete, muito menos espectaculares mas muito mais rentosas, a coberto do sigilo que portas a dentro se consegue. Porém, o hábito não se perdeu de todo. De tempos a tempos, às vezes quando menos se espera, eis que surge uma carta, convenientemente pública, em que se levanta uma ponta do véu quase como um convite à curiosidade popular.

É assim como que uma espécie de recado, uma manifestação de intenções, cujo objectivo último na maior parte dos casos é a afirmação disfarçada de uma transparência duvidosa.

Quase como diz: estão a ver, não escondemos nada a ninguém.

Foi o que aconteceu agora, com a carta do PS ao PSD a propósito da revisão constitucional. Ainda as azedas críticas de Cavaco Silva à oposição ecoavam no Coliseu; ainda as indignas reacções — as legítimas e as outras — pairavam pela imprensa, e eis que surge a carta pública de Vítor a Aníbal, de Constâncio a Cavaco.

Numa espécie de acto de contricção, escreve o primeiro que é tempo de se discutirem «propostas de compromissos mútuos que são indispensáveis para a concretização da revisão constitucional».

Quase como quem pede desculpa, escreve o Vítor «que não há justificação para outras reuniões entre delegações do PS e do PSD que não envolva os líderes partidários».

À laia de quem oferece um rebufado, escreve o Constâncio que o PS «quer a revisão e entende que ela é essencial à eliminação de incertezas que dificultam a plena adaptação da sociedade e da economia para vencer os desafios de modernização que nos coloca o horizonte de 1992».

Tudo isto, repare-se, vindo a público em simultâneo com as declarações de Cavaco em Hanover, onde o destinatário da carta fez saber ter encomendado um estudo comparativo das legislações laborais dos Estados membros da CEE que, garante, «vai indicar, certamente, que a legislação laboral portuguesa penaliza as empresas portuguesas, face às dos restantes países da CEE».

Coincidências, está visto. Como coincidências são as esperanças de Cavaco em que tal estudo «contribua para a alteração das mentalidades nos partidos portugueses mais retrógrados».

Tal como Cavaco sabe antecipadamente as respostas, também Constâncio, que recusa o retrógrado, se antecipa a elas mudando as mentalidades.

E aí está a carta a demonstrá-lo, numa espécie de confessada incompreensão das incompreensões que até aqui têm dividido os que — implicitamente se afirma — estão condenados a entender-se.

É tudo uma questão de exigir aqui, ceder acolá, ó Aníbal então, ó Vítor tenha paciência, e entre cartas e gabinetes tudo se concerta.

Como mandam os costumes, se Constâncio escreveu a Cavaco, Cavaco há-de escrever a Constâncio. Têm os CTT motivos de sobra para se sentirem satisfeitos, assim enobrecidos com tão importante correspondência.

E antes que o decoro — e as conveniências — os façam recolher ao aconchego sigiloso dos gabinetes, lá vai vingando a máxima postal: Não vá, escreva!

■ A.F.

### Trabalhadores

## Banca - A maioria fechou

A maioria da banca nacionalizada fechou na passada segunda-feira, porque os bancários não aceitam aumentos salariais de 5 por cento para um período de 12 meses, não aceitam que sejam postas em xeque as garantias que conquistaram.

Os bancários recusam a integração no regime geral da Segurança Social e a destruição dos seus serviços de assistência médica e medicamentosa (SAMS).

Nas declarações públicas que fizeram, os dirigentes sindicais dos Bancários do Norte, Centro e Sul e Ilhas destacaram o facto de a percentagem de adesão à greve de 27 ter sido superior à da greve geral de Março contra o pacote laboral. Salientaram ainda a «solidariedade e compreensão das chefias», o que demonstra a comunhão de interesses que determinou o recurso à greve com quase total adesão.

Dos mais de 1200 balcões do Sul e Ilhas encerraram cerca de 85 por cento. Entre os 45 mil bancários desta zona aderiram à greve de



A greve atingiu as principais instituições de crédito

segunda-feira mais de 80 por cento. O mesmo sucedeu na Região Autónoma dos Açores.

Em Coimbra apenas abriram cinco balcões, tendo fechado 23. Em Viseu, fecharam 14 dos 15 balcões existentes. Na Guarda, só não fechou um no total de 12. Em Leiria, encerraram 12 dos 14 balcões existentes.

Na zona Norte não abriram 75 por cento dos balcões na área coberta pelo Sindicato (SBN).

Na baixa do Porto, algumas instituições abriram, mas não efectuaram operações.

No Porto, houve ordens para transferir trabalhadores de umas dependências para

outras. Mas, segundo o SBN, algumas dessas ordens não foram acatadas.

O prosseguimento da luta está previsto para os próximos dias 5 e 6 de Julho, se se mantiverem as condições que determinaram a greve de segunda-feira, com o recurso a paralisações de 24 horas por todo o País.

## Sumário sindical

**FESHOT** — A Federação dos Sindicatos da Hotelaria e Turismo de Portugal, que acaba de assinar com o conselho de administração da Enatur «um aumento da massa salarial de apenas 9 por cento», conseguiu que sessenta trabalhadores contratados a prazo pela empresa passassem a efectivos. A reivindicação sindical dizia respeito a cem trabalhadores. A administração não satisfaz totalmente a reclamação da FESHOT, mas, por outro lado, aceitou «institucionalizar de imediato» um complemento de reforma. Entre outras reivindicações de carácter geral, no âmbito da luta contra a política do Governo, a Federação da Hotelaria pretende ver concretizada a tomada de posse do «representante eleito democrática e maioritariamente pelos trabalhadores para o conselho de administração» da Enatur.

**FEPCEs** — No seu número de Junho, o «Jornal dos Trabalhadores do Sector Automóvel», editado pela Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços, inclui entre variada matéria de interesse, uma recusa fundamentada da contraproposta patronal de aumentos salariais de 5 por cento, «praticamente metade da inflação registada nos últimos doze meses». A proposta da FEPCEs para o sector automóvel reclama aumentos salariais de 14 por cento, diuturnidades, subsídio de almoço e redução do horário de trabalho.

**FSMMMP** — O patronato da indústria automóvel continuava a insistir, ao fim de três semanas, na sua proposta de aumentos salariais de 5 por cento. A Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal, donde nos chegou informação sobre o assunto depois do início deste mês, afirmava nessa altura: «O patronato do automóvel passa de parado a ponto morto». Num apelo à «rápida negociação do CCTV» (contrato de trabalho colectivo vertical), a FSMMMP acrescentava que, enquanto as negociações colectivas se mantinham paradas, «mais empresas» continuavam a proceder a «aumentos salariais em média superior a 10 por cento, havendo casos de aumentos de 12, 14 e 15 por cento».

**USDL** — A União dos Sindicatos do Distrito de Lisboa promoveu, através do seu departamento juvenil, um convívio na Ilhas das Berlengas, em que participaram cerca de 200 jovens. A iniciativa do passado dia 19 proporcionou contactos fraternais e solidários. Os jovens fizeram a travessia nos barcos da União Cooperativa de Pesca — Unicoopesca — de Peniche.

**SMZS** — O Sindicato dos Médicos da Zona Sul, num pormenorizado e extenso protesto contra a situação criada aos médicos pela Administração Regional de Saúde de Portalegre, refere várias situações «escandalosas» e mesmo «ridículas», em várias localidades do distrito. Destacamos: «Em Avis, além de acidentes de viação, os médicos, apesar de cumprirem integralmente as 45 horas, ficam estupefactos ao ser-lhes comunicado que devem ao Estado, desde o princípio do ano, 60 a 70 horas, as quais, posteriormente, serão descontadas como a ARS entender; em Campo Maior, o presidente da Câmara referiu que foi obrigado a vestir-se e despir-se várias vezes na consulta do seu médico de família, pois este foi chamado várias vezes à urgência que, contra vontade, acumulava; no Crato, devido ao horário «esticado» que lhes é imposto, um casal

de médicos encontra-se apenas algumas vezes por semana; em Ponte de Sor, há médicos obrigados a estar de serviço, ao mesmo tempo, no consultório e no banco de urgência, que distam entre si cerca de 20 quilómetros; em Fronteira, os médicos são escalados para fazerem as 12 horas de urgência em Alter do Chão, à noite, e obrigados a permanecer durante o dia no centro de saúde a assistir urgências de um serviço de urgência encerrado». O SMZS refere ainda outras situações completamente inaceitáveis em Alter do Chão, Castelo de Vide, Aronches, Monforte, Sousel, Marvão, Nisa e Montargil. Situações dessas mantêm-se, aliás há cerca de cinco anos, sendo os médicos de clínica geral «credores de milhares de horas de trabalho, que não foram pagas». O Sindicato, SMZS, menciona «cerca de 3 mil a 5 mil horas para cada médico». Os clínicos do distrito têm recorrido a várias formas de luta, incluindo períodos de greve. Os médicos tencionam recorrer aos tribunais e aos serviços da Inspeção-Geral dos Serviços de Saúde.

**SPGL** — O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa dedica largo espaço e notório destaque à questão do estatuto da carreira docente, no número de Maio/Junho do seu boletim «Escola-Informação».

**Sintel** — Num «manifesto aos trabalhadores administrativos dos sectores das telecomunicações e apoio», recentemente divulgado, o Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Telecomunicações-CTT, com sede em Lisboa, refere que vai promover junto daqueles profissionais «um amplo debate e discussão de formas de valorização técnica e profissional». A iniciativa destina-se a reivindicar junto da administração, quando for revisto o acordo de empresa, «melhores condições de acesso, formação profissional especializada e valorização da respectiva carreira». O Sintel considera este trabalho «muito urgente».

**Festru** — A Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos, no número de Junho do boletim «Circular», órgão da Federação, destaca «a ofensiva legislativa do Governo nos transportes» e rejeita o projecto de diploma que o Governo elaborou no sentido de liquidar a Rodoviária Nacional. Entre outros objectivos dessa iniciativa governamental, a Festru indica a privatização de «outras empresas públicas do sector; a entrega ao sector privado dum serviço público fundamentalmente mantido com a atribuição de compensações económicas, que hoje se regateiam ou recusam às empresas públicas; e a extinção de serviços não rentáveis, economicamente, mas absolutamente indispensáveis às populações».

**CGTP** — Convidada pela CGTP-Intersindical Nacional, esteve em Lisboa, entre 24 e 30 do corrente, uma delegação sindical do Chipre, chefiada por Pavlos Dinglis, secretário-geral da PEO, confederação sindical cipriota. Além de visitas a várias empresas, onde se avistaram com organizações da CGTP, os sindicalistas de Chipre, segundo o gabinete de Imprensa da Central, tinham marcado uma audiência na Presidência da República e deveriam avistar-se (a informação é do dia 23) com representantes do PS, PRD, PCP, CPPC e Comité de Solidariedade com Chipre. Pavlos Dinglis, chefe da delegação cipriota é considerado pela CGTP uma «destacada figura do movimento sindical internacional».

Trabalhadores

# Emprego cada vez mais precário

## CGTP analisa acção reivindicativa

### USS: desemprego das mulheres

**Federações e uniões sindicais reunidas na CGTP concluíram que a precariedade do emprego é cada vez maior e que diminui a liberdade de negociação colectiva. Em Setúbal, a USS (União dos Sindicatos) afirma que «o Governo manipula a situação real do desemprego feminino».**

Segundo o gabinete de estudos da USS, o desemprego não só aumentou globalmente no distrito, durante o ano passado, como, entre os desempregados, foram as mulheres as mais atingidas.

A mesma fonte acrescenta que «o desemprego feminino aumentou 22,7 por cento entre Janeiro e Outubro de 1987». Esta tendência mantém-se em 1988.

O estudo citado pela USS

foca dois aspectos importantes. O primeiro é que «o Governo mente, quando afirma que o desemprego está a diminuir»; o segundo prova que «são as mulheres as mais atingidas por uma política laboral e social extremamente injusta».

No início de Janeiro de 1987, estavam inscritas nos centros de emprego do norte do distrito 21 629 mulheres, enquanto que, em Setembro de 1987, esse número se elevava para 26 546 (mais 4917). Significa isto que o número de mulheres desempregadas, inscritas, aumentou ao ritmo de 235 por mês, afirma a USS.

O peso do desemprego feminino agravou-se relativamente ao total de desempregados. Segundo a USS, passou de 54,6 por cento em 1986 para 59,8 por cento em Setembro de 1987.

A situação mais grave é a da zona de Almada. No pe-

ríodo citado, as desempregadas passaram de 6381 para 10 316: mais 61,7 por cento, nessa zona.

A esta situação já muito grave vem juntar-se o emprego precário. As mulheres são das mais afectadas pelos contratos a prazo e pelo trabalho ao domicílio.

A União dos Sindicatos de Setúbal lançará em breve «uma grande campanha de sensibilização da opinião pública» para estes problemas que afligem as populações.

### Exigida liberdade de negociação

Na reunião de federações e uniões sindicais, na passada quinta-feira, foi exigida «liberdade de negociação» das convenções colectivas de trabalho.

Num balanço da acção reivindicativa, relativamente

ao primeiro semestre deste ano de 1988, salienta-se «o aumento salarial médio de 9 por cento, sendo de 8,6 por cento na tabela salarial».

O balanço regista também «a redução da duração semanal do trabalho nalguns sectores e em várias empresas».

Sendo os IRTs os instrumentos de regulamentação colectiva, incluindo acordos, contratos e convenções de outro tipo, o balanço das federações e uniões sindicais inclui o seguinte quadro:

1988	1.º Trimestre			2.º Trimestre		
	N. Irts	N. Trab.	Tabela	N. Irts	N. Trab.	Tabela
Total s/F. Pública	96	765 458	8,6%	12	65 061	8,6%
F. Pública (x)	1	450 000	6,5%			

(x) Não acordado

Analizadas as dificuldades no exercício do direito à livre negociação colectiva, levantadas pelo Governo e por al-

gum patronato, sublinharam-se «casos de particular gravidade». Por exemplo, o «comportamento dos serviços de conciliação do Ministério do Emprego» no caso da CP.

O pretexto utilizado para limitar a negociação colectiva tem sido o chamado acordo sobre política de rendimentos que, como se sabe, a CGTP não assinou.

Ao debater o problema da precariedade do emprego, que constitui hoje «um dos

condições de existência de «uma parte significativa da população».

A acção sindical tem que ser aprofundada a todos os níveis, afirma-se no balanço vindo a público na passada sexta-feira.

Preende-se, assim, «obter uma melhor resposta contra esta grave chaga social».

Conclui a CGTP, na sua nota do dia 24, que «apesar desta situação de profunda instabilidade social, o Governo pretende repor de novo o

pacote laboral». Esta legislação foi, como se sabe, declarada inconstitucional pelo Tribunal competente.

## Transportes

# Antecipação golpista

Enquanto que o Governo pretende desnacionalizar e vender, entre outras empresas públicas, 49 por cento do capital da TAP e manter baixos salários em todo o sector dos transportes, as organizações representativas (ORTs) do mesmo sector, reunidas em Lisboa, depois da greve da Rodoviária com quase total adesão, condenavam mais uma vez a proposta de decreto regulamentar para as transportadoras públicas e consideravam a delimitação de sectores pretendida pelo Governo «uma antecipação golpista da revisão constitucional».

Depois da greve da RN no passado dia 16, cuja adesão ultrapassou os 95 por cento, o Plenário Nacional das ORTs dos transportes, reunido na Casa do Alentejo, em Lisboa, quinta-feira passada, analisou a «degradação do clima social do sector» e decidiu prosseguir no caminho da luta.

Essa degradação verificada pelo Plenário resulta, segundo as ORTs, da «política económica-social do Governo Cavaco Silva».

Numa nota em seis pontos que distribuíram à comunicação social na passada sexta-feira, os representantes dos

trabalhadores dos transportes decidem:

«a) Repudiar, com toda a veemência, a proposta de lei de delimitação do sector público da economia, que configura todos os aspectos de uma antecipação golpista da revisão constitucional, a fim de favorecer o grande capital nacional e internacional.

«b) Reiterar a condenação mais vigorosa do projecto de lei de bases do sistema de transportes terrestres.

«c) Repudiar a proposta de decreto regulamentar para o sector de transportes, com o compromisso de mobilizar os trabalhadores do

sector para uma luta firme e determinada contra a sua aprovação e entrada em vigor.

«d) Exigir que o Governo, em vez de fabricar conflitos artificiais e gratuitos no sector, pela hostilização irresponsável dos direitos dos trabalhadores e dos interesses das empresas públicas e dos utentes, procure resolver problemas através do diálogo e da negociação, tendo em conta as posições das ORTs, designadamente na área dos investimentos necessários à modernização do sistema de transportes, que faça ainda cumprir os acordos estabelecidos.

«e) Exigir que o Primeiro-Ministro responda às propostas de acordo formuladas em Fevereiro pelos sindicatos, ou que dê orientação aos CGs (conselhos de gerência) das empresas, para que procurem ter uma postura responsável nas negociações com os sindicatos, de forma que os conflitos em aberto no sector sejam resolvidos pela via do diálogo e pela apresentação de propostas construtivas susceptíveis de pôr cobro ao impasse a que conduziu a irredutibilidade do Governo na defesa do tecto salarial, que acordou com a UGT e o patronato em sede de concertação social, através do chamado acordo de rendimentos para o ano de 1988.

«f) Reafirmar a inteira e firme disposição das ORTs para prosseguir a luta, responsabilizando desde já o Governo pela mesma, pela resolução dos problemas das

suas empresas e pelo atendimento das justas reivindicações dos trabalhadores e a defesa do sector empresarial do Estado».

### Cavaco diz uma coisa e faz outra

Depois de rejeitar a proposta de lei 47/V (delimitação do sector público e privado), que «quase foi elaborada de encomenda para a TAP», o secretariado da célula do PCP naquela empresa pública recorda que Cavaco Silva tinha afirmado na Assembleia da República que «a TAP era uma empresa excluída do projecto das desnacionalizações». Mas, contrariamente ao que afirmou, «vem agora apresentar uma proposta de lei em que refere a TAP como um dos objectivos da sua política pa-

ranóica de abertura ao sector privado».

O secretariado da célula da TAP acrescenta que o Governo está provavelmente a pensar na concorrência da Lar e da Air Atlantis, «empresas criadas e mantidas com o capital TAP».

E quem diz capital TAP — acrescenta a célula — «diz dinheiro do erário público».

Em grande parte, diz o secretariado, a TAP tem suportado, como é do conhecimento público, «o custo social das linhas regionais». Além disso, tem «contabilizado os custos do recurso ao crédito externo, imposto pelos diversos Governos e em que se inclui o actual».

Por essas circunstâncias, conclui a célula, não é de estranhar que o Governo queira «avançar com os 40 milhões de contos necessários ao saneamento económico-financeiro da TAP».

O objectivo governamental

seria «beneficiar o sector privado». Mas não investiria na TAP, como empresa pública, nem pagaria as dívidas das linhas regionais.

Para além de outras considerações, o secretariado da célula denomina essa atitude de «imoral».

Uma das grandes preocupações dos trabalhadores comunistas da TAP é, naturalmente, a salvaguarda dos postos de trabalho. Para isso «urge combater as pretensões de Cavaco Silva», adverte o secretariado da célula num apelo aos restantes trabalhadores para que, «ultrapassando o seu posicionamento político, defendam a grande empresa que é a TAP-AIR PORTUGAL, pois «desnacionalizar, para além de inconstitucional, é atentar contra os interesses de todos nós», sublinha a célula referindo-se aos trabalhadores da transportadora aérea nacional.

## RN: de novo a greve

A Festru anunciava, entretanto, nova greve de 24 horas, para o próximo dia 5 na Rodoviária Nacional. Em causa continua o acordo de empresa e a respectiva revisão salarial, que o conselho de gerência pretende reduzir a um mínimo inaceitável pelos sindicatos e pelos trabalhadores. O aumento salarial médio, com perda de regalias, não iria além dos 4 por cento, segundo a proposta dos gestores.

## Enfermeiros Formado sindicato nacional

Por uma maioria de 98 por cento dos votos expressos em assembleia extraordinária, a que nos referimos na semana passada, o Sindicato dos Enfermeiros da Zona Sul e Região Autónoma dos Açores passou a abranger todo o território nacional.

Na assembleia extraordinária, convocada para alteração dos estatutos, aquela as-

sociação sindical, com sede em Lisboa, passou a denominar-se **Sindicato dos Enfermeiros Portugueses**.

Como anunciámos no «Avante!» da semana passada, o novo Sindicato tem entre mãos assuntos de relevante interesse para toda a classe, como seja o estatuto profissional, o caderno reivin-

dicativo e a integração do ensino da enfermagem no grau superior do sistema educativo nacional.

Estas questões vão determinar o futuro da profissão. O SEP actuará no sentido de fazer participar todos os interessados no debate desses problemas e na sua solução.

## Trabalhadores

## Reforma Agrária marcha para S. Bento e diz:

## Não à «lei do latifúndio»!

Mais de 2500 trabalhadores da Reforma Agrária concentraram-se anteontem frente à Assembleia da República para protestarem contra a «lei do latifúndio» que o Governo de Cavaco Silva quer fazer aprovar no órgão legislativo do País, antecipando-se assim à revisão constitucional e impondo, como facto consumado, a destruição sumária desta grande conquista de Abril.

Estes trabalhadores saíram três dias antes das suas UCP e Cooperativas Agrícolas no Alentejo e Ribatejo, marchando para Lisboa em duas imensas colunas — uma vinda dos Distritos de Beja e Setúbal, outra trazendo as gentes dos Distritos de Évora, Portalegre e Santarém. O encontro deu-se no Marquês de Pombal, às 12.30 de anteontem, tendo depois marchado todos para S. Bento, num desfile impressionante que emocionou Lisboa.

«A Reforma Agrária vencerá!» gritou-se, e muito, no desfile. Porque essa vitória é uma necessidade imperiosa para o desenvolvimento do País. Porque é a condição indispensável para o progresso e a estabilidade social nos campos do Alentejo e Ribatejo. Porque é a vontade secular e unânime das populações que vivem e lutam nos campos da Reforma Agrária.

Historiar a Marcha da Reforma Agrária é falar da determinação que fez quase 3000 homens e mulheres, rapazes e raparigas, percorrerem centenas de quilómetros, longe do seu quotidiano, trabalho, referências, casa, terra e família, metendo-se à estrada numa jornada de três dias — uma jornada que nada teve a ver com passeios turísticos, que nem sequer de trabalho foi, pois todos ali estiveram deixando para trás a labuta diária e os afazeres quotidianos. A Marcha da Reforma Agrária foi uma jornada de luta — um novo episódio na batalha antiga pelo pão e o progresso que, há muitas dezenas de anos, é heroicamente travada pelo povo do Alentejo e Ribatejo.

Eram cordões intermináveis de gente a confluir para o Marquês de Pombal — espectáculo insólito para uma cidade que vive a correr — a maioria vestindo fatos de trabalho, bandeiras vermelhas ondulando ao vento, sobre a massa escura das pessoas que, com vigor ordeiro, iam gritando as consignas da sua luta: «Lei do latifúndio é contra a Constituição!», «Pacote agrícola não, queremos trabalho e pão!», «Reforma Agrária em frente, é pão para toda a gente!», «Avante Reforma Agrária, a terra a quem a trabalha!», «Cavaco escuta, o povo está em luta!». Irreprimivelmente as pessoas paravam nos passeios, assomavam às janelas, formavam grupos espontâneos nas margens dos desfiles, apreciando a mar-

cha das gentes da Reforma Agrária, aceitando os papéis informativos que estes lhes estendiam, ficando às vezes absortos na contemplação do que lá estava escrito, outras guardando-os para leitura mais atenta, só raramente — e com dissimulação — deixando-os escorregar para o chão. As atitudes alarves ficavam sempre cosidas às paredes, nas sombras que abrigam os eternos e inevitáveis profissionais da esplanada e do passeio público...

## Episódio grotesco

É claro que os episódios grotescos não podiam faltar. Desta vez ocorreu em Setúbal.

«É bom que a gente saiba com quem podemos contar», dizia no domingo ao fim da tarde um responsável da marcha, dirigindo-se em Setúbal, no Parque do Bonfim, aos participantes e aos muitos setubalenses que tinham vindo recebê-los. E contou como o presidente da Câmara de Setúbal, onde impera a coligação PS/PSD,

depois de ter prometido a meio da semana ceder instalações e um palco para o decorrer do comício, acabou por tudo recusar ao fim de sexta-feira, em clara tentativa de sabotagem. Não o conseguiu, pois num improvisado palco, montado sobre uma camioneta, os dirigentes da marcha puderam falar às centenas de pessoas que se aglomeraram sob as frondosas árvores do Bonfim. E todos os presentes puderam ficar a saber com quem podiam contar.

Podiam contar com a solidariedade dos seus camaradas trabalhadores e com os verdadeiros democratas. Logo às 18.15, quando das Fontainhas a marcha começou o desfile na cidade do Sado, a ela se juntaram dirigentes sindicais, membros de comissões de trabalhadores, dirigentes distritais e locais do PCP, e a deputada Odete Santos, do grupo parlamentar comunista, eleita por Setúbal.

Podiam contar com a solidariedade de muitos setubalenses que, apesar da pouca informação obtida na cidade, se incorporaram no comício, tendo acompanhado o desfile e aplaudido as intervenções breves que foram feitas no improvisado palco.

Cristina Rocha Neto, da União dos Sindicatos de Setúbal, foi a primeira a tomar a palavra, saudando os que marchavam em defesa da Reforma Agrária e manifestando-lhes a determinação dos trabalhadores do Distrito em lutar pelas conquistas de Abril e contra a política reaccionária de Cavaco e do seu Governo. Tomou depois a palavra um dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Beja que lembrou a comunhão de interesses e de luta dos trabalhadores dos campos da Reforma Agrária e da classe operária de Setúbal e de Lisboa e a importância da unidade entre

todos os que lutam pelo progresso social, pela democracia e pelas conquistas de Abril.

Já nesse momento se acumulavam as saudações a este ramo da marcha da Reforma Agrária, apoiando-a. Vindas de Câmaras municipais, de associações populares, de sindicatos e de comissões de trabalhadores, e também de organizações do PCP e dos deputados comunistas pelo distrito. No final actuou o grupo coral alentejano dos Trabalhadores da Câmara do Seixal e o grupo folclórico do Faralhão.

A manobra arrogante e sabotadora da Câmara de Setúbal não deu quaisquer frutos, quedando-se, na inutilidade dos seus propósitos, como testemunho da tacanhês desonrosa de quem a engendrou.

## Donde vieram

Como já dissemos, a marcha da Reforma Agrária funcionou com duas colunas.

A coluna de Beja/Setúbal teve a sua primeira paragem significativa em Setúbal, no dia 26, onde se realizou o comício atrás referido (e que a Câmara local tentou boicotar) no parque do Bonfim, pelas 18.00. No dia seguinte, segunda-feira, a jornada teve também alguns pontos de paragem significativos: às 15.00 no Fogueteiro, comício às 19.00 na Cova da Piedade, no Largo do MFA junto ao coreto. Finalmente no dia 28 os manifestantes chegaram ao Cais do Sodrê pelas 10.30, vindos de barco, partindo depois em desfile para o Marquês de Pombal, ao encontro da outra coluna.

Essa outra coluna, vinda

de Évora/Portalegre/Santarém, tivera a sua primeira paragem, no dia 26, em Vila Franca de Xira, onde, pelas 21.30, se realizou um comício de solidariedade frente aos Paços do Concelho, às nove horas do dia 27 já estavam na MAGUE, «tocando» depois Santa Iria da Azóia, junto ao apeadeiro da CP, realizando mais tarde, às 19.00, um comício em Sacavém, no Largo 5 de Outubro. No dia 28 o desfile para o Marquês de Pombal iniciou-se junto à empresa Baptista Russo, tendo-se as duas colunas encontrado pelas 12.30 no Marquês de Pombal, donde partiram às 14.00 para S. Bento, já em desfile conjunto, impressionando a cidade com a disciplina e o vigor do seu protesto, a desaguar, poderoso, em frente à Assembleia da República.

## Basta olhar...

**Basta dar uma vista de olhos por alguns aspectos da Lei que o Governo quer, inconstitucionalmente, fazer aprovar na Assembleia da República sobre a Reforma Agrária, para verificarmos como estão certos os trabalhadores do Alentejo e Ribatejo, quando a apelidam de «Lei do latifúndio».**

**O que prevê essa Lei? Prevê:**

- Reservas com 91 000 pontos de terra nua e sem limite de área;
- Desconto, na cálculo da pontuação, de todas as benfeitorias, mesmo as já amortizadas ou feitas com os dinheiros públicos;
- Multiplicação de reservas: os proprietários, herdeiros de uma herança indivisa, titulares de um património conjunto, sócios de uma sociedade, podem pedir cada um uma reserva para si próprios;
- Mesmo os agrários absentistas — que não exploram directamente a terra — podem ter reservas sem limites de área;
- Torna válidas todas as falsas doações feitas pelos agrários entre 25 de Abril de 74 e 29 de Julho de 75 para defraudarem a lei;
- Impede as UCP's/Cooperativas, na prática, de recorrer para os tribunais e de obter a suspensão das ilegalidades cometidas pelo MAP.

**A conclusão é fácil:** se esta proposta de lei fosse aprovada e posta em execução, nada restaria da Reforma Agrária; seria integralmente reconstituída a antiga estrutura da propriedade latifundiária; seria posto fim a uma profunda transformação do 25 de Abril.

Grosseiramente inconstitucional a aprovação desta proposta de lei significaria a revisão antecipada da Constituição da República Portuguesa.

## O Governo quer amnistiar-se a si próprio!

O processo de destruição da Reforma Agrária tem sido feito na base das maiores ilegalidades, corrupção, desrespeito pelos tribunais, abusos de poder.

Só o Supremo Tribunal Administrativo proferiu mais de 460 decisões favoráveis não tendo o Governo cumprido nenhuma sentença.

A Procuradoria Geral da República decidiu abrir três processos-crime contra o Ministério da Agricultura por ilegalidades praticadas contra a Reforma Agrária, na sequência das participações elaboradas pela Comissão Parlamentar de Inquérito.

A Alta Autoridade contra a Corrupção tem nas mãos várias investigações em curso. O ministro chega ao ponto de assinar despachos em branco para mandar entregar terras aos agrários.

O Estado deve às UCP's/Cooperativas mais de 35 milhões de contos que se recusa a pagar e nem o acerto de contas quer fazer.

Com a nova lei o Governo quer abafar estes escândalos, legalizando as ilegalidades, amnistiando-se a si próprio!

Entretanto sucessivos governos destruíram 248 UCP's/Cooperativas, retiraram 770 300 hectares, liquidaram mais de 55 000 postos de trabalho.

Agricultores que foram aliciados para pedir terras da Reforma Agrária estão a ser expulsos dessas terras, para também serem entregues aos grandes agrários.

**Hoje, no Alentejo e Ribatejo, já há outra vez proprietários que, sozinhos ou com a família, têm tanta terra como o concelho de Lisboa.**

Hoje, no Alentejo e Ribatejo, há nas mãos dos agrários mais de 200 herdades abandonadas ou subaproveitadas que quando estavam na posse da Reforma Agrária produziam pão, carne e leite.

Hoje no Alentejo e Ribatejo, há mais de 40 000 desempregados dos quais 60% não recebe qualquer subsídio de desemprego. A juventude foge dos campos: metade dos agricultores tem mais de 55 anos. O trabalho precário aumenta nas herdades privadas.

## Reforma Agrária é imprescindível

Hoje mantêm-se 302 UCP's/Cooperativas com 360 000 hectares de terra e cerca de 17 000 trabalhadores.

A Reforma Agrária realizada no Alentejo e Ribatejo criou emprego estável, promoveu a melhoria das condições de vida, aumentou e desenvolveu a produção, introduziu novas culturas, criou obras sociais — creches, centros de dia para a terceira idade, cooperativas de consumo, talhos, etc. — trouxe uma nova esperança à vida!

Na Reforma Agrária têm lugar todos os que trabalham e aproveitam a terra — assalariados rurais, agricultores, UCP's e Cooperativas Agrícolas, explorações privadas.

O Governo e a CAP dizem que em virtude de Portugal ser membro da CEE não podem existir UCP's/Cooperativas no País! É falso! Não há nenhuma disposição na CEE que impeça a existência da Reforma Agrária!

O Governo proíbe as UCP's/Cooperativas de candidatarem projectos de investimento aos fundos da CEE, mas em contrapartida só 4 agrários de Montemor-o-Novo recebem mais de 800 mil contos.

O Governo fala tanto na necessidade de termos uma agricultura moderna, europeia e competitiva mas propõe-se liquidar as UCP's/Cooperativas Agrícolas que são das explorações agrícolas do País que em melhores condições estão e que maiores potencialidades apresentam para competir com as empresas agrícolas de outros países mais desenvolvidos.



Quando a sede apertava, lá estava o abastecimento de água que acompanhou sempre os participantes da marcha. Se a sede de justiça pudesse ser assim tão facilmente satisfeita... (pormenores recolhidos perto de Sta. Iria de Azóia, na marcha vinda de Évora/Portalegre/Santarém)

PCP

## Nota do Secretariado do CC

# Sobre os trabalhos preparatórios do XII Congresso do Partido

1. No cumprimento das decisões da reunião plenária do Comité Central de 5 de Maio, estão em curso, simultaneamente com a regular e intensa actividade partidária e a realização de grandes debates sobre temas específicos, os trabalhos preparatórios do XII Congresso.

2. A Comissão do Programa prossegue a elaboração do projecto do novo Programa do Partido a submeter à apreciação e aprovação do Comité Central para ulteriormente ser sujeito à apreciação e debate em todo o Partido com vistas à final consideração e decisão do XII Congresso.

A Comissão considera de grande valor o trabalho realizado por comissões especializadas, os estudos solicitados a organizações e militantes, as consultas a centenas de outros e as contribuições com propostas e sugestões que numerosos camaradas têm enviado.

3. No aprofundamento da orientação definida pelo Comité Central, o trabalho da **Comissão de Programa** desenvolve-se a partir de algumas ideias centrais:

— O significado e **importância histórica da revolução de Abril e das suas conquistas**, a sua presença na actual realidade portuguesa e no regime democrático e constitucional e o seu valor e projecção no futuro democrático do país;

— o **exame objectivo e rigoroso das principais modificações que nos últimos anos se têm verificado na situação nacional** nomeadamente como consequência do avanço do processo contra-revolucionário e dos condicionamentos externos, que decorrem da integração de Portugal na CEE;

— a proposta do PCP ao povo português de **uma Democracia avançada no limiar do século XXI**, — democracia política, democracia económica, democracia social, democracia cultural — tendo como grandes objectivos um regime de liberdade; um Estado democrático, representativo, baseado na participação popular, moderno e eficiente; o desenvolvimento económico baseado numa economia mista; uma política social e cultural que garanta o melhoramento das condições de vida do povo; e uma pátria independente e soberana com uma política de paz e cooperação;

— a **sociedade socialista como futuro de Portugal e ideal dos comunistas**, definida tendo em conta as condições específicas de Portugal, a experiência do nosso próprio Partido, as grandes transformações do mundo actual e o exame das experiências positivas e negativas e as lições na construção do socialismo no mundo.

4. A **Comissão para a revisão dos Estatutos** prossegue também o seu trabalho. A Comissão tem procedido a numerosas consultas e reuniões e considera de grande valor as centenas de propostas e sugestões recebidas de organizações e militantes. A Comissão submeterá à apreciação e aprovação do Comité Central a sua proposta de alterações aos Estatutos para ulteriormente (tal como o projecto de novo Programa) ser sujeito à apreciação e debate em todo o Partido com vistas à final consideração e decisão do XII Congresso.

5. O trabalho da Comissão desenvolve-se a partir de algumas ideias centrais:

— a natureza de classe do PCP como partido da classe operária e de todos os trabalhadores;

— a substituição adequada do enunciado dos princípios e objectivos programáticos do Partido, em conformidade com o novo Programa a aprovar;

— uma definição mais rigorosa do centralismo democrático, tendo particularmente em conta por um lado a rica experiência do Partido relativa à sua vida democrática interna e a necessidade do seu aprofundamento e por outro lado a existência de uma única orientação do Partido e a sua unidade;

— a definição dos direitos e deveres iguais para todos os militantes;

— a estrutura da Direcção do Partido, as suas competências e os seus deveres;

— a estrutura orgânica do Partido tendo particularmente em conta a experiência das chamadas «frentes de trabalho» e da sua relação com a estrutura tradicional;

— a confirmação do PCP como partido marxista-leninista, antidogmático, atento às transformações e às mudanças e tendo no marxismo-leninismo e no seu método dialéctico um sólido instrumento para a análise das novas situações e dos novos fenómenos e a busca criativa das soluções para os problemas e dos caminhos para alcançá-las;

— a confirmação do PCP como um partido patriótico e internacionalista.

6. Está também em curso um profundo trabalho preparatório relativo à proposta de **composição do novo Comité Central** que o Comité Central cessante fará ao XII Congresso.

Por solicitação do Secretariado foram transmitidas pelos organismos de Direcção Regional e sectorial do Partido informações, opiniões e propostas relativas a centenas de militantes.

Procede-se a um estudo atento de todas essas informações, opiniões e propostas. Em devido tempo e antes da elaboração da proposta que o Comité Central levará ao Congresso serão consultadas e ouvidas as opiniões das organizações respectivas acerca dos camaradas propostos para o Comité Central pelos organismos de Direcção Regional e outros.

7. Da elaboração pelo Comité Central do Regulamento do XII Congresso e das Teses a submeter ao debate no Partido, será ulteriormente dada informação.

8. Difícil é de compreender nestas condições que militantes do Partido, em vez de expressarem as suas opiniões conforme lhes é solicitado e é seu direito e em vez de inserirem opiniões e propostas (muitas das quais podem ser válidas) no trabalho colectivo em curso as insiram em iniciativas tipicamente fraccionárias, como é o caso de um documento recentemente divulgado e assinado por membros do Partido.

Mesmo que signatários tenham a ideia e afirmem explicitamente não constituírem uma fracção nem desenvolverem qualquer actividade fraccional, os factos não são conformes com tal afirmação.

De facto, a constituição secreta de um grupo à margem das organizações do Partido, a elaboração de um documento, as diligências para angariar apoios e obter assinaturas, a marcação organizada de uma data previamente fixada para os apoiantes apresentarem esse documento nas organizações respectivas, a apresentação disciplinada desse documento no dia marcado em organizações distantes sem qualquer nexo orgânico, são mostras demasiado evidentes, ineludíveis e incontestáveis de um trabalho fraccional organizado, embora se admita que alguns dos signatários do documento não tivessem a intenção de nele participarem.

O Secretariado do Comité Central tivera conhecimento de que essa operação iria realizar-se embora desconhecesse (como continua a desconhecer) de quem partiria. Previu do facto as organizações mais responsáveis. No dia aprazado, a operação consumou-se e de seguida alguns dos signatários deram entrevistas a meios de comunicação social e o conteúdo do documento apareceu em órgãos de imprensa que conduzem uma sistemática e violenta campanha contra o Partido, a sua natureza, a sua orientação e a sua direcção.

O Secretariado do Comité Central insiste em apelar a todos os militantes sem excepção para que dêem a sua contribuição ao trabalho preparatório do XII Congresso com a certeza de que as suas opiniões serão atentamente consideradas. Mas critica actividades de natureza fraccional que em nada contribuem para as análises e o debate sereno que a situação nacional e a preparação do XII Congresso impõem ao Partido, antes prejudicam directamente a preparação do Congresso, introduzem nela factores de conflito e não de esclarecimento, ferem a unidade do Partido e são intensamente utilizados e inseridos (seja qual for a intenção dos camaradas) na colossal campanha que inimigos e adversários do Partido presentemente conduzem.

É de desejar que todos os camaradas reflitam com serenidade no significado, não tanto das suas opiniões (que têm o pleno direito de expressar no Partido) mas sim do seu comportamento, alheio aos princípios que informam o funcionamento do Partido e aos deveres que para com o seu Partido assumiram.

Na preparação do Congresso tudo será feito para que as trocas de opiniões e os debates no Partido se processem num

ambiente de liberdade, franqueza, frontalidade e respeito mútuo que o trabalho colectivo exige.

9. Repetidas vezes o Comité Central fez apelo a todos os militantes sem excepção para exporem, oralmente ou por escrito, com franqueza e frontalidade, como é seu direito e seu dever, as suas opiniões, e para darem assim a sua contribuição para o trabalho em curso preparatório do XII Congresso. Todas as contribuições têm sido consideradas com atenção e seriedade e muitas delas inseridas nos projectos em preparação.

O Secretariado insiste em apelar para que, além das opiniões directamente solicitadas, dêem a sua contribuição todos os que entenderem dá-la, mesmo nesta fase preparatória.

O trabalho colectivo continua a ser realizado e as propostas do Comité Central para o XII Congresso serão debatidas em todo o Partido no ambiente livre e democrático que caracteriza os debates no PCP.

28.6.88

O Secretariado do Comité Central  
do Partido Comunista Português

### Nacional



## Praça da Liberdade

### A doença

Em 30 de Abril deste ano, o Sindicato dos Metalúrgicos do Porto fez um balanço aproximado do número de trabalhadores metalúrgicos com salários em atraso no distrito. Chegou à conclusão que relativamente a meados do ano de 87, há menos 21 empresas devedoras, menos 2 mil trabalhadores credores de remunerações e que a dívida média a cada trabalhador aumentou cerca de 100 contos.

A primeira vista, está a cumprir-se a promessa feita por Cavaco Silva na última campanha eleitoral — os salários em atraso estão a diminuir significativamente. A realidade, porém, não é tão simples como a que os números aparentemente mostram.

Quando um doente grave morre, a doença não é vencida, é vencedora. Quando um trabalhador com salários em atraso é despedido, o problema não é resolvido, é agravado. Os salários em atraso em Portugal têm diminuído em grande parte à custa da diminuição dos postos de trabalho.

Alguns exemplos — em 1982, a Efi empregava 937 trabalhadores; neste momento, estão ligados à Efi cerca de 500 trabalhadores, a esmagadora maioria deles recebendo um subsídio ao abrigo da Lei 17/86. Em 1985, a Facar tinha ao seu serviço 1279 trabalhadores; agora, a metalúrgica de Leça da Palmeira emprega cerca de 900 trabalhadores, todos a receber um subsídio equiparado ao do desemprego. Em meados de 1983, a Feruni empregava 550 trabalhadores; hoje, os pouco mais de 400 trabalhadores da Feruni estão quase todos sujeitos à Lei 17/86.

Exemplos destes podiam multiplicar-se. O escândalo dos salários em atraso não está a ser resolvido como o prometeu o actual 1.º-Ministro na altura em que distribuía promessas pelos eleitores.

Para além do que ficou escrito, é justo e importante salientar que nalguns casos a firme e prolongada luta dos trabalhadores deu resultados concretos. Empresas houve, que foram obrigadas pela luta dos seus trabalhadores a liquidar dívidas antigas ou a arrear caminho nas tentativas de acumulação de calotes... Há o exemplo da Metalúrgica da Longra, que acordou com os trabalhadores um esquema de pagamento da dívida salarial; situação semelhante passa-se na Fundação Rio Sousa.

As paralisações, as greves, as manifestações e desfiles, os cortes de trânsito, os abaixo-assinados, as mil e uma formas de protesto dos trabalhadores contra os salários em atraso, produziram algum resultado. Hoje, alguns anos após o início da luta contra um dos mais escandalosos cancros sociais deste País, podem dizer-se duas coisas — a luta dos trabalhadores não foi em vão, e resolveu muitas situações; os últimos governos, e em particular o actual liderado por Cavaco Silva, não contribuíram rigorosamente nada para solucionar realmente a questão dos salários em atraso. ■ C.R.

### Juventude

## II Festival Local da Canção Juvenil

Vai realizar-se no dia 16 de Julho de 1988 o II Festival Local da Canção Juvenil em Coimbra, para apuramento de um grupo e de um solista que por sua vez participarão numa final distrital, onde serão apurados dois finalistas (grupo e solista) para a final nacional a reali-

zar em Setembro, na festa do «Avante!».

Depois do êxito do I Festival, realizado em 1986, em que a participação da juventude nesta iniciativa político-cultural, em defesa da nossa cultura e na procura de novos valores, a Juventude Comunista Portuguesa e o

Partido Comunista Português, mais uma vez, partem confiantes para a realização deste II Festival, pois que, é sempre possível trabalhar para e com a juventude, em defesa de um futuro melhor, da paz e da democracia.

Para o referido festival, já se encontram abertas as ins-

crições desde o dia 22 de Junho ao dia 11 de Julho, inclusive, na Rua da Sofia, 73-1.º em Coimbra.

O regulamento para o II Festival Local da Canção Juvenil, encontra-se à disposição de todos os interessados no local de inscrição.

## Assembleia da República

## Lei de delimitação de sectores

## Governo satisfaz gula dos lobbies

«O Governo ao mesmo tempo que procura fazer a revisão constitucional na prática, com toda a opacidade e fora de qualquer controlo, procura obter também com os votos da sua maioria plenos poderes para esvaziar as limitações do acesso do grande capital privado a sectores básicos da economia». Nesta síntese consubstanciou o deputado comunista Carlos Carvalhas o propósito que em seu entender inspirou a proposta do Executivo de Cavaco Silva solicitando à Assembleia da República autorização legislativa para alterar a lei de delimitação dos sectores.

Em causa, para a bancada comunista, segundo as palavras daquele deputado proferidas em pleno debate faz hoje oito dias, estão a «restauração das grandes fortunas», as «grandes negoclatas», o «poder económico e com este o poder político» ou, por outras palavras, a «restauração do poder das tais melas dúzias de famílias cada uma com o seu banco, a sua seguradora, a sua indústria, o seu jornal, a sua estação de rádio e canal de televisão».

## Fuga às questões

Contudente, a denúncia de Carlos Carvalhas não agradou visivelmente à ban-

cada da maioria nem aos membros do Governo presentes, tendo o ministro dos Assuntos Parlamentares, António Capucho, reagido de forma algo destemperada pedindo a palavra para qualificar, entre outros impropérios, de «lastimável histeria provocatória» a intervenção do parlamentar comunista e para afirmar que da parte do Governo neste contexto deixava de existir qualquer disponibilidade para o diálogo.

Prejudicando seriamente o debate, numa clara fuga às questões colocadas, sem resposta ficaram assim todas as acusações anteriormente proferidas por Carlos Carvalhas que justificaria ainda a reacção de António Capucho com o facto das suas afir-

mações terem «tocado na ferida» do Governo.

E a verdade é que tanto as afirmações anteriores dos ministros da Indústria e Energia e dos Transportes e Comunicações como as dos deputados da maioria não conseguiram contradizer o ponto de vista do deputado comunista segundo o qual a proposta de lei em apreço visa pura e simplesmente «esvaziar na prática conjuntamente com os factos consumados a Constituição da República».

Segundo Carlos Carvalhas, a proposta é uma violação frontal do conteúdo essencial da regra da vedação, deixando-a sem conteúdo útil, além de que «fere os princípios da coexistência dos diversos sectores de propriedade, da subordinação do poder económico ao poder político democrático e do planeamento da economia».

## Escancarar as portas aos privados

Com esta iniciativa legislativa, recorde-se, o Governo

pretende abrir às entidades privadas a produção, transporte e distribuição de energia eléctrica para consumo público; a produção e distribuição de gás, também para consumo público; os serviços complementares de telecomunicações; os transportes aéreos regulares interiores; os transportes ferroviários que não sejam explorados em regime de serviço colectivo, os transportes colectivos urbanos de passageiros e ainda as indústrias petroquímicas de base, siderúrgica e de refinação de petróleos.

Em face disto, conforme assinalou Carlos Carvalhas, apenas ficam reservadas exclusivamente ao sector público a captação, tratamento e distribuição da água para consumo público através de redes fixas, o saneamento básico, a exploração de portos marítimos e aeroportos, a indústria de armamento e os transportes ferroviários explorados em regime de serviço público.

Antes, justificando a decisão do Governo, o ministro da Indústria e Energia, Mira Amaral, resumiria o alcan-

ce do diploma com a necessidade de «fortalecer a base produtiva instalada em Portugal, explorando sinergias e complementaridades entre sector público e sector privado, sector público que não pode ficar isolado ou inute à crescente internacionalização da nossa economia».

Também o ministro das Telecomunicações, Oliveira Martins, afirmaria que no sector das telecomunicações «a sua coluna vertebral» continuaria no sector público, adiantando por outro lado que no caso dos transportes ferroviários estavam apenas a «pensar na rede secundária da CP e não nos eixos centrais e urbanos» enquanto que no caso dos transportes colectivos urbanos de passageiros a boa vontade do Executivo movia-se apenas pelo objectivo, vejam só, de criar «serviços de autocarros de alta qualidade susceptíveis de atrair pessoas que actualmente se servem de automóveis privados».

## Agência de negócios

Quem não se deixou comover com tais eufemismos foi Carlos Carvalhas que, posteriormente, numa incisiva intervenção, chamando as coisas pelos seus nomes, equacionaria os aspectos centrais em debate, dando relevo nomeadamente àquilo a que chamou a «pressa estouvada» do Governo em servir a sua clientela, à «indisfarçável sofreguidão» dos grupos de interesses e, por último, à inconstitucionalidade da proposta de lei.

Socorrendo-se de declarações recentes de alguns ministros e depois de as analisar (todas elas, desde o ministro da Indústria ao das Finanças passando pelo das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, no sentido

de louvarem as vantagens da abertura de sectores básicos da economia ao capital privado), Carlos Carvalhas acabaria por concluir estar-se em presença não de um Governo mas sim de uma «agência de negócios». «É uma OPV permanente», acrescentaria, para logo rematar que a «economia é apresentada como coisa de gestores, de empresários, coisa que nada tem a ver com os trabalhadores. Os trabalhadores trabalham. Hoje no Terreiro do Paço não há só a Bolsa de Valores. Há a bolsa de negócios das EPs em vários ministérios e todos no mesmo lugar geográfico com «cotações suculentas e promissoras». É um escândalo!»

Quanto à manifesta inconstitucionalidade da proposta de lei o deputado comunista lembrou que ela se enquadra no habitual afrontamento constitucional e na conhecida filosofia do «quero, posso e mando», sustentada por Cavaco Silva, considerando que «não há limites para o atrevimento» e que «uma proposta de lei que não veda coisa nenhuma só por acinte é que se pode chamar de delimitação dos sectores».

Carlos Carvalhas manifestou ainda a preocupação da bancada comunista pelo projecto do PS que considerou «igualmente inconstitucional», chamando a atenção para o facto de os socialistas virem à última hora, «abrir mais uma vez, embora de forma mais limitada, importantes sectores do Sector Empresarial do Estado» (petroquímica de base, produção e distribuição de gás, transportes ferroviários e transportes aéreos regulares), posição tanto mais condenável quanto, salientou, ainda recentemente o PS afirmou que a «lei de delimitação de sectores era suficiente e estava actualizada».

Transformar EP's em sociedades anónimas  
Prosegue fúria privatizadora

Entre os temas de natureza económica que preencheram em larga medida as agendas de trabalho das sessões plenárias da passada semana contou-se a reapreciação do diploma que autoriza as empresas públicas a serem transformadas em sociedades anónimas de maioria (51 por cento) de capitais públicos.

Devoldido ao Parlamento pelo Presidente da República na sequência de um parecer emitido pelo Tribunal Constitucional declarando inconstitucional uma das suas normas, o diploma acabaria por ver rapidamente expurgado do seu articulado a referida inconstitucionalidade por iniciativa do PSD que assim, sem mais delongas, tentou encerrar o debate com vista à rápida promulgação do decreto n.º 83/V.

Apesar da eliminação do n.º 2 do artigo 7.º que o Tribunal Constitucional considerara inconstitucional, a bancada comunista pela voz de Ilda Figueiredo voltou a reafirmar as suas discordâncias quanto ao conteúdo global do diploma, entendendo que ao «abrir as portas que abre e traçar o caminho que traça não respeita, antes ofende, as garantias constitucionais das nacionalizações».

«Não perfilhamos, não consideramos sustentáveis as interpretações que doze anos depois da aprovação da Constituição e seis anos após a primeira revisão constitucional (que deixou intacto o articulado 83.º relativo à irreversibilidade das nacionalizações) se descubra que afinal este não implicaria mais do que

uma garantia de predominio público no capital e gestão de empresas directamente nacionalizadas», afirmaria a deputada comunista, antes de manifestar a sua discordância pela orientação que neste ponto foi seguida pelo Tribunal Constitucional.

A questão é tanto mais importante quanto na perspectiva da bancada comunista, o presente diploma não pode deixar de se inserir no processo de «esbulho das empresas públicas com vista à reestruturação do capitalismo monopolista de Estado», pondo deste modo em risco a «subordinação do poder económico ao poder político democrático ao engrossar as fortunas privadas à custa dos bens públicos, através da detenção em poucas mãos da propriedade, comando e gestão de sectores fundamentais e lucrativos da economia nacional».

E bem pode o Governo apresentar as «privatizações como um acto de racionalidade económica» ou como um «instrumento de promoção e democratização do capital das EP's» que tais argumentos não resistem a uma análise minimamente ponderada acabando por se revelar falsos. Com efeito, como bem lembrou Ilda Figueiredo, importa não esquecer algumas experiências recentes como seja a das dezenas de milhar de pequenos e médios aforadores que «atraídos pela propaganda do capitalismo popular» viram parte significativa das suas poupanças apropriadas pelos grandes especuladores financeiros na chamada

«febre das OPV's», operação que, disse ainda, constituiu «um instrumento essencial para a acumulação em poderosos grupos económicos de meios financeiros com que se preparam agora para o «regabofe» das privatizações com os 80 milhões de mais-valias obtidas no ano passado.

Objecto de duras críticas por parte da deputada comunista foi ainda a lufa-lufa do Governo no sentido de acelerar o processo de privatizações, procedimento que em

seu entender anda «a par e passo com outras medidas que visam forçar a Assembleia da República a aprovar diplomas declaradamente inconstitucionais», procurando simultaneamente «encontrar bodes expiatórios» para o fracasso da política governamental, «criar álibis» para as suas dificuldades e «antecipar os resultados de uma revisão constitucional que tenta influenciar colocando os deputados perante factos consumados».

Supressão de comboios regionais  
Quem sofre são as populações

Discriminatória e fortemente lesiva do serviço social para que está vocacionada, assim qualificou o deputado comunista Luís Roque a decisão do conselho de gerência da CP de suprimir diversas composições regionais em todo o País, designadamente no interior e nas ligações deste com os grandes centros urbanos.

Em causa estão sobretudo os interesses de milhares de utentes deste modo gravemente lesados por uma medida que ao suprimir comboios regionais que serviam de ligação a composições que servem os principais centros urbanos deixou as respectivas regiões mais isoladas, sem que sequer tenham sido acauteladas ligações rodoviárias de substi-

tuição para minorar o problema dessas populações.

Decidida a coberto de um alegado ganho de tempo (maior rapidez) para o novo serviço «intercidades» entretanto criado, esta medida de suprimir comboios regionais para além do já citado prejuízo às populações está também a revelar-se errada nos próprios fundamentos aduzidos pelo conselho de gerência já que alguns dos referidos «intercidades», como assinalou Luís Roque, estão a fazer «mais tempo de percurso do que as composições anteriores que foram anuladas».

Está por exemplo neste caso o novo comboio n.º 501 que faz a ligação Lisboa/Leiria (intercidades) e que depois de servir cinco estações

utiliza um tempo de percurso de 2 horas e 41 minutos, enquanto que o antigo, o 4019, como lembrou o deputado comunista, depois de efectuar paragens em nove estações, fazia o mesmo percurso em 2 horas e 37 minutos.

Quanto aos novos horários impostos pelos gestores da CP a opinião hoje generalizada, segundo Luís Roque, é de que eles não servem a maioria das populações, afirmando-se desajustados pelas horas tardias a que as composições passam, não permitindo «ir e voltar no mesmo dia» como apregoa o slogan dos Caminhos de Ferro.

Depois de desmontar alguns dos argumentos falaciosos utilizados pela CP para

justificar a supressão de composições — há supressões que deixaram, por exemplo, povoações isoladas por mais de oito horas sem qualquer meio de transporte — o deputado comunista colocou o dedo na ferida ao afirmar que as medidas tomadas pela CP nada têm que ver com os argumentos por si apresentados, antes se inserem na «implementação camuflada» do seu plano a médio prazo que prevê o «fecho da rede secundária». «Esta é que é a grande verdade — asseverou —, e, no fundo, degradando mais ainda a já degradada oferta, pretende-se arranjar argumentos justificativos do facto consumado, isto é, do encerramento progressivo destas linhas».

## Assembleia da República

# 170 milhões para saneamento de EP's Aguçar apetite a privados?

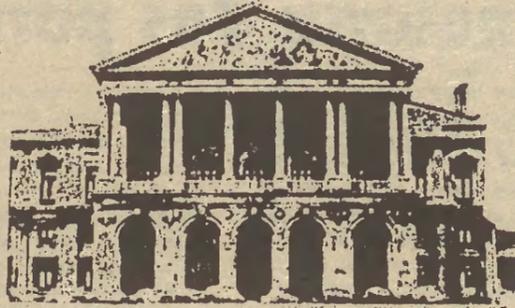
O Plenário apreciou na passada semana uma proposta de lei autorizando o Governo a emitir empréstimos até ao valor de 170 milhões de contos destinados a proceder ao saneamento financeiro das empresas públicas Setenave, Quimigal e Siderurgia Nacional. Acolhendo no geral a concordância dos partidos da oposição quanto ao alegado objectivo visado na proposta e quanto ao valor do empréstimo, o mesmo já não sucedeu quanto à forma utilizada pelo Governo, para obter a referida autorização, a qual, do ponto de vista por exemplo da bancada comunista, padece manifestamente do «vício da Inconstitucionalidade», vício extensível de igual modo ao conteúdo do seu artigo 2.º.

Sustenta o Grupo Parlamentar do PCP que tratando-se esta autorização de um endividamento do Estado e sendo os limites e as condições do endividamento público matéria do Orçamento do Estado, logo a alteração desses limites, como explicou Octávio Teixeira, «exige uma proposta de alteração orçamental, sob pena de poder ser declarada Inconstitucional».

Ora acontece que nada disto foi feito, optando o Governo por tratar estas operações de assunção de dívidas à margem do Orçamento e por proceder a operações de tesouraria, pese embora os alertas que lhe foram feitos em sede de Comissão para as questões de inconstitucionalidade levantadas pela sua preten-

são de tratar esta autorização como meras operações de tesouro, como operações extra-orçamentais.

O facto de o Executivo não ter atendido a estas prevenções levantadas na Comissão de Economia, Finanças e Plano quanto à proposta de lei, levariam Octávio Teixeira a interrogar-se sobre se é efectivamente real o objectivo do Governo de avançar para o necessário saneamento destas três empresas públicas. «Se é esse o seu objectivo que estultas razões levaram o Governo a não adequar plenamente a sua proposta de lei aos preceitos constitucionais? Será que apenas pretende negar a evidência de que não é um governo infalível e recusar reconhecer o facto indes-



mentável de que uma revisão orçamental não é um crime de lesa-Pátria? Ou estamos, tão-só, perante uma manobra de diversão do Governo, visando talvez pressionar determinadas alterações à Constituição agora que a Assembleia da República se debruça sobre a respectiva revisão?» — perguntaria Octávio Teixeira.

Na sua intervenção, o parlamentar comunista enumerou ainda as três condições que do ponto de vista da sua bancada devem ser preenchidas em ordem a eliminar todas as possíveis inconstitucionalidades da proposta e a garantir-lhe «eficácia prática». A primeira, disse, consiste na eliminação do número dois da proposta, ou seja, que o «o endividamento público decorrente seja tratado orçamentalmente e não em operações de tesouro», traduzindo-se a segunda na sua

requalificação como proposta de revisão orçamental, enquanto que a terceira estabelece como condição a votação na especialidade do diploma em plenário.

Alvo de comentários por parte do parlamentar comunista foram ainda o facto de o Governo não ter acompanhado a proposta de lei do necessário e cabal esclarecimento quanto aos problemas concretos e operações das reestruturações que envolvem as referidas três empresas públicas e, por outro lado, o próprio sentido dos saneamentos financeiros agora visados, os quais, atendendo à recente ofensiva legislativa do Governo contra o sector público, levantam legítimos receios de que estarão programados no intuito de «tornar as empresas públicas apetecíveis ao grande capital privado designadamente a empresas e grupos multinacionais».

## Lei do Latifúndio repudiada

Terça-feira última a sessão plenária foi integralmente ocupada com a discussão da proposta de lei n.º 31/V denominada de Lei de Bases da Reforma Agrária, eufemismo que na gíria dos trabalhadores agrícolas do Alentejo e Ribatejo significa Lei do Latifúndio.

Coube ao ministro da Agricultura Alvaro Barreto dar início ao debate com uma intervenção onde patenteou entre laivos de demagogia a sua disposição de levar por diante uma lei cuja paternidade não hesitou em assumir, recorrendo ainda sobre alguns estafados motivos que, segundo alegou, estariam na origem desta iniciativa legislativa, casos da adesão à CEE ou da criação de um clima de estabilidade e segurança.

Só que o debate viria a comprovar uma vez mais serem redondamente falsos os argumentos aduzidos pelo ministro, facto que se começou a tornar evidente desde logo quando instado a pronunciar-se sobre algumas questões suscitadas pelos deputados comunistas (Alvaro Brasileiro, Rogério de Brito e Lino de Carvalho) se escusou a responder alegando para o efeito que os seus interlocutores não lhe haviam feito perguntas mas sim mini-intervenções.

No seguimento do debate — enquanto milhares de trabalhadores agrícolas provenientes dos campos do Sul enchiam a Praça de S. Bento e ocupavam a totalidade das galerias destinadas ao público (ver pág. 4) uma onda de críticas choveu então sobre a bancada do Governo, facto particularmente visível na intervenção do deputado comunista Lino de Carvalho que, reflectindo o repúdio generalizado, começou por recordar o resultado da consulta pública no decorrer da qual foram emitidos pelas mais variadas entidades e organizações 528 pareceres, 98 por cento dos quais se pronunciaram contra a proposta do Governo.

Detendo-se no articulado da proposta, Lino de Carvalho referiu que nela se prevê o aumento das pontuações das reservas de 70 mil para 91 pontos, não se considera no cálculo da pontuação nem benfeitorias nem plantações ou povoamentos florestais, multiplica indefinidamente as reservas com a extinção dos indivíduos e confere e legitima todas as ilegalidades.

Interpretando a proposta como estando elaborada para o ministro e o Governo «tornarem todos os casos concretos, todos os obstáculos, todas as decisões judiciais que lhes têm sido desfavoráveis», Lino de Carvalho acentuou ainda que a sua aplicação conjugada «levaria não à salvaguarda do princípio da coexistência dos sectores público, privado e cooperativo ou social, mas ao completo desaparecimento da área expropriada e nacionalizada da Reforma Agrária e à reconstituição do latifúndio».

## Aumentos dos titulares de cargos políticos Proposta injusta a exigir reponderação

«Não podemos considerar que defende o prestígio das instituições democráticas propor um aumento de 13-14 por cento ou, segundo outras alternativas que o Governo propõe, valores ainda superiores para os titulares de cargos políticos e correr centenas de milhar de trabalhadores da função pública a aumentos de 6,5 por cento». As palavras são de João Amaral e reflectem a posição assumida pela bancada comunista no decorrer do debate realizado faz hoje uma semana em torno da proposta governamental sobre o regime remuneratório dos titulares de cargos políticos.

Um debate que veio de novo trazer a lume a forma «desconexa desconchavada e, de alguma maneira, mistificada» — os termos são de João Amaral — como esta questão do estatuto remuneratório da função pública tem sido tratada, colocando na ordem do dia, no entender dos parlamentares comunistas, a sua «reponderação profunda».

Para João Amaral, ao contrário da forma «desgarrada» e sectorial como esta questão tem sido tratada, importa ter uma «visão de conjunto» de toda esta problemática, o mesmo é dizer que a «questão da remuneração dos titulares dos cargos políticos não se separa dessa complexa situação remuneratória que é o estatuto da função pública».

Chamando a atenção para as assimetrias e distorções presentes na proposta, lembrou o deputado comunista o aumento de 6,5 por cento que o Governo estipulou para os trabalhadores da função pública (valor indiscutivelmente inferior ao da inflação do corrente ano) para logo a seguir questionar como é que «essas centenas de milhar de trabalhadores podem olhar para a Instituição democrática que aprova para os seus agentes um aumento que é, na proposta feita, pelo mínimo, o dobro do aumento que aprovou para esses trabalhadores?».

É à luz desta realidade que a proposta em apreço, na opinião do PCP, é inaceitável, devendo toda ela, segundo afirmou João Amaral, «ser reponderada através

de um estudo aprofundado da situação da função pública em que se tenha em atenção a situação da maioria dos funcionários públicos».

Ainda a este propósito, recordou o deputado comunista a situação do escalão inferior da função pública cujo vencimento entre 1974 e 1988 diminuiu, em termos reais, ou seja em termos de poder de compra, qualquer coisa como 35 por cento.

«É contra uma situação de injustiça como esta, que consideramos que, em primeiro lugar, devemos privilegiar estas centenas de milhar de trabalhadores, particularmente os administrativos, os professores e muitos outros sectores a quem não foi reconhecida justiça e que, portanto, é inaceitável isolar a situação dos titulares dos cargos políticos como aqui é feito», concluiria João Amaral.

Por consenso, a proposta baixou à comissão parlamentar respectiva para ser analisada por um prazo de 15 dias.

### Crimes de imprensa

Entre os diplomas submetidos à votação dos deputa-

dos na passada semana contou-se a proposta de lei de autorização legislativa que concede ao Governo poderes para introduzir na Lei de Imprensa as adaptações exigidas pela entrada em vigor do novo regime de processo penal.

Explicando as razões que levaram os deputados comunistas a votar contra esta proposta de lei (n.º 20/V), Jorge Lemos referiu em primeiro lugar aquilo que considerou os «direitos fundamentais», designadamente o direito dos jornalistas à liberdade de expressão, e que, do seu ponto de vista, com este diploma, «estão em causa».

Objecto das maiores reservas para a bancada comunista foi ainda o «modo como todo este processo foi conduzido pelo PSD», entendendo Jorge Lemos que teria sido uma boa solução que o Governo tivesse levado ao conhecimento da Assembleia o articulado do decreto que pretende publicar «através da proposta material» ou dando conhecimento em comissão do decreto que pretendia publicar ao abrigo da autorização legislativa, modificando assim o regime vigente no respeito pela Constituição e pelas leis.

## Baixo Alentejo Urge acabar com estado de abandono

Com 38 por cento da sua população analfabeta, 27 por cento no desemprego (a mais alta taxa do País) e cerca de 25 por cento situando-se acima dos 60 anos, o distrito de Beja corre o risco de ver substancialmente agravada a actual tendência de desertificação económica e social. O alerta foi deixado na passada semana na Assembleia pelo deputado comunista Manuel Filipe, eleito por aquele círculo, que para melhor elucidar o estado de abandono que foi votada a sua região lembrou igualmente a ausência quase total de formação profissional qualificada, a inexistência de indústrias transformadoras e o insuficiente aproveitamento dos recursos hídricos existentes na agricultura.

Este quadro não constitui porém nenhuma espécie de fatalismo numa região onde renovadas esperanças surgiram depois do 25 de Abril com o advento da Reforma Agrária. Como lembrou Manuel Filipe, embora para muitos só reste essa «esperança tantas vezes agredida», a verdade é que «é possível e necessário ultrapassar a crise em que está mergulhado o distrito», lembrando a propósito um conjunto de soluções e propostas apresentadas para o efeito num recente encontro do PCP subordinado precisamente à problemática do desenvolvi-

mento económico e social da região.

Insistindo na ideia central de que há soluções para o conjunto dos problemas que afectam o Baixo Alentejo, o deputado comunista deteve-se depois a pormenorizar algumas das medidas precomizadas no referido Encontro do PCP, salientando por exemplo no domínio agrícola a necessidade de ser posto termo a ofensiva contra a Reforma Agrária e, bem assim, à plantação indiscriminada de eucaliptos, enquanto que, por outro lado, deverá ser promovido o aproveitamento e a necessária renovação agrícola dos perímetros de Rega do Roxo, Odivelas e Mira.

Considerando o sector das indústrias extractivas como tendo um «papel preponderante», o deputado comunista defendeu para esta área o avanço dos projectos para a instalação da metalurgia do cobre e do zinco, a defesa dos interesses nacionais na exploração de jazigos de minério e o desenvolvimento dos projectos de novas fábricas de ácido sulfúrico e adubos.

Ao conhecimento do Plenário foram ainda levadas por Manuel Filipe soluções e propostas sobre outros sectores igualmente vitais para o desenvolvimento da região como sejam a acção social, a qualidade de vida e a saúde.

PCP

## Carlos Brito na Festa do Futuro, em Moscavide

# O contraste entre a política do Governo e os interesses da maioria dos portugueses

Ponto alto da Festa do Futuro, iniciativa do PCP que no último fim-de-semana animou **Moscavide**, localidade «fronteira» entre Lisboa e Loures, embora pertencendo a este último concelho, foi a intervenção proferida pelo camarada **Carlos Brito**, membro da Comissão Política do Partido e presidente da bancada comunista em S. Bento. O dirigente do PCP referiu-se largamente à situação nacional, salientando:

«A evolução da situação política e de modo especial a actuação do Governo de Cavaco Silva confirmam as preocupadas chamadas de atenção feitas pelos comunistas há um ano atrás, durante as eleições para a Assembleia da República, sobre as gravíssimas consequências que resultariam de uma vitória eleitoral do PSD, tanto para a situação económica e social da grande maioria dos portugueses, como para a vida democrática do país.»

«Estou certo — continuou — que muitos que não foram capazes de nos ouvir na altura estão hoje seriamente arrependidos da sua opção de voto.»

«O conflito insanável — acrescentou o deputado comunista — que opõe a política do Governo aos interesses da grande maioria dos portugueses é sem dúvida um dos traços característicos mais importantes da presente situação política e traduz-se tanto nas grandes lutas dos trabalhadores e de outras camadas populares contra a política governamental, como na visível redução da base social e política do Governo.»

### Poder de compra a diminuir

Carlos Brito passou, a seguir, à caracterização do Governo de Cavaco Silva, acentuando:

«Nunca depois do 25 de Abril existiu um Governo tão sistematicamente favorável aos ricos e tão deterministicamente desfavorável aos pobres.» Ilustrou esta afirmação chamando a atenção para vários aspectos concretos da actuação do Governo no domínio das políticas salarial e fiscal, o pacote laboral e outras políticas sociais. Disse em relação aos salários: «O Governo anunciou que a inflação ia ser de 6,5% e pretendeu fixar nessa tabela o tecto salarial, mas a inflação vai a caminho dos 8% o que significa que os salários reais vão ter uma quebra acentuada. Isto dizem os números, mas eu creio que todos sentimos na vida corrente que o nosso poder de compra está a diminuir.»

«Lembro a seguir que o Governo aumentou em 6,5% os trabalhadores da função pública, mas aumentou em 60% os directores-gerais e outras chefias, não teve na altura lata para aumentar em igual percentagem os titulares de cargos políticos, mas aumentou-os agora em cerca de 13,5%, isto é, o dobro do aumento dos trabalhadores da função pública.» «O PCP — informou Carlos Brito — votou na Assembleia da República contra esta injustiça.»

Lembro a seguir a grande derrota sofrida pelo Governo ao ser chumbado pelo Tribunal Constitucional, «o

rior levou tão longe os planos para a destruição das conquistas democráticas do 25 de Abril e assumiu tão abertamente a apologia e as medidas práticas para a restauração dos grupos monopolistas e do seu poder sobre a vida nacional.»

### Os «pacotes»...

O presidente do Grupo Parlamentar do PCP denunciou, a propósito, os principais pacotes governamentais: das privatizações, laboral e agrícola. Disse a propósito do primeiro que «o Governo está transformado numa agência de leilões para entregar aos grandes senhores do capital, a toda a pressa, as empresas públicas mais rentáveis ou a parte mais rentável de empresas públicas. Está em curso um verdadeiro assalto ao Sector Empresarial do Estado capitaneado pelo próprio Governo com total desrespeito pela Constituição.»

Carlos Brito chamou a seguir a atenção para a chamada «lei de delimitação de sectores» agora em discussão na Assembleia da República que é abertamente inconstitucional e que se destina não a delimitar mas a dar cobertura à destruição total do Sector Empresarial do Estado. Saudou a Marcha da Reforma Agrária contra a lei que tem em vista levar até ao fim a destruição desta grande conquista do 25 de Abril e que vai ser discutida no dia 28 na Assembleia da República.

Prosseguindo, Carlos Brito afirmou que «até agora o Governo e a reacção têm procurado antecipar a revisão da Constituição através da aprovação de leis ordinárias abertamente inconstitucionais — os «pacotes». Neste momento os cavaquistas voltam-se em força para a revisão da Constituição com o objectivo de consumir a todo o vapor uma verdadeira ruptura constitucional. A Constituição de que Cavaco Silva falou no recente Congresso do PSD nada tem a ver com a Constituição de Abril. O que o Primeiro-Ministro defendeu não foi uma revisão, mas uma destruição.»

### O papel do PS

O dirigente do PCP salientou mais adiante que «é especialmente preocupante que o PS não só não reaja com energia aos propósitos de ruptura constitucional claramente proclamados pelo PSD, mas também em áreas estratégicas da revisão constitucional, como a irreversibilidade das nacionalizações, a reforma agrária e outros princípios de organização económica, defesa posições que vão ao encontro dos objectivos do PSD e da direita.»

«O PCP — salientou Carlos Brito — considera de maior importância o prosseguimento e o aprofundamento do diálogo entre as forças democráticas, designada-

mente entre comunistas e socialistas, tendo em vista a defesa da Constituição.»

Apelou a seguir à participação popular no processo de revisão constitucional e salientou o carácter decisivo da luta de massas lembrando as grandiosas lutas contra o pacote laboral, concluindo que «mais uma vez se demonstrou que a luta não foi em vão.»

### XII Congresso do PCP

Passando a analisar o actual momento da vida partidária, Carlos Brito afirmou que já não falta muito para que os trabalhos preparatórios do XII Congresso entrem numa fase decisiva com a aprovação pelo Comité Central e o debate em todo o partido dos projectos de Programa e de revisão dos Estatutos e depois das Teses ou projecto de resolução política.

Lembro os apelos do Comité Central a todos os militantes para intervirem activamente em todos os aspectos da vida partidária e acentuou que «os trabalhos preparatórios do XII Congresso constituem um processo excepcionalmente importante para proceder à análise e ao amplo debate das questões que se colocam ao Partido no plano da direcção, da organização, dos objectivos e de propaganda, no aprofundamento do exame das mudanças verificadas na Sociedade portuguesa e da evolução da luta popular, do percurso da Revolução e das suas perspectivas, da complexa situação internacional e das novas questões colocadas pelo desenvolvimento do socialismo no Mundo.»

«Portugal, que caminho na Europa — a posição do PCP depois da adesão à CEE» é o tema do primeiro debate.

## Porto: encontro do sector metalúrgico

A evolução do sector metalúrgico e metalomecânico no distrito do Porto nos últimos anos, a realidade económica, a evolução tecnológica e as suas incidências, a situação do emprego e do desemprego, as implicações no sector em consequência da adesão à CEE, a situação social e a luta dos trabalhadores metalúrgicos, a organização do Partido foram temas que estiveram em discussão no passado sábado, dia 25 de Junho, durante todo o dia, no Encontro do Sector Metalúrgico e Metalomecânico do Distrito do Porto, promovido pelo sector de empresas da DORP, no Centro de Trabalho da Boavista. Um Encontro que, pela viva participação e largo debate, permitiu ao Partido um conhecimento muito profundo da realidade do sector.

Alguns importantes empresas encontram-se em situação difícil ou quase paralisadas, casos da Facar, Eduardo Ferreirinha e Irmãos, ou estão condicionadas pela política de destruição do Sector Empresarial do Estado, como é caso da Siderurgia Nacional e Ulic, ou, ainda, dependente do interesse do capital maioritário

mente que o desenvolvimento do sector é indissociável da luta por uma política de efectivo desenvolvimento económico nacional, baseada na criação acelerada de postos de trabalho, da melhoria das condições de vida da população, da satisfação das necessidades sociais (construção civil, infra-estruturas económicas e sociais) e no aproveitamento dos recursos nacionais (minérios de Moncorvo/Siderurgia Nacional/Pirites Alentjanas/Metalurgia do Cobre).

A região do Porto reúne um conjunto de infra-estruturas económicas — porto de mar, vias rodoviárias e aeroporto — que, se convenientemente aproveitadas no interesse nacional, poderão constituir suportes muito favoráveis à recuperação e ao desenvolvimento da actividade do sector. E foi salientada a necessidade de dinamizá-la no que refere à metalurgia e metalomecânica ligeira,

compreensível a situação vivida pelos produtores do planalto mirandês. Com os armazéns da EPAC em Duas Igrejas, Miranda do Douro e Sendim cheios de cereal, os agricultores mirandeses são obrigados a percorrer mais de 80 quilómetros para entregarem os cereais em Mogadouro, suportando os custos da deslocação. Quanto estamos em cima da nova colheita (perguntavam os comunistas no passado dia 23 de Junho), o que vão fazer os produtores com o cereal deste ano?».

«Ao prosseguir uma política de desmantelamento da EPAC (ver programa da Festa).

«Continuando a sua política de destruição das empresas nacionalizadas (entre as quais a EPAC) o Governo PSD/Cavaco Silva, ao permi-

«Portugal, que caminho na Europa — a posição do PCP depois da adesão à CEE» é o tema do primeiro debate.

«Portugal, que caminho na Europa — a posição do PCP depois da adesão à CEE» é o tema do primeiro debate.

«Portugal, que caminho na Europa — a posição do PCP depois da adesão à CEE» é o tema do primeiro debate.

«Portugal, que caminho na Europa — a posição do PCP depois da adesão à CEE» é o tema do primeiro debate.

«Portugal, que caminho na Europa — a posição do PCP depois da adesão à CEE» é o tema do primeiro debate.

«Portugal, que caminho na Europa — a posição do PCP depois da adesão à CEE» é o tema do primeiro debate.

«Portugal, que caminho na Europa — a posição do PCP depois da adesão à CEE» é o tema do primeiro debate.

# O que se passa com o escoamento do cereal no planalto mirandês?

## Comunicado da Distrital de Bragança

«Os problemas do escoamento de cereais no concelho de Miranda do Douro são abordados pela Comissão Distrital de Bragança do PCP em comunicado divulgado recentemente aos órgãos de Comunicação Social.

Intitulado «o que se passa com o escoamento do cereal no planalto mirandês?», o breve documento que a Distrital do Partido fez chegar aos jornalistas começa por referir:

«Vão iniciar-se dentro de poucos dias as ceifas no nordeste transmontano. Prevê-se que a produção de cereais deste ano seja inferior à de 1987, mas esteja dentro da média dos últimos anos. Se a produção não é razão de preocupação para os agricultores, já o mesmo não acontece com o escoamento. Continuam a verificar-se dificuldades, nomeadamente no concelho de Miranda do Douro. Mesmo tendo em conta que 87 foi um ano de produção excepcional, é in-

## «Diálogos de hoje para soluções do amanhã»

# Debates no distrito de Setúbal

«Portugal, que caminho na Europa — a posição do PCP depois da adesão à CEE» é o tema do primeiro debate.

«Portugal, que caminho na Europa — a posição do PCP depois da adesão à CEE» é o tema do primeiro debate.

«Portugal, que caminho na Europa — a posição do PCP depois da adesão à CEE» é o tema do primeiro debate.

«Portugal, que caminho na Europa — a posição do PCP depois da adesão à CEE» é o tema do primeiro debate.

«Portugal, que caminho na Europa — a posição do PCP depois da adesão à CEE» é o tema do primeiro debate.

«Portugal, que caminho na Europa — a posição do PCP depois da adesão à CEE» é o tema do primeiro debate.

«Portugal, que caminho na Europa — a posição do PCP depois da adesão à CEE» é o tema do primeiro debate.

«Portugal, que caminho na Europa — a posição do PCP depois da adesão à CEE» é o tema do primeiro debate.

«Portugal, que caminho na Europa — a posição do PCP depois da adesão à CEE» é o tema do primeiro debate.

«Portugal, que caminho na Europa — a posição do PCP depois da adesão à CEE» é o tema do primeiro debate.

«Portugal, que caminho na Europa — a posição do PCP depois da adesão à CEE» é o tema do primeiro debate.

«Portugal, que caminho na Europa — a posição do PCP depois da adesão à CEE» é o tema do primeiro debate.

«Portugal, que caminho na Europa — a posição do PCP depois da adesão à CEE» é o tema do primeiro debate.

«Portugal, que caminho na Europa — a posição do PCP depois da adesão à CEE» é o tema do primeiro debate.

«Portugal, que caminho na Europa — a posição do PCP depois da adesão à CEE» é o tema do primeiro debate.

«Portugal, que caminho na Europa — a posição do PCP depois da adesão à CEE» é o tema do primeiro debate.

«Portugal, que caminho na Europa — a posição do PCP depois da adesão à CEE» é o tema do primeiro debate.

«Portugal, que caminho na Europa — a posição do PCP depois da adesão à CEE» é o tema do primeiro debate.

«Portugal, que caminho na Europa — a posição do PCP depois da adesão à CEE» é o tema do primeiro debate.

«Portugal, que caminho na Europa — a posição do PCP depois da adesão à CEE» é o tema do primeiro debate.

«Portugal, que caminho na Europa — a posição do PCP depois da adesão à CEE» é o tema do primeiro debate.

«Portugal, que caminho na Europa — a posição do PCP depois da adesão à CEE» é o tema do primeiro debate.

«Portugal, que caminho na Europa — a posição do PCP depois da adesão à CEE» é o tema do primeiro debate.

«Portugal, que caminho na Europa — a posição do PCP depois da adesão à CEE» é o tema do primeiro debate.

## FESTAS DO PCP

- Almada
- Grândola
- Pinhal Novo
- Alvalade Sado

Almada, Grândola, Pinhal Novo e Alvalade-Sado estão em festa neste próximo fim-de-semana por iniciativa das organizações locais do PCP. Em duas destas jornadas de convívio popular (Almada e P. Novo) haverá comícios com intervenção do secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal. Na Festa da Fraternidade, em Grândola, estará Carlos Brito, da Comissão Política do Partido e presidente do Grupo Parlamentar comunista na Assembleia da República.

## Festa nos Olivais

Está em preparação mais uma Festa da Liberdade, jornada de convívio popular organizada pelos comunistas nos Olivais, em Lisboa, e que terá lugar no próximo dia 10. Dos múltiplos pontos de interesse desta realização, já com fortes tradições na capital, ressalta a prova de atletismo «Correr em Liberdade», aberta a todos os escalões etários.

## ● Braga ● Couço

Só já falta uma semana para a Festa da Alegria. Os preparativos da grande festa do Norte entraram na ponta final e, como nos dizem de Braga, o próximo fim-de-semana é decisivo. Daí o apelo lançado pela comissão executiva da Festa para a participação de camaradas e amigos na jornada de trabalho voluntário do próximo fim-de-semana, no Parque e no Palácio Municipal de Exposições. Sábado e domingo, a partir das 9.30 h, todas as ajudas serão bem recebidas. No próximo Avante! contamos dar em pormenor toda a vasta programação da Festa da Alegria/88. Para já, uma informação importante para os membros do Clube dos Amigos da Festa:

«Convocam-se, nos termos da declaração de princípios aprovada na reunião de fundação do Clube dos Amigos da Festa da Alegria, realizada em Braga, em 1986, todos os sócios fundadores do Clube e todos os amigos da Festa interessados, para participarem na Assembleia Geral ordinária a realizar na X Festa da Alegria, às 12.30 horas de domingo, dia 10 de Julho, num dos restaurantes da Festa. Trata-se, nos termos da declaração, de uma assembleia-convívio de faca e garfo e com todos os requisitos adequados.

«As inscrições devem ser feitas para o Centro de Trabalho de Braga ou na própria festa, no serviço de recepção e informações.»

Recorde-se, entretanto, que de várias regiões do País partirão excursões com destino a Braga. É o caso do Minho, onde se prepararam viagens com partidas de Guimaraes, Vila Nova de Famalicão e Fão. São prestados todos os esclarecimentos nos CTs do Partido nessas zonas.

Festa não é só no Norte. Cá mais abaixo, no Ribatejo, o Couço, no concelho de Coruche, também estará animado com mais uma edição da tradicional «Festa da Espiga Vermelha», nos dias 9 e 10. No próximo Avante! aqui estarão os pormenores desta iniciativa da Comissão de Freguesia do Couço do PCP.

Espectáculos, exposições, artesanato, debates, actividades culturais e desportivas, «comes-e-bebes» e diversas surpresas constituem os programas da Festa da Amizade (Laranjeira, 1, 2 e 3 de Julho), da Festa da Fraternidade (Grândola, 1, 2 e 3 de Julho), da Festa Amiga (Pinhal Novo, 1, 2 e 3 de Julho) e da Festa do Trabalhador (Alvalade-Sado/Santiago do Cacém, 2 e 3 de Julho).

Ver na Agenda os pontos principais da programação das festas

lhas para distribuir. Informa a comissão organizadora da Festa da Liberdade que «haverá classificação colectiva, contando para o eleito os primeiros 10 atletas no conjunto dos escalões etários e será atribuída taça (ou troféu) até aos 5 primeiros classificados.»

As inscrições funcionam no Centro Vitória, na Av. de Liberdade, até às 21 horas do próximo dia 9, onde são prestados todos os esclarecimentos.

«Portugal, que caminho na Europa — a posição do PCP depois da adesão à CEE» é o tema do primeiro debate.

«Portugal, que caminho na Europa — a posição do PCP depois da adesão à CEE» é o tema do primeiro debate.

«Portugal, que caminho na Europa — a posição do PCP depois da adesão à CEE» é o tema do primeiro debate.

«Portugal, que caminho na Europa — a posição do PCP depois da adesão à CEE» é o tema do primeiro debate.



O PCP  
E A  
PARTICIPAÇÃO  
POPULAR  
NA  
REVISÃO  
DA  
CONSTITUIÇÃO

HOTEL ROMA  
3 JULHO 1988

O PCP e a participação popular na revisão da Constituição é o tema do colóquio que o Partido leva a efeito no próximo domingo, dia 3, no Hotel Roma, em Lisboa, a partir das 10 horas.

Prevê-se a participação de 300 membros do PCP de todas as regiões do País, segundo uma nota da SIP divulgada aos órgãos de Comunicação Social.

O colóquio decorrerá em painéis sucessivos, com os seguintes temas, horário e participantes:

### Painel 1

● Das 10 às 11.30 h — «Liberdades e Garantias Pessoais e dos Trabalhadores», presidido por Jerónimo de Sousa e com intervenções de J. J. Gomes Canotilho, Barros Moura, Jorge Leite e Manuel Gusmão.

### Painel 2

● Das 12 às 13.30 h — «Organização Económica», presidido por António Andrez e com intervenções de Octávio Teixeira, José Magalhães, Avelãs Nunes, Sérgio Ribeiro e Lino de Carvalho.

### Painel 3

● Das 15 às 16.30 h — «Organização do Poder Político», presidido por Carlos Brito e com intervenções de Luís Sá, J. J. Gomes Canotilho, Odete Santos, José Manuel Mendes e Daniel Branco.

### Painel de encerramento

● As 17.00 horas — presidido por José Casanova e com intervenção de Carlos Brito. O colóquio é aberto aos órgãos de Comunicação Social.

## Telegrama a Achille Occhetto

O secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, enviou a Achille Occhetto, secretário-geral do Partido Comunista Italiano, por ocasião da sua eleição, o seguinte telegrama:

Por ocasião da eleição para secretário-geral do PCI enviamos as fraternais saudações dos comunistas portugueses. Formulamos votos dos maiores sucessos ao vosso Partido e confirmamos o empenhamento do reforço dos laços de tradicional amizade entre o PCP e o PCI.

PCP

## Em 1.º Encontro Nacional do PCP

## Sector automóvel quer rodar em segurança

Com a presença de mais de 100 participantes, realizou-se em Lisboa, no passado sábado, o 1.º Encontro Nacional do PCP sobre o Sector Automóvel, inserido nos trabalhos preparatórios do XII Congresso do PCP e com o objectivo de discutir a situação do sector automóvel, em todas as suas vertentes.

Durante todo o dia e ao longo de 32 intervenções, o Encontro analisou diversas questões importantes para o sector: a evolução recente da indústria automóvel nos países capitalistas, o sector automóvel em Portugal nas suas variadas componentes (a indústria — montagem e fabricação de componentes — o fabrico de motociclos e bicicletas, o comércio e a reparação), as consequências da integração na CEE e a situação social. Em relação a este último aspecto foi dada particular atenção a problemas como a defesa dos postos de trabalho, a estabilidade e precariedade, os direitos e garantias, a higiene e segurança, os horários de trabalho e a melhoria das condições de vida.

A nota dominante do Encontro foi a exigência de uma nova política para o sector automóvel no nosso País, assente na satisfação das necessidades nacionais, na defesa da independência e soberania nacionais e no desenvolvimento da economia e, ainda, na defesa dos postos de trabalho, na estabilidade e segurança no emprego e na melhoria das condições de vida e de trabalho.

Participaram no Encontro trabalhadores de todas as áreas do sector automóvel no nosso País: fabrico e montagem de veículos, máquinas agrícolas, motorizadas e bicicletas, reboques e atrelados, componentes, comércio de veículos novos e usados e reparações.

Estiveram também presentes representantes de sectores indirectamente ligados à actividade do sector automóvel, nomeadamente dos seguros e transportes. Os trabalhos foram encerrados com uma intervenção de **Abaim Inglês**, membro do CC do PCP e deputado do Partido ao Parlamento Europeu, que expôs com algum detalhe questões e problemas emergentes da nossa integração na CEE e no quadro das regras comunitárias entretanto impostas ao nosso País. Houve um documento aprovado no Encontro por unanimidade e aclamação, após ser discutido e sofrer numerosas alterações propostas pelos participantes; condensamo-lo a seguir. Entretanto chegaram três saudações à mesa (das ORT's do grupo Salvador Caetano, da célula da Molaflex e de um dirigente sindical) e foram aprovadas duas moções — uma de apoio à luta dos trabalhadores do sector automóvel amanhã, dia 1 de Julho, pela negociação do contrato e contra o pacote laboral e outra de apoio à luta da Reforma Agrária.

## Propostas válidas

**Sector automóvel — sector em transformação acelerada; sector automóvel em Portugal — futuro incerto; situação social dos trabalhadores do sector; elementos para uma nova política para defender os postos de trabalho; a acção dos comunistas na defesa dos interesses dos trabalhadores** — estes os temas abordados na resolução aprovada no encontro nacional do PCP.

No entender dos comunistas, sublinha o texto, «impõe-se uma nova política para o sector, que permita adequar o aparelho produtivo nacional à abertura do mercado interno, pela análise e consideração de projectos que não representem apenas vantagens para os construtores». Para o efeito, considera-se essencial:

- Renegociação dos acordos com a CEE no sentido do alargamento do prazo de protecção, bem como a im-

produção nacional para outros mercados;

- Defesa da indústria de componentes quer na perspectiva de suporte à fabricação de montagens em território nacional, quer na perspectiva de exportação, através de apoio tecnológico e («investigação aplicada em institutos especializados e universidades»), financeiro e na formação de pessoal e acordos com produtores especializados, integrados ou não com os acordos com os construtores de automóveis;

- Reconversão das linhas de montagem não viáveis.

- Viabilização e desenvolvimento da UTIC, através do seu saneamento financeiro e actualização do aparelho produtivo, inserindo-a equitativamente na renovação da frota de RN, CARRIS, STCP



A caracterização dos principais problemas do sector e a definição de objectivos e propostas para a sua superação foram preocupações salientes do 1.º Encontro Nacional do PCP sobre o sector automóvel



e outros transportadores rodoviários.

No tocante à fabricação de veículos de duas rodas, são necessárias, como sublinhou o encontro do PCP:

- Medidas tendentes à projecção da produção nacional no mercado internacional, com selecção e modernização dos tipos de veículos que podem ser mais competitivos na busca dos mercados susceptíveis de penetração;

- Implementação de um plano de desenvolvimento de subsector, com assunção, pelo Governo das suas responsabilidades, que tenha em conta:

- Reconversões adequadas e modernização de equipamentos e tecnologias;

- A possibilidade de intervenção do Estado em empresas em situação económi-

ca-financeira declaradamente difícil.

A parte final do documento aborda, como já referimos, «a acção dos comunistas na defesa dos interesses dos trabalhadores», tema que suscita as palavras que se seguem:

*A organização e acção dos trabalhadores tem provado ser indispensável a defesa dos seus interesses. Nas maiores empresas e naquelas onde a organização dos trabalhadores funciona tem sido possível o desenvolvimento da luta por objectivos gerais e reivindicações internas com a conquista de importantes vitórias.*

*Nesta situação e tendo presente a incerteza das perspectivas de evolução futura, assume importância fundamental:*

- O reforço e dinamização dos órgãos representativos dos trabalhadores;

- A cooperação e coordenação das várias estruturas representativas;

- A elevação do nível de sindicalização;

- A procura permanente da unidade dos trabalhadores na acção concreta;

- O reforço da solidariedade internacional dos trabalhadores, nomeadamente no quadro dos países da CEE.

No momento que atravessamos é também indispensável conhecer a fundo as perspectivas de evolução de cada empresa para a tempo se definirem linhas de acção e exigirem soluções para a defesa dos interesses fundamentais dos trabalhadores, que passam pela concretiza-

ção duma nova política para o sector que valorize os recursos nacionais, em particular os humanos, de que destacamos:

- Garantia de emprego dentro ou fora do sector;

- Direito à estabilidade no emprego;

- O avanço da investigação e desenvolvimento, do ensino e da formação profissional, condição necessária à minimização da intervenção das transnacionais;

- Concretamente no domínio da formação profissional, os trabalhadores exigem: uma formação não selectiva (abrangendo todos os trabalhadores), inicial, de reciclagem e contínua, não só para acompanhar a evolução tecnológica do sector, como também para preparar os trabalhadores que eventualmente venham a exercer funções noutros sectores;

- Uma política salarial mais justa visando uma maior quota de participação dos trabalhadores no rendimento nacional;

- Uma política de higiene e segurança no trabalho que assegure que o objectivo de prevenção do acidente e da doença seja atingido, investindo em acções de formação, de aquisição de equipamento individual e colectivo, criando condições ao funcionamento das Comissões de Higiene e Segurança e o respeito pelos regulamentos existentes;

- Redução dos horários para o máximo de 40 horas por semana;

- Respeito pelos direitos e

garantias dos trabalhadores, expressos na Constituição da República, nas leis laborais e na contratação colectiva, reclamando a intervenção efectiva da IGT (Inspecção do Trabalho) de modo a garantir tais direitos.

## Aveiro

Convívios, sorteios, donativos, quotas suplementares — com estas e outras iniciativas está a avançar a campanha de fundos de Verão em curso no distrito de Aveiro. Como assinalam as Concelhias e a Distrital do PCP, as férias estivais são um período de alguma dificuldade na recolha das receitas normais do Partido e daí a necessidade de uma campanha de fundos de Verão, visando a angariação de donativos especiais ou quotas suplementares correspondentes ao subsídio de férias.



## Atenção, camaradas da «zona do pinhal»

## • Reuniões em Lisboa e Barreiro

Discutir o trabalho do Partido e a dinamização da CDU na zona é o objectivo das reuniões promovidas pela Comissão Distrital de Castelo Branco, no Barreiro (dia 2 de Julho, no CT concelho) e em Lisboa (dia 3 de Julho, domingo, às 15.30 no Vitória) decorrerão reuniões abertas a camaradas e amigos do Partido, com a participação de um elemento da Comissão Distrital de Castelo Branco do PCP.

Assim, informam-se os militantes comunistas residentes

na Grande Lisboa e ligados à chamada «zona do pinhal» da região de Castelo Branco que no Barreiro (dia 2 de Julho, sábado, às 15 horas, no CT concelho) e em Lisboa (dia 3 de Julho, domingo, às 15.30 no Vitória) decorrerão reuniões abertas a camaradas e amigos do Partido, com a participação de um elemento da Comissão Distrital de Castelo Branco do PCP.

PCP

# Quem quer cantar no Festival?!...

Aí está o Festival da Canção Juvenil da Festa do «Avante!» 88, este ano na sua segunda edição! Estamos recordados do grande sucesso que constituiu a primeira edição e do significado cultural que ela teve, um pouco por todo o País, dinamizando energias e criatividade e produzindo um Festival com pernas para andar — e até bem longe! Dada a importância da iniciativa, publicamos nesta edição e na íntegra o Regulamento do Festival, prometendo, desde já, que havemos de voltar ao assunto. Atenção, músicos e artistas amadores deste País! O Festival está aí!

## Artigo 1.º

A Comissão Nacional da Festa do «Avante!», as organizações regionais do PCP e a Juventude Comunista Portuguesa — JCP —, organizam no quadro da realização da 12.ª Festa do «Avante!» (9, 10 e 11 de Setembro de 1988) o 2.º Festival da Canção Juvenil da Festa do «Avante!».

## Artigo 2.º

O Festival da Canção Juvenil decorrerá em duas fases:

a) A primeira, constituída por Festivais Locais a realizar pelas organizações do PCP, da JCP ou por outras entidades que se queiram associar à iniciativa.

b) A segunda, constituída pela Final dos Festivais que decorrerá na Festa do «Avante!» de 1988.

## Artigo 3.º

Poderão concorrer ao Festival da Canção Juvenil da Festa do «Avante!», jovens não inscritos no Sindicato dos Trabalhadores dos Espectáculos ou no Sindicato dos Músicos e que:

a) Na categoria de solistas não tenham média de idade superior a 30 anos.

b) Na categoria de grupos não atinjam uma média de idades superior a 30 anos.

## Artigo 4.º

1. O Festival compreende a modalidade de «solistas» e a modalidade de «grupos de música popular» e «grupos de música rock».

2. Solista, é o concorrente que se apresenta em palco, sozinho ou acompanhado por mais um músico.

3. Grupo, é o concorrente que se apresenta com um número superior de elementos ao referido no número anterior.

## Artigo 5.º

Cada concorrente (solista ou grupo) inscrever-se-á com o máximo de duas canções de tema livre, que será por ele interpretada em português.

## Artigo 6.º

Os concorrentes ao Festival não poderão utilizar qualquer forma de *play back*.

## Artigo 7.º

1. Não é obrigatório que as letras e músicas sejam da autoria do concorrente.

2. Caso o não sejam, terão no entanto de ser de autoria

de pessoa não inscrita no Sindicato dos Trabalhadores dos Espectáculos, no Sindicato dos Músicos, na Sociedade Portuguesa de Autores ou na Associação Portuguesa de Escritores.

## Festivais Locais

### Artigo 8.º

Poderão concorrer aos Festivais Locais todos os jovens que se encontrem nas condições referidas nos artigos 3.º, 4.º, 5.º, 6.º e 7.º do presente regulamento.

### Artigo 9.º

1. As entidades organizadoras citadas no artigo 1.º, trabalharão para que o Festival se realize em todos os Distritos do Continente e nas Regiões Autónomas.

2. Em cada Distrito e Região Autónoma poderão realizar-se Festivais concelhios ou interconcelhios preparatórios dos Festivais Distritais ou Regionais.

3. Os concorrentes vencedores dos Festivais referidos no número anterior, participarão nos respectivos Festivais Distritais ou Regionais.

### Artigo 10.º

1. As entidades que se queiram associar ou promover a realização dos Festivais Locais deverão contactar as entidades organizadoras citadas no artigo 1.º.

2. Independentemente da entidade organizadora, qualquer Festival Local que se integre no Festival da Canção Juvenil da Festa do «Avante!», terá de respeitar o estabelecido no presente regulamento.

### Artigo 11.º

1. A inscrição dos concorrentes aos Festivais Locais far-se-á junto da entidade organizadora, dentro dos prazos por esta fixados e mediante o preenchimento de um boletim de inscrição.

2. Do boletim de inscrição constará, designadamente o nome, data de nascimento, estado, profissão, local de residência, telefone ou outra forma de contacto do concorrente ou concorrentes, bem como a identificação dos autores da letra e da música caso não sejam dos próprios concorrentes.

3. No acto de inscrição os concorrentes deverão também entregar um exemplar da letra da canção.

4. A entidade organizadora poderá recusar a inscrição de

uma canção cuja letra atente contra os valores da Paz e da Democracia.

### Artigo 12.º

Os Festivais Locais decorrerão obrigatoriamente em recintos públicos, em moldes e nas datas a definir pelas entidades organizadoras e nas quais participarão todos os concorrentes inscritos.

### Artigo 13.º

1. Para cada Festival Local, a entidade organizadora promoverá a constituição de um júri de acordo com as características e possibilidades locais.

2. A entidade organizadora, com a antecedência necessária, deverá anunciar aos concorrentes a composição do júri bem como as suas normas de funcionamento.

### Artigo 14.º

1. A cada um dos elementos do júri, antes do início do Festival, serão entregues:

a) Os elementos de identificação dos concorrentes — solistas e grupos.

b) Um exemplar das letras das canções concorrentes.

c) Um boletim de voto, contendo: os títulos da canção, a identificação dos concorrentes e os quadrados para a respectiva pontuação.

2. Cada elemento do júri classificará cada uma das canções concorrentes em cada uma das categorias, segundo uma escala de — 0 a 10 — correspondendo o 10 à mais alta pontuação.

3. No final da audição de todas as canções concorrentes e depois de efectuadas todas as pontuações, o júri lançará numa urna os respectivos boletins de voto.

4. O apresentador do Festival procederá depois à leitura dos boletins de voto, um a um e canção a canção, inscrevendo as respectivas pontuações num quadro instalado no palco.

### Artigo 15.º

1. A canção concorrente que obtiver a pontuação mais elevada em cada uma das modalidades, ficará apurada para a segunda fase do FCJFA — o Festival Nacional.

2. A entidade organizadora do Festival Local poderá estabelecer a atribuição de prémios aos classificados e concorrentes ao Festival por si organizado.

3. Caso numa das modalidades não participe mais de um concorrente, caberá ao júri do Festival Local decidir, tendo em conta critérios de qualidade, o seu apuramento ou não para a Final do Festival.

### Artigo 16.º

Para formalizarem a sua presença na segunda fase do FCJFA, os concorrentes apurados em cada um dos Festivais Locais (Distritais ou Regionais), terão de, no prazo de quinze dias após a realiza-

## II FESTIVAL DA CANÇÃO



### JUVENIL

ção deste, fazer entrega à entidade organizadora local, de um envelope contendo:

a) Uma ficha de inscrição idêntica à preenchida para o Festival Local.

b) Dois exemplares dactilografados da letra da canção.

c) Uma cassette gravada pelo concorrente, interpretando a respectiva canção.

d) Identificação dos autores da letra e da música, caso não sejam da autoria do concorrente.

### Artigo 17.º

As entidades organizadoras dos Festivais Locais, procederão no prazo de dias após o fim do período de quinze dias estabelecido no artigo 16.º, ao envio dos envelopes dos concorrentes, para a Comissão Coordenadora do Festival Nacional.

### Artigo 18.º

1. As entidades organizadoras locais podem decidir sobre todos os problemas que se coloquem, incluindo a elaboração de regulamentos próprios, desde que estes não contradigam o estabelecido neste regulamento geral.

2. Os casos duvidosos deverão ser resolvidos, após consulta à Comissão Coordenadora do Festival Nacional.

## Final do Festival da Canção Juvenil

### Artigo 19.º

A Final do Festival decorrerá num dos Palcos da Festa do «Avante!» de 1988.

### Artigo 20.º

1. Para a Final do Festival, a Comissão Coordenadora constituirá um júri, composto por 15 elementos e por forma a ser amplamente representativo e qualificado do ponto de vista artístico, técnico, social e político.

2. Do júri fará parte um membro da Comissão Executiva da Festa do «Avante!» de 1988.

### Artigo 21.º

1. O júri, a convocação da Comissão Coordenadora, reunirá pela primeira vez, para colectivamente decidir do seu modo de funcionamento, do sistema de votação bem como da respectiva atribuição de prémios aos concorrentes vencedores.

2. O júri e a Comissão Coordenadora, conjuntamente com a Comissão de Espectáculos da Festa do «Avante!», decidirão da hora, local e modo de funcionamento da Final do Festival da Canção Juvenil.



3. Os resultados da Final do Festival serão divulgados após a sua realização e publicados no jornal «Avante!», na semana seguinte.

## Prémios

### Artigo 22.º

1. Os concorrentes à Final do Festival da Canção Juvenil da Festa do «Avante!» de 1988, candidatam-se à atribuição dos seguintes prémios:

a) **1.º classificado na modalidade de grupos de música popular e de música rock**, a cada um:

— Prémio no valor de 150 000\$00, constituído por equipamento de amplificação sonora ou instrumentos musicais, à escolha do premiado.

b) **1.º classificado na modalidade de solistas**:

— Prémio no valor de 100 000\$00, constituído por equipamento de amplificação sonora ou instrumentos musicais, à escolha do premiado.

c) **2.º classificado na modalidade de grupos de música popular ou de música rock**, a cada um:

— Prémio no valor de 80 000\$00, constituído por equipamento de amplificação sonora ou instrumentos musicais, à escolha do premiado.

d) **2.º classificado na modalidade de solistas**:

— Prémio no valor de 50 000\$00, constituído por equipamento de amplificação sonora ou instrumentos musicais, à escolha do premiado.

e) **Prémio para a melhor música original**, no valor de 80 000\$00, constituído por um instrumento musical à escolha do premiado.

f) **Prémio para a melhor letra original**, constituído por uma máquina de escrever no valor de 25 000\$00.

g) **Prémio para a melhor interpretação**, constituído por discos e livros a adquirir na Livraria CDL, no valor de 25 000\$00.

### Artigo 23.º

O júri nacional poderá não atribuir qualquer dos prémios previstos nas alíneas e), f) e g), se entender que os trabalhos o não justificam.

### Artigo 24.º

Todos os concorrentes ao 2.º Festival da Canção Juvenil receberão, no decorrer dos Festivais Locais, uma EP —

Entrada Permanente — na Festa do «Avante!» de 1988.

## Festival avança

Entretanto o Festival avança. Como se sabe, dinamizar a música revelando os jovens, é o objectivo principal do Festival da Canção Juvenil da Festa do «Avante!». Para tal, já estão abertas as inscrições para o Festivais Concelhios e Distritais.

Autopropondo-se para uma das três categorias (grupo rock, grupo música popular portuguesa, solistas), os jovens que efectuarem a sua inscrição têm já direito a uma EP.

Um júri de personalidades ligadas à música e às letras elegerá aqueles que tocarão na final nacional a decorrer nos palcos da Festa do «Avante!» (em Loures, 9, 10 e 11 de Setembro, como é sabido), colocando-se assim a música portuguesa jovem ao lado de grandes nomes da música internacional.

Os vencedores do Festival Nacional, receberão elevadas somas em instrumentos musicais, estando ainda em estudo a possibilidade de atribuição de prémios nos festivais locais. As inscrições podem ser feitas nas organizações regionais e locais do PCP e da JCP, como se refere no Regulamento atrás transcrito.

Mas, como já afirmámos, o Festival avança. Em Braga tem lugar dia 9/7/88 a final distrital dos Concelhos de Braga, Porto e da Região de Trás-os-Montes na Festa da Alegria — 8, 9 e 10 de Julho. Mas há mais:

Leiria — final a 9/7/88 pelas 21.00h em S. Pedro de Moel. Évora — final a 9/7/88 (Arraiolos); Guarda — final a 17/7/88 pelas 21.00 h nos Bombeiros Voluntários de Seia. Viseu — final a 10/7/88 no parque da cidade. Setúbal — Final a 30 de Julho pelas 21.00 h na praia de Sesimbra. Quanto a finais concelhias, temos:

Coimbra — 16 Julho, no Parque da Sereia; Figueira da Foz — 23 Julho, em Buarcos, no Largo da Varina; Lorbão — 7 Agosto, no jardim.

A Distrital de Castelo Branco realiza-se a 30 de Julho e contará com a presença já confirmada do cantor Samuel, no convívio final. Samuel e Jorge Lomba participarão também noutros Festivais Distritais.

## Internacional

## Afeganistão

Os difíceis caminhos da paz  
Acordos de Genebra desrespeitados

O «banho de sangue», a tomada de Kabul pelos grupos armados de oposição afegã, que em previsões avançadas por costumeiros «analistas», seria o desenvolvimento lógico do início da retirada das tropas soviéticas do Afeganistão a 15 de Maio, não se consumou.

Tais «previsões» — tomando desejos por realidades — partiam da própria propaganda que lhes dá base. O governo afegão (qualquer um, que não entre nos esquemas ambicionados pelo imperialismo) estaria isolado. A sua única base de apoio seriam as tropas soviéticas. Os bandos armados e treinados no Paquistão, que gozam dos auxílios decisivos dos Estados Unidos, contariam com o apoio popular. Os factos testemunham que tais esquemas nada têm a ver com as realidades.

A resposta — tipicamente terrorista — à assinatura dos acordos de Genebra, ficou-se por oito tiros de roquetes, e um camião armadilhado, que provocou a morte de cerca de quatro dezenas de pessoas, entre as quais treze crianças.

Um tipo de acções que leva aliás ao isolamento interno dos seus autores. Neste caso directamente apontados a dedo por uma assembleia religiosa que em nome de Allah condenou os autores das acções terroristas da forma mais clara: «O assassinato de muçulmanos por muçulmanos é proibido pelo Corão. Os seus autores são severamente punidos por Allah. Estes atentados cometidos no momento em que os

nossos piedosos muçulmanos se preparam para a refeição do mês sagrado do ramadão demonstra a inimizade destes elementos extremistas em relação aos princípios sagrados da religião islâmica. A assembleia dos «ulémas» considera que a política de reconciliação nacional é uma política islâmica e felicita-se do apoio com que ela conta entre todos os muçulmanos afegãos».

Uma declaração que simultaneamente testemunha do particular carácter do processo e da realidade sociopolítica afegã, e do apoio popular com que conta a política de reconciliação nacional, promovida pelo Partido Democrático e Popular do Afeganistão (PDPA).

Um contexto em que se torna particularmente claro o porquê do prosseguimento da guerra, também depois da assinatura de acordos de paz. Quem a alimenta e estimula.

## Acordos de Genebra desrespeitados

Apenas duas semanas decorridas sobre a assinatura dos acordos de Genebra — que abriram, e não apenas para o Afeganistão, uma particular perspectiva de solução política de conflitos regionais — o Ministério de Negócios Estrangeiros soviético divulgava uma nota de denúncia do não cumprimento dos acordos.

Na nota dizia-se que «outros participantes nos acordos de Genebra consideram ainda a sua concretização como uma acção unilateral, procurando, de facto, reduzir todo o assunto ao respeito dos prazos e etapas da retirada do contingente limitado militar soviético».

E sublinha-se: «Convém lembrar que a essência e o fundamento dos acordos de Genebra são cláusulas sobre a cessação da ingerência nos assuntos internos do Afeganistão a partir do território paquistanês. A coordenação da questão sobre a retirada das tropas soviéticas do Afeganistão só foi possível no contexto dos compromissos contidos no acordo afegano-paquistanês sobre a não-ingerência».

Os factos concretos apresentados indicam claramente que o Paquistão não cumpre os acordos. Pelo contrário. A ingerência, e ingerência armada, aumentou. Organizações governamentais paquistanesas garantem livre transferência de destacamentos da oposição armada afegã, e de caravanas com armas, para o Afeganistão, através de diferentes passagens montanhosas. No dia seguinte à assinatura dos acordos de Genebra, foram enviadas para bases de transferência na zona de cidades fronteiriças, mais de cem veículos com cargas militares, incluindo mísseis e meios antiaéreos e antitanques. Os armazéns do exército paquistanês enviam para as regiões fronteiriças armamentos e munições.

Paralelamente, «continuam a funcionar os Estados-Maiores que organizam acções de combate no território afegão, assim como os centros propagandísticos e de informação dos grupelhos antigovernamentais afegãos, que estão a efectuar livremente uma desenfreada campanha antiafegã».

Continuam a funcionar os centros de treino terrorista. As armas norte-americanas continuam a afluir.

Esta situação, então denunciada, em fins de Maio, mantém-se. As notas de protesto soviéticas e afegãs já somam dezenas. Registam-se mesmo delações ofi-

ciais em Islamabad, sobre a intenção de continuar a ingerir-se nos assuntos internos do Afeganistão.

Reiteradamente a URSS tem vindo a avisar que «se a parte paquistanesa não tomar medidas necessárias para o termo da ingerência, a partir do seu território, nos assuntos internos do Afeganistão, a União Soviética reserva-se o direito de reagir em conformidade com a situação criada».

## Perspectivas

«Os nossos militares não pensam que a guerra vai parar porque os acordos de Genebra entram em vigor. Os contra-revolucionários intensificam as suas acções, nós tomamos as nossas medidas para salvaguardar a paz. Não temos de lado nenhuma possibilidade. Podem registar-se bombardeamentos cegos, explosões de minas, etc., o habitual, mas não uma batalha frontal. Quando fizemos apelo aos soviéticos, já tínhamos forças em Djelabad. Hoje, quando da sua partida, as nossas tropas multiplicaram-se por dez». São palavras do general afegão Oloumi, responsável da secção das forças armadas no Comité Central do Partido Democrático Popular do Afeganistão, em curta entrevista ao «L'Humanité», órgão central do PCF. Entrevista que termina com palavras muito significativas: «saberemos defender as conquistas da revolução e, antes do mais, a política de reconciliação. A paz será alcançada».

Najibullah, presidente da República do Afeganistão, na sua intervenção na ONU, de 7 de Junho, repudiando quaisquer formas militares de resolução do conflito, afirmou: «A resolução dos nossos problemas passa pela formação de uma ampla coligação de forças políticas, pela construção de uma sociedade pluralista, economia multiestructural, pela participação de todas as classes e camadas do povo na vida política e social. As bases legais para a construção de tal sociedade foram consagradas na Constituição da República do Afeganistão que, pela primeira vez, estipulou claramente que o Afeganistão não alinharia com quaisquer blocos militares nem permitiria a criação de quaisquer bases militares estrangeiras no seu território. A flexibilidade do actual governo afegão compreende a sua decisão de renunciar ao monopólio do poder e a formação do Parlamento através da competição interpartidária e da concessão aos repatriados de todos os direitos e privilégios políticos, sociais e económicos».

Entre a realidade da guerra que ainda se arrasta, e já fez cerca de 244 mil vítimas, e as perspectivas de paz abertas tanto no plano interno como externo — o povo afegão constrói o seu difícil caminho.

## Organizações americanas exigem libertação de Jerónimo Pratt

Várias organizações democráticas da Califórnia, EUA, iniciaram uma nova campanha de solidariedade com o ex-dirigente da organização negra «Panteras Negras», Jerónimo Pratt, preso há 18 anos em San Quentin.

De acordo com uma declaração divulgada em São Francisco, Pratt é acusado de um crime que não cometeu, vítima da operação «Cointelpro» do FBI, no âmbito da qual muitos dos dirigentes e activistas da organização «Panteras Negras» foram aniquilados. Após ter fracassado um atentado contra Pratt, refere a declaração, foi fabricada contra ele uma acusação falsa, apresentando-o como autor do assassinato de uma professora branca na cidade de Santa Mónica.

«Não obstante a existência de provas irrefutáveis de que no momento do crime o dirigente negro estava a centenas de quilómetros de Santa Mónica, numa reunião de «Panteras Negras», este continua preso, sendo-lhe recusado novo julgamento», assinala a declaração.

Entretanto, em entrevista à Tass, Sue Guegner, membro da direcção da comissão para a libertação de Jerónimo Pratt, afirmou que as autoridades federais procuram impedir um novo exame do caso porque Pratt é uma testemunha perigosa de numerosos crimes cometidos pelo FBI no decorrer da operação «Cointelpro».

Stewart Hanlon, advogado de Pratt, referiu por seu turno que o congressista pela Califórnia, Ronald Dellums, apresentou a exame da Câmara dos Representantes do Congresso dos EUA um projecto de resolução afirmando que, desde a criação das «Panteras Negras», o «FBI procurou eliminar a organização e os seus dirigentes, entre eles Pratt», e que agentes da polícia política «falsificaram factos e ocultaram muitos testemunhos a Pratt, aos seus advogados e aos jurados, privando-o, desta forma, do direito constitucional fundamental a um julgamento justo».

O projecto de resolução conclui salientando que «as transgressões da lei cometidas pelo FBI se verificaram durante o estudo dos documentos anteriormente secretos deste departamento», pelo que é necessário obrigar o governador da Califórnia a «libertar imediatamente Jerónimo Pratt».

## PC da China e dos EUA restabelecem relações

Os Partidos Comunistas da China e dos Estados Unidos restabeleceram as suas relações. A informação foi dada a semana passada em Pequim por Hu Qili, membro da Comissão Permanente do Bureau Político do CC do Partido Comunista da China, após um encontro com uma delegação do Partido Comunista dos EUA, chefiada pelo seu secretário-geral, Gus Hall.

## Resíduos tóxicos na Nigéria

O governo da Nigéria está a investigar novos factos ligados ao depósito de resíduos tóxicos em território nigeriano. Segundo notícias divulgadas em Lagos, há cerca de ano e meio que a companhia italiana «Jelli Vax» transportou de Génova para a Nigéria três lotes de substâncias químicas tóxicas que, de acordo com o jornal «Sunday Concord», foram enterradas na zona portuária de Warri.

Por outro lado, prosseguem as investigações sobre o depósito de substâncias tóxicas nas proximidades do porto de Koko onde, a dar crédito a notícias divulgadas em Lagos, milhões de nigerianos que habitam o delta do rio Niger correm o risco de contaminação química e radioactiva.

Segundo o jornal nigeriano «Guardian», o governo viu-se obrigado a iniciar a busca de 100 toneladas de substâncias tóxicas que desapareceram de um armazém, suspeitando-se de que nos contentores desaparecidos se encontrem produtos radioactivos. As autoridades admitem que as substâncias desaparecidas tenham sido enterradas nos arredores de uma aldeia próxima da cidade de Benim, capital estadual de Bendel.

## Chefe do Estado-Maior soviético visita os EUA em Julho

O marechal Serguei Akhromeev, chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas da URSS e primeiro-vice-ministro da Defesa soviética, visitará os EUA, a convite do almirante William Crowe, presidente do Comité dos Chefes dos Estados-Maiores dos EUA, na primeira quinzena de Julho, com quem irá elaborar um programa de contactos entre as forças armadas dos dois países.

Esta visita segue-se aos encontros havidos em Março, em Berna, e em Maio, na cimeira de Moscovo, entre os ministros da Defesa dos dois países, em que foram discutidas questões relativas às doutrinas militares respectivas e à redução e limitação dos armamentos, e constatada a necessidade de desenvolver os contactos entre as forças armadas dos dois países.



Crianças afegãs. Entre um quotidiano de guerra e a difícil conquista da paz

Internacional

# Encontro internacional de Berlim em defesa da paz • Intervenção de Dias Lourenço

O encontro de Berlim para a criação de Zonas Livres de Armas Nucleares, realizado a semana passada, reuniu mais de mil participantes, em representação de todas as tendências e opiniões, num testemunho vivo de que a luta pela paz consegue mobilizar cada vez mais a Humanidade.

Neste fórum internacional, o PCP esteve representado pelo camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC do PCP e director do «Avante!», cuja intervenção a seguir transcrevemos.

A iniciativa deste Encontro Internacional para a criação de Zonas Livres de Armas Nucleares e a sua larga representatividade política e geográfica é uma realização de vasto alcance que honra a República Democrática Alemã e os seus dirigentes.

Do mesmo modo, a ideia de proporcionar a um tão vasto leque de qualificados participantes como tema de relevo do Encontro o debate da iniciativa conjunta do Partido Socialista Unificado da Alemanha, do Partido Social-Democrata Alemão e do Partido Comunista da Checoslováquia para a criação de um corredor livre de armas nucleares e de armas químicas ao longo da linha de contacto das forças da NATO e do Tratado de Varsóvia, demonstra uma preocupação elevada de abertura política, o que lhe confere à partida um profundo significado democrático e internacional.

Iniciativas como esta da República Democrática Alemã constituem além disso uma exigência objectiva da situação actual do mundo que coloca a todos os estadistas responsáveis da comunidade internacional, a todos os povos da Terra, a todos que aspiram à paz no mundo, independentemente dos sistemas sociais e dos ideários políticos em que se integram e pelos quais se regem, um desafio a que é indispensável responder.

Em nome do Partido Comunista Português que aqui represento saúdo todos os participantes neste Encontro e de maneira muito especial os seus organizadores da República Democrática Alemã.

O povo português está vitalmente interessado nos progressos da causa da Paz no mundo e participa de maneira activa no Movimento

para a criação de Zonas Livres de Armas Nucleares como passo para a eliminação completa das armas nucleares e de todas as armas estratégicas de destruição em massa e para se chegar a um acordo global e definitivo de desarmamento geral, simultâneo e controlado que liberte a Humanidade da ameaça e do terror nucleares.

Portugal, país integrante no bloco político-militar da NATO, peça importante do seu dispositivo militar em cujo território se encontram bases utilizadas por forças armadas estrangeiras, designadamente dos EUA e RFA de grande valor estratégico, e por onde têm transitado e estacionado forças e armas que têm sido usadas em alguns perigosos teatros de guerra regionais e mesmo meios transportadores de armas nucleares, não pode assistir indiferente ao adensar dos perigos de uma nova conflagração que seria a última do nosso planeta.

A crescente consciência de que por este perigoso trilho Portugal se tornaria um alvo prioritário da guerra nuclear tem ganho para o Movimento da Paz no nosso país a adesão de milhares de portugueses.

O Movimento da Paz nas suas diversas expressões tem conhecido assinaláveis progressos. Destacadas personalidades, algumas das quais estão presentes neste Encontro, têm dado ao Movimento para a criação de Zonas Livres de Armas Nucleares uma força e uma amplitude democráticas notáveis.

É um movimento apartidário que se alarga a frentes de luta das mais diversas em defesa da Paz, do ambiente e dos direitos humanos, que engloba figuras das mais destacadas da vida social, política e intelectual portuguesa.

O Partido Comunista Português em conjunto com outros partidos e organizações cívicas democráticas dá ao Movimento da Paz em Portugal todo o seu apoio.

## O PCP na luta pela Paz

Aliás, para nós, o necessário apartidarismo do Movimento da Paz não exclui antes pressupõe a participação dos partidos políticos que são componentes essenciais do regime democrático. Os partidos políticos não podem nem devem ser marginalizados nem desresponsabilizados da luta vital pela Paz. A nossa experiência nacional deste justo apartidarismo tem sido extremamente rica e frutuosa.

A natureza da causa da Paz é um terreno de cooperação sem fronteiras políticas. Na Assembleia da República, onde somos o terceiro partido com representação parlamentar, lutamos por uma política externa portuguesa conforme ao art.º 7.º da Constituição da República que preconiza o «desarmamento geral, simultâneo e controlado, a dissolução dos blocos político-militares e o estabelecimento de um sistema de segurança colectiva».

No plano político e institucional no sentido mais vasto lutamos por esses objectivos, denunciamos com vigor a política de concessões aos interesses bélicos do imperialismo e do complexo militar-industrial praticada por sucessivos governos que nos últimos dez anos têm assumido a direcção dos negócios externos do Estado português.

No Parlamento Europeu, no qual temos três deputados, temo-nos batido contra os planos de «europeização» da estratégia nuclear da NATO e dos Estados Unidos depois dos Acordos de Washington e de Moscovo e da retirada dos mísseis de médio alcance da Europa. A intenção de fazer da UEO um novo bloco militar numa tentativa de regionalização europeia da política de confrontação nuclear, não pode ser aceite e deve merecer o repúdio activo do povo português e dos povos da Europa

Ocidental com os quais estamos associados desde Janeiro de 1986 na Comunidade Económica Europeia.

Seria um contra-senso e um passo inaceitável que a disseminação dos blocos económicos que se processa no mundo dos nossos dias conduzisse à disseminação dos focos de guerra nuclear que se tornariam incontroláveis.

O Movimento «Não às Armas Nucleares» e de criação de Zonas Livres de Armas Nucleares tem encontrado um terreno de grande expansão no nosso país. Abrange actualmente cerca de 300 organizações de massas (sindicatos, autarquias locais, movimentos das mulheres e da juventude, dos reformados e pensionistas, dos resistentes antifascistas, movimento associativo e organizações sociais para actividades várias: científicas, intelectuais e outras de natureza específica) agrupando mais de 210 000 associados.

Em particular com base na iniciativa do Poder Local está alastrando em Portugal o número de órgãos autárquicos e de grandes áreas regionais que se declararam unanimemente Zonas Livres de Armas Nucleares.

Mais de 105 autarquias abrangendo mais de 3/5 da população portuguesa e do território nacional foram declaradas já Zonas Livres de Armas Nucleares. São órgãos do Poder Local dirigidos por partidos políticos e coligações, incluindo autarquias do próprio partido do Governo que é confessadamente hostil a este movimento. Daquele conjunto de 105 autarquias, 45 (das quais 14 são cidades e 2 são capitais de distrito) são dirigidas pela coligação eleitoral de que o Partido Comunista Português é destacado componente. É um movimento em rápida expansão, susceptível de agrupar todos ou a esmagadora maioria dos órgãos do Poder Local de Portugal democrático.

O Movimento para a criação de Zonas Livres de Armas Nucleares em Portugal desenvolve-se em estreita ligação com o Movimento idêntico dos «ayuntamientos» de Espanha. A ideia de

uma declaração de toda a Península Ibérica Livre de Armas Nucleares ganha extraordinária força nos dois países peninsulares. Uma 2.ª Conferência luso-espanhola para a não-nuclearização da Península Ibérica está prevista para esta segunda metade do ano corrente. Escusado será dizer que o Partido Comunista Português participa e apoia empenhadamente toda esta vasta acção em defesa da Paz.

## Pela Vida

Vivemos uma época e somos comparsas de acontecimentos que nos transcendem e se projectam na própria sobrevivência do Homem sobre a Terra.

Num mundo em que coexistem sistemas sociais diferentes, submetido a um processo de desenvolvimento marcado por gritantes assimetrias, produziram-se alterações de que é necessário apreender o carácter, o sentido e a profundidade.

As soluções tradicionais já não correspondem à gravidade e à natureza complexa dos problemas que defrontamos. Um esforço acrescido e uma procura colectiva de soluções ajustadas tornaram-se um imperativo para a defesa da Paz e da Vida no momento actual.

Indubitavelmente este Encontro Internacional na bela capital da República Democrática Alemã integra-se nesta determinante exigência dos dias actuais e dos anos deste fim do século XX no limiar do 3.º milénio.

Passos de enorme repercussão política foram dados nos últimos meses devidos em medida considerável aos esforços conjuntos das duas principais potências, em par-

ticular da política de Paz da União Soviética que sob a dinâmica direcção de Mikhail Gorbachov, tem encontrado uma concordância universal para as corajosas medidas propostas.

Os acordos INF assinados em Washington em Dezembro passado por Mikhail Gorbachov e Ronald Reagan e na cimeira de Moscovo no início deste mês entre aqueles dois dirigentes das maiores potências nucleares do mundo, permitem acalantar a esperança da eliminação completa das armas nucleares e de todas as armas estratégicas de destruição em massa, a esperança do desarmamento geral simultâneo e controlado que liberte definitivamente a Humanidade da ameaça do aniquilamento total e do terror termo-nuclear. Os conflitos regionais no Próximo e Médio Oriente, da América Central, do Pacífico e da África Austral começam a entrar em promissoras vias de solução. É imperioso aprofundar os êxitos já conseguidos e dar-lhes continuidade.

São ainda passos diminutos para a vastidão dos caminhos que falta percorrer mas as difíceis soluções globais podem abordar-se e aproximar-se através de soluções parciais múltiplas mais fáceis.

Um corredor livre de armas nucleares na Europa não poderá ser um «cordão sanitário» entre dois blocos político-militares mas um espaço de segurança, de amizade e cooperação pacífica entre os povos.

Que este Encontro Internacional permita avançar com segurança nesta rota são os nossos melhores votos.



## Delegação do PCE em Portugal

A convite do Partido Comunista Português visitou Portugal uma delegação do Partido Comunista de Espanha composta por Francisco Palero, membro do Secretariado e responsável pela Comissão de Relações Internacionais, Fernando Perez Royo, membro da Comissão Política e deputado do Parlamento Europeu e Miguel Moran, da Comissão de Relações Internacionais responsável para a Europa.

A delegação manteve conversações com uma delegação do PCP composta por Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, Domingos Lopes, membro suplente do

Comité Central e Joaquim Miranda, deputado do PCP no Parlamento Europeu.

As conversações versaram a troca de informações sobre a situação nos países respectivos, a actividade dos dois partidos, aspectos da situação internacional e do Movimento Comunista Internacional.

As duas delegações manifestaram a vontade dos respectivos partidos de reforçarem as relações de amizade, solidariedade e cooperação existentes e, neste sentido, foram acordadas medidas práticas para concretizar esse reforço.

## Relatório sobre Timor no Parlamento Europeu

A Comissão dos Assuntos Políticos do Parlamento Europeu aprovou na passada quinta-feira o relatório sobre Timor-Leste, da senhora Ien Van Den Heuvel.

Em nota à Imprensa, o gabinete de apoio aos deputados do PCP no Parlamento Europeu refere que na proposta de resolução que a Comissão dos Assuntos Políticos vai submeter a votação no Parlamento Europeu se salienta nos considerandos «que o território de Timor-Leste foi ilegalmente anexado em 1975 e tem estado

desde então sujeito a ocupação forçada pela Indonésia, situação esta que provocou grande número de vítimas e avultadas destruições» e que os «direitos do homem continuam a ser seriamente violados» naquele território, assim como que «a população de Timor-Leste não pode exercer o seu direito à autodeterminação».

Com base nestes e outros considerandos, prossegue a referida nota, a proposta de resolução «condena a ocupação de Timor-Leste pela Indonésia e apoia o di-

reito à autodeterminação do povo de Timor-Leste», assim como condena a política indonésia de manter Timor isolado do resto do mundo e as suas repetidas violações dos direitos humanos pelo governo ocupante, entre outras questões.

Entretanto, com a aprovação do relatório foram simultaneamente aprovadas algumas das alterações mais significativas apresentadas pelos deputados portugueses no Parlamento Europeu, entre os quais o deputado Barros de Moura, do PCP.

Este deputado viu contemplada uma alteração nos considerandos, a qual refere: «Considerando que, segundo o artigo 279.º da sua Constituição, Portugal continua vinculado às responsabilidades que lhe incumbem de harmonia com o direito internacional de promover e garantir o direito à independência de Timor-Leste».

Esta alteração é tanto mais importante porquanto outras alterações que referiam o direito à independência de Timor-Leste foram rejeitadas.

## Internacional

# Progressos no Cairo sobre a paz na África Austral

A segunda ronda de conversações quadripartidas para a paz na África Austral efectuou-se de 24 a 25 do corrente mês no Cairo, capital do Egipto, num ambiente dominado pela expectativa criada pela inflexibilidade inicial das posições sul-africanas, que chegou a pôr em causa o cumprimento dos trabalhos da reunião. Na opinião generalizada dos observadores, e que o próprio comunicado final do encontro reflecte, o saldo das negociações é positivo por diversas razões: em primeiro lugar porque se saiu do impasse e foi possível efectuar a reunião; em segundo lugar porque ficou desde já marcado novo encontro, a realizar na primeira quinzena de Julho nos Estados Unidos; e em terceiro lugar porque a questão da independência da Namíbia continua a ser o tema central em discussão, a par da segurança de Angola.

Segundo o documento final, divulgado no sábado, na reunião «foram feitos progressos», tendo-se estabelecido um «plano de trabalho» para a preparação pelos peritos das quatro delegações de um documento que servirá de base para a próxima ronda das negociações, agendada para 10 a 15 de Julho para uma cidade norte-americana, a definir.

Este resultado é tanto mais significativo quanto é certo que a delegação sul-africana chegou ao Cairo na aparente disposição de fazer fracassar o encontro, ignorando as propostas de Angola e Cuba apresentadas nas conversações de Londres e colocando de novo como condição prévia a retirada imediata e unilateral das tropas cubanas de Angola, sem o que rejeitaria o debate sobre a aplicação da Resolução 435/78 das Nações Unidas sobre a independência da Namíbia.

Posteriormente, os sul-africanos recuaram nas suas posições, embora seja legítimo admitir que se está ainda muito longe de encontrar uma solução para a paz na região. De referir, a propósito, as declarações do presidente Pieter Botha na passada segunda-feira no parlamento da África do Sul, onde a dado passo afirmou que a Namíbia «se poderia tornar um campo de batalha» entre sul-africanos e «invasores estrangeiros».

Uma afirmação que desfaz ilusões quanto à possibilidade das autoridades sul-africanas estarem dispostas a reconhecer que elas próprias são uma força invasora da Namíbia e prontas a acatar as deliberações das Nações Unidas sobre aquele território.

Não menos inquietante é a insinuação implícita de que as forças angolanas ou cubanas podem estar a preparar-se para invadir a Namíbia, numa clara intenção dos racistas de Pretória de desviar as atenções do facto de serem os sul-africanos quem continua a ocupar a Namíbia e parcelas do território angolano.

Apesar de tudo, como afirmou no Cairo o representante e chefe da delegação cubana, Jorge Risquet, «a África do Sul é suficientemente realista para saber que se pedisse de mais não obtinha

nada», pelo que foi forçada a recuar nas suas posições, ao menos no âmbito destas negociações.

Na ocasião, Jorge Risquet fez notar que a chave da paz na África Austral é «a aplicação sem qualquer modificação» da Resolução da ONU sobre a Namíbia e, em segundo lugar, o fim de toda a ajuda estrangeira à Unita. Se estas condições se concretizarem, disse, terão cessado as causas pelas quais um contingente militar internacionalista cubano esteve em Angola durante treze anos, a pedido de Angola e ao abrigo do artigo 51 da Carta das Nações Unidas. Angola e Cuba tomarão então soberanamente a decisão da retirada gradual e total do contingente militar cubano, que terá cumprido a sua missão histórica».

## Alguns progressos

Também no que se refere a esta presença militar cubana em Angola se registaram alguns progressos, como se pode deduzir das afirmações do chefe da delegação angolana, Afonso Van-Dunem «M'Binda», ao sublinhar que «a razão principal da presença das tropas internacionalistas cubanas em Angola é a agressão permanente da África do Sul», deixando de

fazer depender a sua retirada da cessação prévia do auxílio dos EUA à Unita.

A ausência da questão da Unita destes debates parece ser, de resto, já um dado adquirido, uma vez que até Chester Crocker, chefe da delegação norte-americana às conversações quadripartidas, declarou tratar-se de um assunto «separado» e de uma questão interna de Angola a resolver pelos angolanos.

A recente digressão de Jonas Savimbi pelos EUA, onde hoje deverá ser recebido por Reagan, revela um notório afastamento das principais figuras políticas norte-americanas do dirigente da Unita o que, não significando necessariamente o fim do auxílio que até agora lhe têm prestado os EUA, é já sintomático da disposição de encontrar alternativas que não impeçam um acordo de paz para a região.

O descrédito de Savimbi está igualmente patente no desinteresse com que é encarada a sua anunciada visita a vários países da Europa, sendo de salientar como positiva a decisão do governo português em não lhe conceder o visto de entrada em Portugal. A intensa campanha desenvolvida nesse sentido por diversos sectores democráticos da sociedade portuguesa, com destaque para o Movimento Português contra o Apartheid, saldou-se assim de forma positiva. A decisão foi aplaudida por Angola, através do diplomata Luís Neto Kiambata, que a classificou de realista, sublinhando que contribui para o fortalecimento das relações entre Portugal e Angola.

A opinião pública internacional vira-se agora para as próximas negociações nos EUA, onde uma vez mais a África do Sul estará no centro das atenções, pois a paz na região dependerá sobretudo do realismo de Pretória e dos seus aliados.

# Saudação do PCP à 19.ª Conferência do PCUS

Queridos Camaradas

Por ocasião da realização da 19.ª Conferência Nacional do PCUS, transmitimo-vos, e através de vós aos delegados à Conferência, aos comunistas e ao povo soviético as mais calorosas e fraternais saudações dos comunistas portugueses.

Com a «perestroika» o PCUS e o povo soviético estão empenhados em tarefas de grande importância revolucionária que, apoiando-se nas extraordinárias realizações de 70 anos do poder soviético e superando atrasos, erros e deformações, visam a passagem a uma etapa qualitativamente superior da nova sociedade liberta da exploração do homem pelo homem em que se afirmem mais plenamente as vantagens e potencialidades do socialismo para satisfazer as necessidades materiais e espirituais dos trabalhadores.

Os comunistas portugueses acompanham com a maior atenção e interesse o processo de reestruturação em curso na URSS e são solidários com o PCUS e o povo soviético na sua acção visando a aceleração do desenvolvimento económico e social, o aprofundamento da democracia no Partido, no Estado e na sociedade, o florescimento da iniciativa e criatividade das massas, o reforço e aperfeiçoamento do socialismo. A realização dos objectivos da «perestroika», em nossa opinião, é do interesse não apenas do povo soviético mas das forças do progresso social e da paz do mundo inteiro, e em primeiro lugar da classe operária e do movimento comunista internacional.

Os comunistas portugueses valorizam altamente a activa política de paz, de desarmamento, de segurança e cooperação internacional conduzida pelo PCUS, firmemente orientada para a libertação do mundo da ameaça nuclear e para a liquidação dos mais perigosos focos de tensão regionais alimentados pelo imperialismo, com base no respeito do direito dos povos à livre escolha do seu próprio caminho. O acordo entre os EUA e a URSS sobre a eliminação dos mísseis de médio e curto alcance e as perspectivas abertas a novos e importantes passos no sentido do desarmamento, designadamente nuclear, são inseparáveis da consequente política de paz da URSS e dos países socialistas.

A recente Cimeira de Moscovo, dando continuidade ao diálogo entre os EUA e a URSS sobre as mais candentes e complexas questões do desarmamento, do desanuviamento e da paz, reveste-se de grande importância política. É entretanto evidente que os círculos mais reaccionários do imperialismo não abdicaram nos seus propósitos de revanche social e hegemonia mundial, procuram assegurar-se

da superioridade militar, continuam a inserir-se nos assuntos internos dos povos e a tentar exportar a contra-revolução, empenham-se numa enorme e sofisticada campanha de diversão política e ideológica em torno da realidade na URSS e outros países socialistas visando enfraquecer a confiança dos trabalhadores e dos povos nos ideais do socialismo e minar a coesão das forças do progresso social. Nas condições concretas de Portugal o PCP combate firmemente, tanto no terreno político como ideológico tais práticas da reacção e do imperialismo, solidariza-se com os Partidos Comunistas e todas as forças da libertação nacional e social, e age permanentemente pelo fortalecimento da sua unidade e cooperação.

Queridos Camaradas

Em Portugal a luta contra a política reaccionária do Governo do PSD e em defesa das conquistas da Revolução de Abril e do regime democrático consagrado na Constituição da República, conheceu nos últimos meses um novo e vigoroso ascenso em que avultam a greve geral do passado mês de Março, as grandes demonstrações de massas do 25 de Abril e 1.º de Maio, o alargamento da luta dos camponeses, intelectuais, trabalhadores da função pública e outros. O PCP encontra-se profundamente empenhado e tem um papel determinante na luta popular e democrática. Ao mesmo tempo prepara o seu XII Congresso que terá lugar em Dezembro próximo.

O processo da revolução portuguesa insere-se no processo universal de libertação dos trabalhadores e dos povos, influencia e é influenciado pelo seu desenvolvimento. As vitórias e realizações das forças revolucionárias e progressistas, e em particular dos países socialistas, sempre as considerámos como uma contribuição directa para a nossa própria luta. Esta uma razão mais para desejarmos à 19.ª Conferência Nacional do PCUS os melhores sucessos.

Guiando-se pelos princípios do internacionalismo proletário o PCP continuará a agir para que se desenvolvam e fortaleçam sempre mais as tradicionais relações de amizade fraternal, cooperação e solidariedade existentes entre os nossos dois partidos, no interesse da unidade do movimento comunista internacional, do socialismo e da paz.

**Viva a 19.ª Conferência Nacional do PCUS!**

**Viva a amizade entre o PCP e o PCUS!  
Viva o Internacionalismo Proletário!**

Junho 1988

O Comité Central do Partido Comunista Português

# CAME e CEE estabelecem relações

A assinatura da declaração conjunta sobre o estabelecimento de relações oficiais entre o Conselho de Ajuda Mútua Económica (CAME) e a Comunidade Económica Europeia (CEE) constitui mais um contributo para a construção da nossa «casa europeia comum» — afirmou à Tass o secretário da organização económica dos países socialistas, Viatcheslav Sitçhov.

A cerimónia da assinatura realizou-se no passado sábado, no Luxemburgo, com a participação de Sitçhov e do presidente do comité executivo do CAME, Rudolf Roglicek e Dietrich Genscher em nome do Conselho da Comunidade e Willy de Clercq da Comissão da CEE.

Segundo o secretário do CAME, os princípios da declaração conjunta baseiam-se na Acta Final da Conferência de Helsínquia. Na sua elaboração, afirmou, «ambas as partes revelaram boa vontade, levaram em conta a posição do parceiro, os seus interesses e as realidades existentes, isto é, foi usado o

que chamamos o novo pensamento, tendo em vista um melhor entendimento e o aumento da confiança recíproca».

Recorda-se que os primeiros contactos entre o CAME e a CEE datam de 1973, embora os projectos de acordo elaborados então tenham permanecido em discussão,

sem se chegar a nenhum resultado prático, até 1985, data em que o impasse foi ultrapassado e se retomou o diálogo.

O principal obstáculo ao reconhecimento mútuo era a chamada «cláusula de Berlim», inscrita no Tratado de Roma, que confere o estatuto de território comunitário à parte ocidental da antiga capital alemã, o que era contestado pelos países socialistas.

A actual declaração, afirmou Sitçhov, para além do reconhecimento recíproco, favorece o desenvolvimento do intercâmbio económico-comercial entre os países integrados nas duas organizações e abre novas perspectivas para a cooperação entre o CAME e a CEE nos

mais diversos domínios, para além de influir positivamente no clima político da Europa e do mundo.

A Tass refere ainda que meios do CAME, que reúne países de economias tão distintas como a RDA e a Mongólia, num total de 10 Estados socialistas, apontam como tendo boas perspectivas os projectos ligados ao meio-ambiente, transportes, produção de energia e cooperação técnico-científica. O projecto europeu «Eureka» e o programa integral de desenvolvimento do CAME são igualmente referidos como tendo boas possibilidades de realização de pesquisas conjuntas.

Actualmente, a CEE é já responsável por 55 por cento das trocas comerciais do

CAME com os países ocidentais. Nas trocas predominam as matérias-primas e combustíveis nas importações da primeira e material técnico nas do segundo. Os dez países do CAME apresentam-se como mercados prometedores para as exportações da CEE, calculando-se em mais de dois milhões o número de trabalhadores que actualmente satisfazem encomendas para aqueles países.

Segundo declarou Viatcheslav Sitçhov ao «Pravda», o reconhecimento mútuo entre o CAME e a CEE pôs «fim a uma situação anormal, verdadeiro anacronismo que se traduz no facto de ambas as organizações se terem ignorado por mais de trinta anos».

## Internacional

## M. Gorbatchov na XIX Conferência do PCUS

## «Aprofundar e tornar irreversível a renovação revolucionária»



«Delinear as vias, aprofundar e tornar irreversível a renovação revolucionária operada por iniciativa e sob a orientação do Partido na União Soviética é a questão fulcral que nós, delegados à XIX Conferência Nacional do PCUS, devemos resolver», declarou o camarada Mikhail Gorbatchov, secretário-geral do CC do PCUS, no extenso discurso com que abriu anteontem os trabalhos da XIX Conferência Nacional do PCUS, discurso que o «Avante!» resume como se segue, segundo elementos divulgados pela agência TASS.



«Podemos considerar, com razão, como cruciais os últimos três anos da nossa vida. Os esforços do Partido e dos trabalhadores detiveram o deslize do país para a crise económica, social e moral. Agora, a sociedade conhece e compreende melhor o seu passado, a actualidade e o futuro. A política de reestruturação, traduzida em programas socioeconómicos concretos, está a mobilizar para a actividade milhões de pessoas. Nisto consiste a essência da conjuntura política na URSS», frisou.

O processo de renovação revolucionária vem penetrando cada vez mais profundamente no sector-chave da vida, ou seja, na economia. Prossegue a reforma da gestão económica, assente na lei da empresa estatal da URSS. A recém-aprovada lei das cooperativas da URSS abre caminho para a criação de um grande sector de cooperativas na economia nacional. Foi sensivelmente impulsionada a actividade laboral individual, acentuou Mikhail Gorbatchov.

«A economia vai ganhando gradualmente ritmos», prosseguiu o orador. No ano passado, todo o acréscimo do rendimento nacional foi obtido, pela primeira vez, à custa do aumento da produtividade do trabalho. O rendimento real dos trabalhadores começou a crescer. Nos dois anos do actual quinquénio, este índice «per capita» cresceu em 4,6% (...), a tendência ao saneamento da situação socioeconómica continuou a desenvolver-se também no corrente ano».

Estes são os resultados concretos da «perestroika». No entanto, devemos proceder com autocritica e compreender que, não obstante as tendências positivas, a conjuntura económica está a alterar-se lentamente, sobretudo no que respeita ao resultado final, ou seja, o nível de vida do povo. «Devemos dizer abertamente que subestimámos a profundidade e o peso das deformações e da estagnação do período passado», realçou Mikhail Gorbatchov.

Ao examina os erros e as lições do passado, devemos mostrar autocritica e ser exigentes para conosco, disse. «Nos últimos três anos poderíamos ter feito mais do que fizemos nos principais sectores da «perestroika», sobretudo no aumento da eficácia da nossa economia e na melhoria dos seus resultados finais».

## Reforma económica

A reforma e os novos métodos de gestão, embora tenham dado apenas os primeiros passos, contribuem positivamente para a solução de numerosos problemas sociais e de produção, salienta-se, a seguir, no relatório. O principal objectivo do momento é tirar lições das dificuldades da primeira etapa da reforma e encontrar as causas que entravam o funcionamento do novo mecanismo económico.

Figura, entre estas causas, o facto de que nem todos os elementos da reforma foram levados à prática e que o país iniciou a reforma no âmbito de um plano quinquenal elaborado antes da «perestroika». Existem também as dificuldades originadas pela vitalidade dos antigos estereótipos de gestão, pela intenção de preservar os métodos habituais de gestão autoritária e de administração excessiva na economia e pela resistência aos novos métodos.

«Em vários casos, esbarramos com tentativas abertas de deturpar a essência da reforma e encher de conteúdo velho as novas formas de gestão (...). A comprová-lo estão os planos elaborados para as empresas no corrente ano. Verificou-se que, sob a aparência de encomendas do Estado, foi praticamente mantido o sistema antigo de tarefas obrigatórias no respeitante ao volume da produção». Não foram avaliadas oportunamente e devidamente as informações sobre as infracções do género. Este erro está a ser corrigido, asseverou o orador.

Mikhail Gorbatchov, referindo-se à reestruturação da economia, afirmou que «as dificuldades existem e não estão excluídas no futuro. Porém, a reforma abrange cada vez mais domínios económicos, provando-nos a sua vitalidade. Apoiando-nos nas experiências acumuladas, devemos preparar-nos minuciosamente para concluir no início de 1989 a passagem de todas as empresas do sector da produção material para as novas condições de gestão».

A solução de numerosas questões depende da reforma dos preços, acrescentou. Este problema ainda por resolver dificulta consideravelmente a reforma económica. A reforma dos preços não pode deixar intactos os preços a retalho. Este problema está a ser circunstanciadamente examinado. As respectivas propostas serão colocadas ao debate público nacional. «Só é possível uma única atitude neste domínio. A alteração dos preços a retalho não deve diminuir, de modo algum, o nível de vida do povo. A questão é colocada de maneira que os meios actualmente pagos pelo Estado em forma de subsídios sejam concedidos como indemnização ao povo».

Levando em consideração a reforma económica radical no âmbito da «perestroika», foram tomadas importantes medidas no sentido de reconsiderar a política económica externa da URSS — salienta-se, a seguir, no relatório. Continuamos a dar

preferência às relações com os países socialistas, vindo a perspectiva na transformação do rublo em moeda livremente convertível e na formação de um mercado socialista comum. «Procuraremos alargar igualmente as relações económicas externas com os países capitalistas e em vias de desenvolvimento com base na vantagem mútua. Neste domínio, orientamos também para uma colaboração profunda e global nos domínios da ciência, técnica e produção com base em diversos tipos de cooperação e especialização internacional», disse Mikhail Gorbatchov.

## O papel da cultura

«A «perestroika» e a renovação do socialismo são impossíveis sem a intensificação de todo o potencial intelectual e espiritual da sociedade, traduzido na ciência, na educação e na cultura» — acentua-se no relatório. «No início da reestruturação foi colocada a tarefa de alterar radicalmente as prioridades, acabar com o menosprezo do papel da cultura e elevá-lo. Muitas tendências mudaram também neste domínio. Criou-se uma nova atmosfera sociopolítica de abertura, liberdade, criatividade, discussões, investigações objectivas, crítica e autocritica. Prossegue uma verdadeira revolução da consciência, sem a qual é impossível edificar uma vida nova».

O Partido atribui grande importância ao contributo dos cientistas soviéticos para a «perestroika», salienta-se no relatório. Em virtude disso, delinear-se alterações positivas no desenvolvimento técnico-científico. Não obstante, não se conseguiu mudar radicalmente, até agora, a situação neste domínio. «Esta tarefa veio a ser mais difícil nas investigações fundamentais, que definem as perspectivas da ciência e do progresso técnico-científico. Fazem-se sentir, como antes, numerosos factores entravadores, herdados da época em que dominavam os métodos autoritários de gestão e à ciência eram impostas frequentemente orientações de pesquisas que não provinham da lógica da sua evolução. Pelo contrário, foram privados do apoio oportuno ou até proibidos muitos domínios prometedores de pesquisas científicas». Hoje não é suficiente corrigir estes erros. Deve-se transformar profundamente e até quebrar muitas estruturas estáveis, assim como aperfeiçoar as relações internas na ciência.

O orador, analisando de maneira crítica a situação no ensino, propôs elaborar um programa de transformações radicais em matéria de ensino e educação. «Claro que as despesas com o ensino e a ciência são grandes. No entanto, o custo do atraso nestes domínios é muitas vezes superior. É impossível conseguir os objectivos da reestruturação sem uma qualidade elevada da educação, das investigações científicas, da cultura geral e profissional».

## Política externa

Era necessário elaborar uma nova mentalidade política para renovar radicalmente a política externa da URSS, salienta-se, em seguida, no relatório. As bases da nova mentalidade foram criadas pelo XXVII Congresso do Partido.

«Partindo das posições contemporâneas, caracterizadas pelo aumento da ameaça nuclear, pelo agravamento de outros problemas globais e pela crescente internacionalização de todos os processos que ocorrem no mundo (...), procurámos analisar, de maneira mais circunstanciada, a ideia inicial do marxismo de relacionamento entre os interesses gerais da humanidade e os da classe proletária. Isto levou-nos à conclusão de que os valores gerais da Humanidade têm prioridade na época contemporânea. Este é o núcleo da nova mentalidade política».

O novo dinamismo da política externa soviética permitiu à URSS apresentar uma série de grandes iniciativas, entre as quais o programa de liquidação gradual das armas nucleares até ao ano 2000, o sistema de segurança global, a liberdade de opção, o equilíbrio de interesses, o «lar europeu comum», a reestruturação das relações na região da Ásia e do Pacífico, a suficiência de armas para a defesa, a doutrina não-agressiva, a diminuição dos armamentos como uma via de reforço da segurança nacional e regional, a retirada das tropas e bases militares de territórios alheios, medidas de confiança, a segurança económica internacional e a ideia da utilização directa do prestígio da ciência na política internacional.

«Colocamos na base dos nossos contactos interestatais o diálogo e, em matéria de desarmamento, a disponibilidade para um controlo recíproco e profundo, o que permitiu alargar o diapasão da confiança para muito além dos limites do habitual espectro da concepção do mundo», acentuou o orador. Esta atitude possibilitou alcançar progressos sensíveis na política internacional, sobretudo em matéria de desarmamento. «No entanto, a principal questão que preocupa antes de tudo os soviéticos e na qual eles querem saber a avaliação dos resultados dos trabalhos efectuados nos últimos três anos, é

se foi afastada a ameaça de guerra? Podemos responder, sim, foi afastada».

## Nacionalidades

Na parte do relatório referente ao desenvolvimento das relações entre as nacionalidades, assinala-se que a vida comprovou a justeza da ideia que constituiu o fundamento da formação da multinacional União Soviética: «A soma, a união dos esforços permitiram a cada nacionalidade e a toda a sociedade acelerar vertiginosamente o seu avanço e alcançar novas metas do progresso histórico. Não obstante todas as dificuldades que encontramos, constatamos hoje que esta união resistiu à prova do tempo. A união continua a ser uma condição decisiva do desenvolvimento incessante de todos os nossos povos», disse Mikhail Gorbatchov, tendo lembrado que os problemas das relações entre as nacionalidades estarão no centro das atenções de um plenário especial do CC do PCUS.

Na actual situação, os direitos das Repúblicas Federadas devem ser ponderados e alterados com vista a corresponderem à reforma económica radical, disse o orador. Pelos vistos, seria razoável que estas repúblicas, tendo cumprido os seus compromissos com o fundo nacional, pudessem incrementar a produção, por meio de uma gestão hábil, e satisfazer melhor as necessidades próprias. «Nos últimos anos, no processo de democratização e de implementação da transparência, revelam-se problemas cuja existência antes não foi devidamente levada em consideração. Trata-se, por exemplo, das questões relacionadas com a língua, cultura, literatura e arte, monumentos históricos e protecção da Natureza».

«Ultimamente», assinala o relatório, «vimos com os nossos próprios olhos os problemas que podem surgir nas relações entre as nacionalidades. A amizade e a fraternidade dos nossos povos deve ser guardada como a menina dos olhos, pois não há alternativa sensata. Aqueles que querem provar um ponto de vista contrário, enganam-se a si próprios e a outros. Mais ainda, tentar opor uma nacionalidade a outra, semear a discórdia e hostilidade entre elas, significa assumir uma pesada responsabilidade perante o povo e a sociedade socialista, sem já falar da lei. Tais acções estorvam o processo de democratização e de reestruturação».

## O PCUS

A seguir, Mikhail Gorbatchov referiu-se ao problema da democratização da actividade dirigente e da vida interna do PCUS. Tendo destacado que «as questões da actividade do Partido e do seu papel dirigente se encontram ultimamente no centro das atenções da nossa sociedade», salientou que esta situação é «uma das provas mais convincentes de que o povo relaciona com o Partido as suas esperanças no êxito da «perestroika» e num futuro melhor».

«Na actual encruzilhada histórica, o PCUS deve cumprir completamente as suas funções e tarefas de força motriz da sociedade», disse. Mas é precisamente esta circunstância que impõe o debate do conteúdo concreto da actividade do Partido nas condições actuais. «O Partido deve alterar a sua actividade, o estilo, os métodos e as formas de trabalho a todos os níveis — desde as organizações de base ao Comité Central».

No relatório são analisados alguns aspectos da actividade do PCUS, especificando-se quais os princípios leninistas do trabalho partidário foram num ou outro período deformados e por que razão. Foi considerado que muitos fenómenos negativos no Partido estão relacionados com o facto de o centralismo democrático «ter sido substituído, numa determinada etapa, pelo centralismo burocrático», que foi transgredido o princípio leninista de que os órgãos partidários devem ser controlados pelas massas, que foi enfraquecido o papel dos órgãos electivos do Partido e cresceu desmedidamente o seu aparelho.

«Deve ser restaurada em plena medida no Partido uma atmosfera de respeito dos princípios, de abertura, de discussões, de crítica e autocritica, de disciplina consciente, de relações de camaradas, de responsabilidade pessoal incondicional e de construtivismo», disse Mikhail Gorbatchov. «Os processos que ganham força actualmente nas organizações do Partido tendem a alcançar precisamente estes objectivos, sendo, nestas condições, tarefa da Conferência apoiá-las decididamente e eliminar todas as barreiras que impedem o desenvolvimento destes processos».

Assinala-se no relatório que o CC do PCUS se manifestou pela implantação da prática de exame da idoneidade social e política dos comunistas. «O processo de verificação deve tornar-se uma escola de educação comunista, para que aqueles que passarem por esta escola saiam coesos e unidos pelos laços de camaradagem partidária, pelas tarefas e objectivos comuns que nos colocou a todos nós a «perestroika»».

## Internacional

## XIX Conferência do PCUS

## Participação activa dos comunistas e de todos os soviéticos

Aqui, nas vésperas da XIX Conferência do Partido Comunista da União Soviética — que anteontem iniciou os seus trabalhos no Palácio dos Congressos de Moscovo —, muitos jornais se referiram a esta reunião associando-a aos feitos dos *bolcheviques*, ao nome de Lênine e ao estilo de trabalho leninista.

A importância histórica desta Conferência do PCUS (a primeira desde 1941) e o grande interesse com que ela é acompanhada por milhões de pessoas na URSS e em todo o mundo criam uma atmosfera que recorda, inevitavelmente, os anos em que foram erguidos os fundamentos do primeiro Estado socialista e os momentos mais fascinantes da sua história.

Isso se notou também na intervenção de Mikhail Gorbachov na abertura da Conferência. Uma interrogação levantada a dado passo pelo secretário-geral do PCUS parece-nos — à semelhança do que aconteceu com conhecidas palavras de ordem daqueles tempos — reflectir muito sinteticamente o conteúdo das tarefas que os comunistas soviéticos, hoje, colocam na ordem do dia.

«E tu, que fizeste para a *Perestroika*?» — perguntou Gorbachov a certa altura. Aqui se levanta, no fundo, a questão fundamental da participação dos problemas com que se defronta o seu país, de forma a garantir a continuação do desenvolvimento da URSS numa fase qualitativamente nova da sociedade socialista.

A XIX Conferência do PCUS está reunida desde anteontem e nela participam cinco mil delegados — a quem cabe decidir, entre outras questões, quando termina a reunião nacional.

Da ordem de trabalhos constam dois pontos: o balanço do cumprimento das decisões do XXVII Congresso do PCUS, dos resultados da primeira metade do 12.º Plano Quinquenal e das tarefas para o aprofundamento do processo de reestruturação (*perestroika*), por um lado, e, por outro, o prosseguimento da democratização da vida do Partido e da sociedade.

As teses do CC do PCUS para a Conferência foram publicadas na Imprensa no final de Maio e estiveram no centro de uma discussão muito viva, que extravazou largamente o colectivo partidário dos comunistas soviéticos e que tem nesta Conferência um importante momento de conclusão.

Os órgãos de comunicação social da URSS — tal como nesta discussão e em toda a reestruturação — têm um papel importante agora na divulgação do que se vai passando durante a Conferência. A televisão e a rádio transmitiram em directo a intervenção do secretário-geral do PCUS e dedicam diariamente à Conferência largos serviços noticiosos. O «Pravda» e o «Izvestia», bem como outros jornais, aumentam o número das suas páginas para publicarem na íntegra as intervenções dos delegados.

## Um autêntico Estado de todo o povo

Mas o que se discute concretamente nesta Conferência do PCUS? As Teses permitem já dar uma resposta a esta questão. Vamos determinar por isso nas propostas concretas apresentadas por

totalidade do poder dos soviéticos.

Recomendar para o cargo de presidentes dos soviéticos, por regra, os primeiros-secretares dos comités do Partido — afirmou o camarada Gorbachov ao apresentar esta proposta — é a via mais real para, por intermédio do prestígio do PCUS, apoiar o papel dos soviéticos como órgãos representativos.

Para melhor delimitar os poderes dos órgãos representativos e executivos propõe o CC do PCUS à Conferência que os membros dos comités executivos (e os dirigentes das suas secções e departamentos) não sejam deputados dos soviéticos respectivos — e o mesmo princípio poderia ser alargado aos juizes, procuradores, membros de administrações e dos governos da URSS e das repúblicas federadas e autónomas.

Propõe-se uma série de limitações ao exercício de funções em cargos ocupados por eleição, nomeadamente a limitação a dois (ou três) do número máximo de mandatos consecutivos.

A renovação do sistema eleitoral — garantindo o direito de apresentação de um número ilimitado de candidaturas — é também considerada uma necessidade para a melhoria do trabalho dos soviéticos.

Para «alargar consideravelmente a representação dos trabalhadores no escalão supremo do poder do Esta-

Mikhail Gorbachov na sua intervenção de três horas e meia no dia 28.

A reforma do sistema político — considerada garante da irreversibilidade da *perestroika* — e a democratização profunda da vida social e política são linhas fundamentais da orientação do PCUS em discussão no Palácio dos Congressos.

Com o objectivo de «fazer tudo para que milhões e milhões de trabalhadores sejam incorporados na direcção do país, não em palavras, mas

## Do nosso enviado Domingos Mealha

na prática»; «garantir maiores possibilidades aos processos de auto-regulação e autoadministração da sociedade, criar condições para o pleno desenvolvimento da iniciativa dos cidadãos, dos órgãos de poder representativos, das organizações partidárias e sociais e dos colectivos de trabalhadores»; «ajustar o mecanismo de livre formação e expressão dos interesses e da vontade de todas as classes e grupos sociais»; «assegurar condições para o livre desenvolvimento de cada nação e etnia, para a consolidação da sua amizade e cooperação em pé de igualdade e à luz dos princípios do internacionalismo»; «consolidar de modo radical a legalidade e a justiça socialistas, tendo em vista excluir a possibilidade da usurpação do poder e de abusos, fornecer garantias seguras para a defesa dos direitos e das liberdades constitucionais dos cidadãos»; «delimitar claramente as funções dos organismos do Partido e do Estado»; e «criar um mecanismo capaz de assegurar a auto-renovação oportuna do sistema político», ou seja, para «elevar decididamente a eficácia das nossas instituições políticas, fazer ressaltar as virtualidades do poder socialista do povo», aponta-se como tarefa imperiosa fazer renascer a

do» o CC do PCUS sugere que a representação territorial seja completada por uma representação directa das organizações sociais, formando assim um novo órgão, o Congresso dos Deputados do Povo da URSS. Este elegeria o Soviete Supremo e o Presidente do Soviete Supremo (Chefe de Estado), bem como um Comité de Controlo Constitucional. As novas formas de organização do poder supremo estatal teriam que ser acompanhadas de uma profunda transformação do carácter e do estilo de trabalho do Soviete Supremo.

O controlo por parte dos trabalhadores é — recordou Mikhail Gorbachov — um traço específico do sistema político do socialismo. Para «tirar inteira vantagem deste instrumento do poder do povo», propõe-se a criação de um sistema único de controlo submetido aos órgãos electivos e cujo presidente poderia ocupar o cargo de Primeiro Vice-Presidente do Soviete Supremo.

O processo de democratização da sociedade soviética deve ser concluído pela criação de um «Estado socialista de direito».

Garantindo na prática o primado da lei. No relatório apresentado pelo secretário-geral do PCUS aponta-se a necessidade de renovar a le-



gislação soviética, respeitando o princípio de que é autorizado tudo o que a lei não proíbe.

## O PCUS

«São precisamente as questões relativas ao trabalho do Partido e ao seu papel dirigente que têm estado ultimamente no centro das atenções da nossa sociedade», disse Mikhail Gorbachov, considerando tal facto «uma confirmação brilhante de que, no seio do povo, a marcha da *perestroika* e as esperanças para o futuro estão ligadas ao Partido».

Nas teses — recordou — definem-se as funções do PCUS enquanto vanguarda política. Mas, para que elas sejam cumpridas, «o Partido deve reorganizar toda a sua actividade, o estilo, os métodos e as formas de trabalho, desde a célula de base até ao Comité Central».

Neste contexto o CC do PCUS propõe à XIX Conferência «uma avaliação das qualidades sociopolíticas dos comunistas».

Contraopondo esta iniciativa a uma qualquer deturpação, no relatório apresentado por Gorbachov e aprovado pelo Bureau Político do PCUS, salienta-se que tal avaliação «decorrerá em consonância com as normas estatutárias, no quadro de um processo democrático normal, em assembleias abertas do Partido e não entre grupos especiais de 3 ou 5; a campanha de avaliação deve ser «uma escola de formação dos comunistas para que, ao passar por ela, saiam mais unidos pelos laços da camaradagem partidária, unidos pelos objectivos e tarefas comuns que a *perestroika* lhes coloca».

O CC do PCUS propõe que a admissão de novos membros do Partido seja feita tendo sempre em conta a opinião do colectivo onde trabalham.

Na intervenção de Mikhail Gorbachov considera-se necessário «rever com determinação» o modo de formação dos comités e outros organismos de direcção do PCUS, particularmente fazendo com que «as eleições,

a todos os níveis, se efectuem numa atmosfera de democracia, garantam uma ampla discussão dos candidatos, a competição e, como resultado, a eleição de pessoas realmente devotadas à causa, dotadas e dignas, com prestígio incontestável e aptidões para conduzir a política de reestruturação».

As organizações devem ser reconhecido o direito de apresentar, simultaneamente com as eleições dos delegados ao Congresso ou Conferência, propostas de candidatos ao órgão superior do Partido.

Em discussão na Conferência do PCUS está também a proposta de que nas eleições para todos os comités, incluindo o CC, possam ser apresentados candidatos em número superior aos mandatos a preencher. Também em relação aos órgãos eleitos do PCUS se coloca a questão da limitação dos prazos de exercícios de funções.

As eleições devem decorrer, de acordo com a proposta, por voto secreto.

Relativamente à delimitação das funções do Partido e do Estado aponta-se a necessidade de «seguir à risca o princípio leninista: O PCUS promove a sua linha política através dos comunistas que trabalham nos órgãos do poder do Estado e em todas as esferas da vida da sociedade», devendo ser excluída a prática das indicações directas dadas por organismos.

Levanta-se também neste momento a questão da alteração da estrutura e da composição do aparelho do PCUS. Propõe-se nomeadamente a criação de «um órgão único de controlo e de verificação eleito no Congresso do Partido».

Na intervenção de Mikhail Gorbachov faz-se uma profunda análise da actual situação na URSS e dos motivos que levaram a necessidade de tão profundas transformações na sociedade e no Partido (Ver resumo do discurso na página anterior).

Deixamos para o próximo trabalho o desenvolvimento de outras questões — como as importantíssimas transformações económicas que os comunistas soviéticos consideram indispensáveis.

## Exploração da classe operária

«Os três anos e meio do governo de Marcelo Caetano puseram a nu a demagogia fascista acerca do «Estado Social» e as monumentais ilusões dos oportunistas de direita e de «esquerda», que proclamavam que terminara a política dos baixos salários, porque M. Caetano era o representante do capital «empreendedor» e «progressivo» pronto a iniciar em Portugal a era da «sociedade de consumo».

Desmentindo a sua própria demagogia e as previsões oportunistas, o governo conduz uma deliberada política de agravamento da exploração e da situação dos trabalhadores, tendo em vista fundamentalmente assegurar os lucros dos monopólios, a acumulação rápida de capitais e o pagamento da guerra colonial.

Congelamento de salários, aumento do trabalho não pago dos operários, subida de preços, são as três principais direcções dessa política. Os capitalistas e o governo fabricam contratos colectivos, modificam cláusulas, impedem a aplicação de outros, mesmo quando decididos por tribunais arbitrais. Recusam o pagamento dos 25% suplementares do trabalho nocturno. Em alguns casos chegam a diminuir os salários nominais. Impõem horas extraordinárias na indústria e empreitadas tanto na indústria como na agricultura. Intensificam o ritmo de trabalho e multiplicam as medidas de racionalização. Aumentam a exploração do trabalho feminino. Aumentam o número de crianças trabalhando na indústria (como é o caso da têxtil). Estimulam a alta dos preços, sobretudo os que tocam mais directamente as classes trabalhadoras: produtos alimentares e outros de consumo corrente, rendas de casa e transportes. O rápido aumento de preços anula a curto prazo as melhorias de salários alcançadas pela luta, e torna-se um dos mais graves problemas das massas trabalhadoras.

A política de acumulação acelerada e de centralização dos monopólios atinge também gravemente as classes médias. Muitos milhares de pequenos industriais, comerciantes e agricultores estão a ser rapidamente arruinados. (...) Sectores amplos das profissões liberais são atingidos pelos baixos vencimentos. As classes e camadas médias sofrem pesadas cargas tributárias que agravam a sua já precária situação.

A própria política do governo ao serviço dos monopólios isola socialmente a camarilha governante, põe os monopólios em confronto directo com as mais amplas massas da população, contribui para acentuar o carácter antimonopolista da luta contra a ditadura e da unidade antifascista.»

## Grave situação económica

«A nova «Lei sobre o Fomento Industrial» aprovada em 12 de Abril lança as bases de uma mais rápida centralização. Mantém o condicionamento («autorização prévia») que dá aos grupos monopolistas dominantes os instrumentos para impedir concorrentes. Multiplica para eles, as isenções e reduções fiscais. Abre caminho a programas de compra do sector público aos mesmos grupos. Reforça a selectividade do crédito e alarga a concessão do aval do Estado. O Estado chama a si, pagando-as com os recursos da nação, despesas que deveriam ser custeadas pelas empresas privadas, como estudos de mercado, cursos de formação profissional, projectos de instalação, ampliação e reorganização de unidades industriais. O Estado fascista torna-se cada vez mais um instrumento directo, não apenas da dominação política, mas da acumulação e da exploração levada a cabo pelos grupos monopolistas. A fusão da luta antifascista com a luta antimonopolista reforça-se com a evolução da própria realidade nacional.»

(«Tarefas Fundamentais da Situação Política Actual») (Comunicado da reunião do CC de Maio de 1972) — «Avante!» VI Série, n.º 442, Junho 1972)

# Em Foco

Avante!

Ano 58 — Série VII  
N.º 757

30 de Junho de 1988

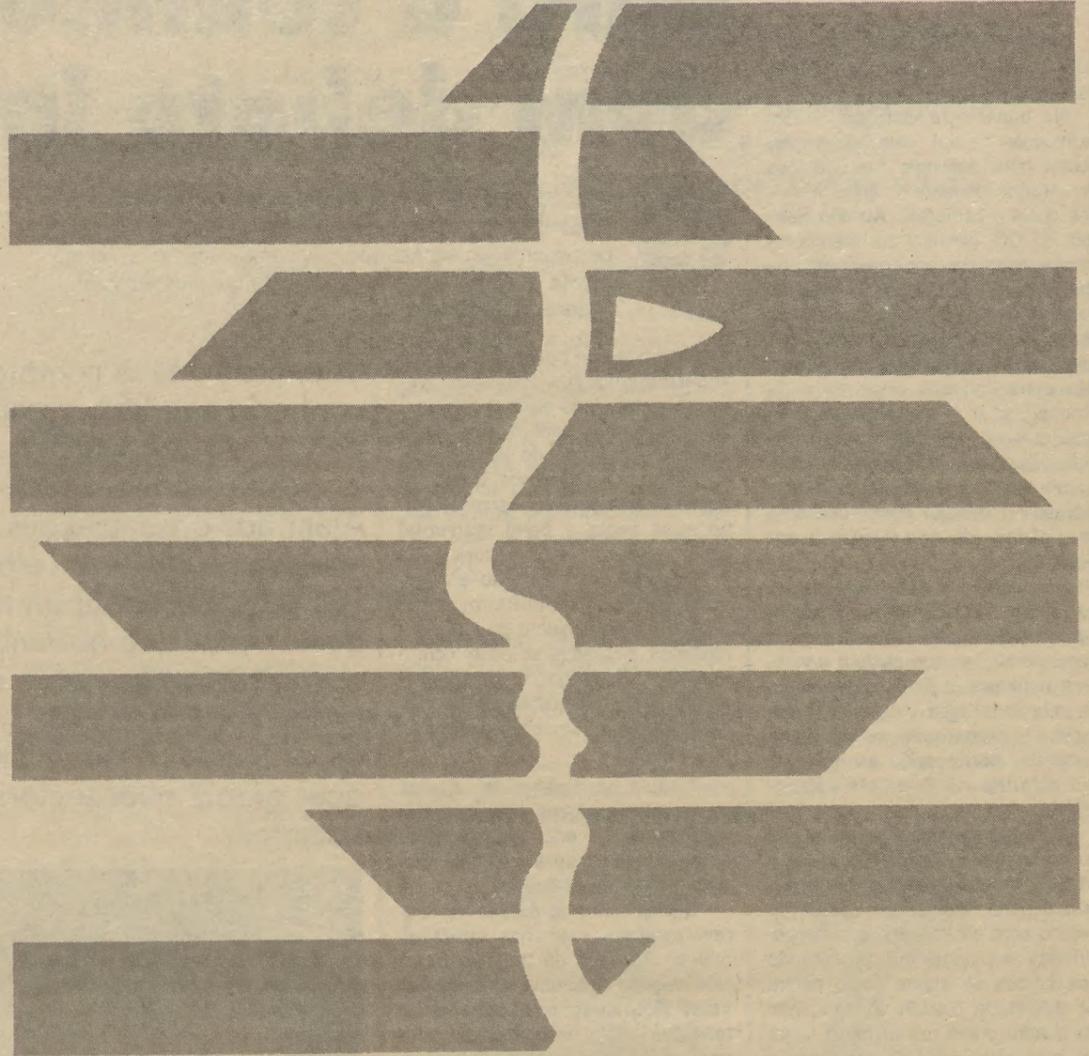
3.º Caderno

Não pode ser vendido  
separadamente

## ENCONTRO SOBRE DESENVOLVIMENTO CULTURAL

MAIS CULTURA  
MAIS DEMOCRACIA

25 JUNHO 88  
FORUM PICOAS



■ José Paulo Oliveira

# Criar condições para uma maior confrontação de experiências



Mais cultura, mais democracia foi o lema que «presidiu» ao encontro sobre desenvolvimento cultural na região de Lisboa, iniciativa da ORL

**Q**uinze anos após o 25 de Abril não foram aproveitadas suficientemente as novas condições criadas na sociedade portuguesa, decorrentes da instituição de um regime democrático, com extinção da censura, uma maior e mais ampla informação e circulação de ideias, um enorme alargamento da base de participação na vida social e cultural, uma já importante e significativa descentralização, com base num Poder Local que reatou as melhores tradições nacionais.

Esta uma realidade unanimemente reconhecida pelos participantes no encontro sobre desenvolvimento cultural que a Organização Regional de Lisboa (ORL) do PCP promoveu no último sábado no Fórum Picoas. «Mais Cultura, mais Democracia» foi o lema desta iniciativa que possibilitou um confronto de ideias e uma troca de experiências de vivo interesse, assumindo-se como o ponto de partida para o aprofundamento dum debate e dum trabalho em que os comunistas têm,

de facto, uma (importante) palavra a dizer.

Os problemas do teatro, da música, das artes plásticas, da informação e as múltiplas facetas do trabalho cultural — das autarquias aos sindicatos, passando pelas colectividades — estiveram em foco num espaço aberto de reflexão, organizado em dois painéis de debate: o primeiro, da parte da manhã, tratou o tema «cultura, sociedade, identidade nacional»; o segundo, já da parte da tarde, debruçou-se sobre o



# Contributos para a continuação dum debate importante

«desenvolvimento cultural na região de Lisboa».

Na breve nota divulgada à Comunicação Social, com alguns aspectos mais salientes das questões levantadas durante o encontro — aos quais o camarada **Aurélio Santos**, do CC, também se referiria na intervenção de encerramento —, chama-se a atenção para a necessidade de «criar condições para uma maior e mais constante confrontação de experiências provenientes das mais diversas origens» e de «incentivar o desenvolvimento da vida cultural do País com vista a uma democracia participada no nosso quotidiano e à dinamização dos recursos nacionais, como afirmação de vitalidade de uma identidade nacional».

Para tanto, sublinhou o encontro do Fórum Picoas, que reuniu centena e meia de participantes, há que «criar condições que ajudem e motivem o natural e livre florescimento da criação artística e cultural, e promover a elaboração de projectos culturais, abrangendo as diversas actividades na sua interdependência».

Mas não se pode ficar por aí. Há que promover igualmente a elaboração de projectos culturais diferenciados para a região de Lisboa, de acordo com as aspirações e necessidades populacionais, procurando que Lisboa se afirme como centro de actividade cultural criadora, não no quadro duma macrocefalia cultural, mas como fonte de irradiação e absorção também».

Há ainda que procurar formas de interacção e cooperação entre todos os intervenientes na acção cultural, como novas estruturas quando necessário, com maior participação e responsabilização do Estado e suas instituições, do Poder Local, das associações e movimentos culturais, das estruturas ligadas ao movimento popular, dos criadores de cultura, suas associações e outros agentes culturais.

## Cultura não se impõe...

Como assinala o breve documento lido no final dos trabalhos, o PCP propõe-se, através das suas estruturas e militantes com intervenção cultural:

- Aprofundar, alargar, estruturar e coordenar mais activa e dinamicamente a acção na frente cultural, entendendo o desenvolvimento cultural como condição e componente do desenvolvimento social, político e económico, na perspectiva duma democracia participada e em processo de aperfeiçoamento.

- Promover um debate alargado a todas as forças e pessoas interessadas no desenvolvimento cultural do nosso país, em que se estudem todos estes problemas e se tente obter para eles adequada solução.

E isto não esquecendo que a cultura se não pode impor e criar de cima para baixo, mas criando as condições que permitam o estudo, o conhecimento e o espontâneo nascer e desenvolver da criação em todos os campos da actividade artística, literária, científica, cultural enfim. E tendo sempre em vista que, só através de uma transformação cultural é possível encontrar para o nosso país um nível de civilização de acordo com o lugar a que temos direito pelo nosso percurso como povo. ■

O encontro da ORL do PCP sobre o desenvolvimento cultural na região de Lisboa suscitou uma vasta documentação escrita que, pensamos, merece a leitura atenta de todos e especialmente de quantos estejam ligados ao fenómeno cultural.

Para além do breve texto lido no encerramento dos trabalhos (ver noutra peça), logo após a intervenção de **Aurélio Santos**, do Comité Central, o encontro do Fórum Picoas contou com diversos textos de apoio e intervenções escritas, elaboradas tanto a nível individual como colectivo. Traço comum desta interessante documentação é o assumir-se como contributo, como achega, como conjunto de tópicos e reflexões, passadas ao papel com o objectivo de ajudar o desenvolvimento e a continuação do debate. Nada, portanto, de coisas definitivas ou acabadas.

A título de curiosidade vejamos os temas de alguns dos materiais distribuídos no encontro, incluindo comunicações apresentadas nos dois painéis de discussão.

**Gabriela Freire**, da CM de Loures, avançou «algumas questões que se colocam ao trabalho cultural» naquela autarquia. **Urbano Tavares Rodrigues** sintetizou «breves reflexões sobre os modos de dinamizar a relação do PCP com a juventude através das artes e letras».

**Mário Castrim** colocou «algumas considerações sobre o fenómeno televisivo», enquanto **Modesto Navarro** tratou «aspectos da política cultural na área da animação».

A situação e problemas dos artistas plásticos foram abordados por **A. Domingues**. Por seu turno, **José Barata-Moura** levou ao encontro «nove pontos para uma reflexão sobre a CEE e a cultura».

«Notas para uma política de desenvolvimento teatral» e «tópicos para um debate alargado sobre problemas do trabalho cultural» foram outros temas tratados em breves textos distribuídos no Fórum Picoas.

Duas palavras ainda em relação às «notas para um programa de intervenção global para a música» e às «questões para debate em torno da cultura e da democracia» (texto-base para o tema **cultura, sociedade, identidade nacional**), onde se salienta a dado passo:

- As questões da descentralização e da democratização da cultura dependem, também devido à inviabilização e destruição de projectos e

em que o «Laissez faire, laissez passer» se transforma num conclusivo «Não deixar fazer nem fazer» o exercício do poder pela direita pretende sufocar o desenvolvimento cultural do povo português para me-

- As actuais circunstâncias impõem aos homens de cultura novas e acrescidas responsabilidades: de remarem contra esta maré, de lutarem contra o abastardamento cultural, de promoverem a crítica permanen-

O encontro teve como objectivo contribuir para um melhor conhecimento das questões do desenvolvimento cultural e para o debate do seu relacionamento com o desenvolvimento económico e social e com o aprofundamento e consolidação da Democracia. Além das organizações mais directamente ligadas às actividades intelectuais (Artes e Letras, Professores, Informação, Quadros Técnicos) participaram no encontro membros do PCP e outros democratas que no âmbito das autarquias, das colectividades, das organizações juvenis e estudantis, do movimento sindical ou das organizações culturais, ou como personalidades da arte, do ensino, do património, têm interesse na solução dos problemas de cultura, quer global quer sectorialmente, e tanto no plano local como nacional.



Como foi sublinhado no encontro da ORL, há que dinamizar um vasto movimento de opinião nacional sobre as questões da cultura

estruturas do poder central, cada vez mais da regionalização e da vida local; defender a nossa identidade e cultura e ganhar a mais ampla participação popular na vida cultural são objectivos postos em prática, em muitos casos já de forma séria e coordenada, por diversas estruturas do poder local e instituições culturais locais, também no distrito de Lisboa, nomeadamente sob a influência do Partido.

- Sob a capa do neoliberalismo,

lhor sufocar o seu desenvolvimento global.

- Não devemos deixar o poder central prosseguir à vontade a sua acção destruidora, devemos propor projectos e exigir a participação das suas áreas «vocacionadas» para a acção cultural em iniciativas de descentralização da cultura (mas de modo a que essas iniciativas nunca possam ficar dependentes do «sim» dos responsáveis das áreas ou do Governo...).

te e impiedosa a todos os subprodutos que tendem a nivelar por baixo o gosto, a sensibilidade e a cultura do nosso povo.

- A questão da qualidade não pode ser nunca alibi para estreitar cada dinâmica cultural; pelo contrário, deve acompanhar a descentralização e a democratização da cultura, valorizando e despertando novos e mais profundos sentimentos do belo e do prazer de viver, principalmente entre quem trabalha. ■



## João Hogan — um amigo que não se esquece

João Hogan, pintor, militante do PCP, não foi esquecido no encontro da ORL. A homenagem surgiu logo no início dos trabalhos. Com o silêncio de pé e com as palavras sinceras que aqui recordamos:

*Nas últimas semanas um amigo nosso, que certamente hoje aqui estaria, deixou-nos.*

*O João Hogan, homem de silêncios, como convinha às suas pedras, era também um homem cheio de humanidade.*

*Artesão, da madeira e das tintas, mostrou-nos com o trabalho de uma vida, que a grande arte está perto da terra e lhe reiventa as cores.*

*Em sua homenagem pedia-vos que juntos o recordássemos por instantes. ■*



# Mais cultura mais democracia

Os camaradas Aurélio Santos, Modesto Navarro, José Pessoa, Mário Barradas, Portela, Jorge Cordeiro e Fernando Pereira estiveram na Mesa do encontro sobre desenvolvimento cultural, em representação da comissão organizadora e dos sectores que mais directamente se empenharam na preparação e realização desta iniciativa.

O debate no painel da manhã foi dirigido por **António Melo**, professor da Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa (departamento de Filosofia) e o da tarde por **Lino Paulo**, vereador da Câmara Municipal de Sintra.

No decorrer dos trabalhos foram aprovadas duas moções: uma de protesto pela ausência da RTP; e outra de solidariedade com os trabalhadores do Teatro Nacional. Esta última tomada de posição refere concretamente:

«Reunidos no Fórum Picoas, no encontro distrital sobre desenvolvimento cultural, promovido pela ORL do PCP, reconhecendo a legitimidade da luta dos trabalhadores do Teatro Nacional D. Maria II, que tem por objectivo dar ao Teatro as condições que lhe permitam cumprir os elevados desígnios culturais que devem ser os seus, os participantes apoiam essa luta e exigem a abertura do diálogo com os trabalhadores por parte da Direcção do Teatro Nacional e da Secretaria de Estado da Cultura».

## Temas em foco

Entre os participantes no encontro do Fórum Picoas viam-se várias personalidades dos sectores democráticos da vida portuguesa, nomeadamente jornalistas, professores, investigadores, artistas, médicos, escritores, actores, outros intelectuais e nomes conhecidos da opinião pública.

Rosa Coutinho, Piteira Santos, Moradas Ferreira, Alcina Bastos, Salvado Sampaio, Blasco Hugo Fernandes, foram, entre outros, algumas das presenças que registámos no auditório das Picoas, onde se abordaram temas de vivo interesse na esfera cultural, com especial relevo as áreas do teatro, música e informação no painel da manhã e o trabalho cultural nas autarquias, colectividades, associações e movimento sindical no painel da tarde.

Muitos foram os oradores que avançaram as suas ideias, análises, comentários, reflexões e propostas, levando ao encontro uma riqueza de experiência e uma explícita vontade de prosseguir o debate no geral e em temas mais concretos, aprofundando a discussão e ganhando mais vontades e contributos num futuro próximo.

Concentrados, naturalmente, no **Festróia**, os nomes mais ligados à «7.ª Arte» não puderam estar presentes no Picoas, mas as outras áreas significativas foram abordadas.

Para além dos aspectos mais concretos (o exemplo de Loures no âmbito autárquico, os problemas dos artistas plásticos, o ensino da música, os projectos do Centro Dramático Intermunicipal, etc.), o encontro da ORL chamou a atenção para a interligação entre o desenvolvimento cultural e o desenvolvimento socioeconómico do País e o aprofundamento da democracia, o novo nível de exigências para a actividade cultural, o desenvolvimento científico e tecnológico do nosso tempo e a crescente intelectualiza-

A necessidade do desenvolvimento cultural não só corresponde aos profundos interesses do povo (mesmo quando não são directamente sentidos) como constitui um factor privilegiado de aprofundamento democrático, pelo que uma política de desenvolvimento neste sector constitui uma necessidade e uma obrigação de um Estado democrático.

ção, a relação entre a dimensão e a preocupação cultural e a actividade política das forças progressistas e em especial do PCP, etc.

## Propostas

Agir foi a mensagem que a nossa reportagem captou no último sábado e que podemos ilustrar numa breve passagem dos «tópicos para um debate alargado sobre problemas do trabalho cultural», avançados pelo organismo de direcção do Sector de Artes e Letras da ORL do PCP. Aí se propõem **medidas imediatas** para «melhorar a nossa actividade»:

- Promover um amplo debate nas organizações do Partido em torno das questões relacionadas com a actividade cultural (com vista à discussão das dificuldades e problemas existentes) e, também, da vontade, capacidade e condições que temos para desenvolver o trabalho nesta frente;
- Promover, de forma regular e sistemática, a coordenação do nosso trabalho nesta frente;
- Procurar uma melhor definição dos meios, estruturas e recursos necessários e níveis para o reforço do trabalho na frente cultural;
- Fazer uma avaliação e promover a motivação dos activistas capazes de contribuir para a dinamização das várias áreas da organização e acção cultural;

• Clarificar os objectivos e o conteúdo da acção na frente cultural.

A reflexão, o estudo, e o debate colectivo dos intelectuais comunistas sobre estas questões, em colaboração com os outros intervenientes na vida cultural, impõe-se como condição para a sua **qualificada contribuição na definição do conteúdo, dos temas, dos objectivos, das formas e prioridades de acção cultural do Partido**», salienta o texto, que refere noutra passagem:

«Na frente cultural, a situação é grave. Face às contra-ofensivas da recuperação obscurantista das forças de direita e reaccionárias, perante situações de esvaziamento da cultura, de mera representação ou substituição do essencial, cabe-nos

não abandonar o mais importante, mas sim defendê-lo e promovê-lo de forma criativa, contando com as nossas forças, e com a acção de todos os que se mantêm nas posições da Democracia e do progresso social e cultural.

«Devemos utilizar com mais audácia e criatividade as novas possibilidades e condições de desenvolvimento cultural criadas com o regime democrático. Devemos despoletar, com iniciativa, novas dinâmicas e potencialidades. Devemos sobretudo preocupar-nos com as forças mais dinâmicas da sociedade portuguesa. Devemos reforçar a cooperação e coordenação entre todos os que intervêm na vida cultural: criadores de valores culturais e suas instituições, bem como às associações e autarquias.» ■



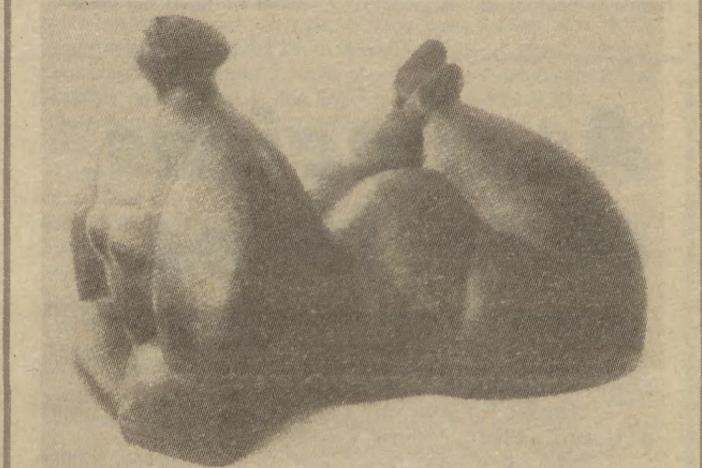
O camarada Aurélio Santos, do CC, intervindo no encontro do último sábado

Como sublinhou o encontro da ORL, a Região de Lisboa tem e terá um papel fundamental na consolidação e aprofundamento das liberdades e da democracia económica, social e cultural. O PCP, juntamente com os intelectuais, os trabalhadores, todos os que participam na criação dos valores culturais e na sua assimilação e realização, deverão dar passos na procura e estabelecimento de novos fios condutores da vida cultural, defendendo, valorizando e desenvolvendo o nosso património, a nossa identidade cultural.



«Executivo» (Virgílio Domingues)

Maquete de monumento a Ary dos Santos (António Trindade)



«Menina deitada» (João Duarte)

## Escultura no Vitória

Até ao próximo dia 8 está patente no Centro Vitória, na Av. da Liberdade, 170, uma exposição colectiva de **escultura**, enquadrada na realização do encontro sobre o desenvolvimento cultural, promovido pela Organização Regional de Lisboa (ORL) do PCP no último sábado, no Fórum Picoas.

O certame, inaugurado na passada segunda-feira, reúne trabalhos de **António Trindade**, **João Duarte** e **Virgílio Domingues**, e é uma iniciativa da célula dos artistas plásticos de Lisboa e da DORL do PCP. Iniciativa que merece, estamos certos, a visita atenta dos nossos leitores. ■

# CIMEIRA dos SETE

## Entre a mentalidade imperial e as novas realidades

A Cimeira de Toronto, que reuniu os sete países mais industrializados do mundo capitalista, entre 19 e 21 de Junho, na capital canadiana, é a primeira realizada depois da assinatura do tratado soviético-norte-americano para a liquidação de mísseis de médio e mais curto alcance na Europa (INF), o primeiro passo concreto no caminho do desarmamento nuclear.

Mas dir-se-ia que um primeiro passo assumido muito a contragosto pelos dirigentes dos maiores países capitalistas. No plano político, o que foi acordado em Toronto constitui uma primeira avaliação comum dos Sete em relação a novas realidades internacionais em construção. Essa avaliação é feita, em particular, na **declaração política**, aprovada de par de uma **declaração sobre a situação económica** e ainda de um **documento sobre a dívida** (que no essencial abre caminho a esforços maiores no sentido de tornar um tão dramático problema, na **exclusiva perspectiva dos credores**).

As realidades novas estão lá na declaração política de Toronto. Mas sob que óptica? Em que perspectiva?

Não há qualquer surpresa na abordagem dos novos factos. Lá está inteirinha a velha pretensão de poder e domínio dos grandes do capital. A insistência na aposta nuclear, retomando aliás os princípios ainda bem recentemente defendidos na Assembleia da NATO. E até a arrogância de quem pensa ter o direito de dar lições aos outros países e aos povos, em particular aos países da comunidade socialista.

Mas sob a trama das considerações políticas, das análises impregnadas desde o velho espírito imperial, **impõem-se bem vivas realidades concretas muito fortes. Que ninguém pode ignorar.**

so, o documento político aprovado em Toronto, esmera-se em apresentar como da responsabilidade e autoria das «democracias industrializadas», os passos entretanto dados no caminho do desanuviamento, do desarmamento, de uma melhoria das relações internacionais.

E assim textualmente se afirma na declaração política: «Muitos aspectos importantes das relações entre os países ocidentais e a União Soviética, mudaram desde o nosso último encontro. Consideramos, pelo nosso lado, que estas mudanças surgiram porque as democracias industrializadas se mostraram sólidas e unidas». Curiosa a forma fulminantemente rápida como se esquece como ainda há bem pouco o presidente Reagan quebrava lanças contra o «império do mal», cuja capital, Moscovo, acaba de visitar...

Mas há mais. Na referência ao Tratado para a liquidação de mísseis na Europa, agora oficialmente consagrado em Moscovo, diz-se na Declaração: «Consequência directa da firmeza e da unidade manifestadas pelo Ocidente, o tratado INF (sobre mísseis de alcance intermédio) é o primeiro acordo histórico que reduz efectivamente as armas nucleares».

Há uma certa audácia nestas distorções propagandísticas dos factos, quando por toda a parte, tanto na Europa capitalista como nos Estados Unidos, cresce o prestígio da política de paz avançada pela União Soviética. E simultaneamente a NATC se preocupa quanto às formas de convencer os povos da «necessidade» de mais dispêndio com mais sofisticadas armas, quando hoje é de desarmar que se trata!

**As armas e as liberdades...**

Num futuro previsível, «a dissuasão nuclear e a existência de forças convencionais, são garantias da paz e da liberdade». É verdade que já estamos mais longe das declarações do género de «antes morto que vermelho», mas para quem se arroga a iniciativa no domínio do desarmamento, esta afirmação seria pelo menos estranha.

Na verdade reflecte apenas a persistência da NATO, dos grandes do capital, na política de força, de

*diktat*, nomeadamente pela ameaça das armas, mesmo nucleares.

Vale a pena relembrar aqui a denúncia feita na «cimeira alternativa», realizada em Bruxelas por movimentos da paz belgas, britânicos, institutos de investigação, especialistas em questões de defesa, nos primeiros dias de Março, no mesmo momento em que se reunia uma cimeira da NATO.

Nessa «cimeira alternativa» foram divulgados dados muito concretos sobre projectos da NATO de colocação de novas armas nucleares na Europa. Em particular de planos para os anos de 1990, de introdução de 1300 mísseis de cruzeiro instalados em bombardeiros e ainda de 380 mísseis, de um alcance de 2500 km, instalados em navios de guerra e submarinos.

Trata-se ainda da modernização de armas nucleares tácticas de um alcance inferior a 500 km.

Estes dados coincidem claramente com toda uma multitude de indicações quanto aos projectos da NATO de continuar de facto com a corrida aos armamentos. Nomeadamente torneando os acordos estabelecidos. Nos exemplos aqui da-

dos da «cimeira alternativa» esse **esforço de tornear acordos** ressalta claramente. O primeiro passo para o desarmamento nuclear diz respeito a mísseis de alcance compreendido entre 5 mil e 500 km, baseados em terra.

A realidade que entretanto devemos ter bem presente, é que tão pouco agradou a estes sectores que hoje se desdobram em projectos para pôr em cheque acordos de desarmamento, que esses acordos tivessem ido para a frente. Mas foram. Deu-se um primeiro passo, a que outros se seguirão. Passos que vão exigir muito, não da «firmeza» do Ocidente, mas da luta unida de todos nós.

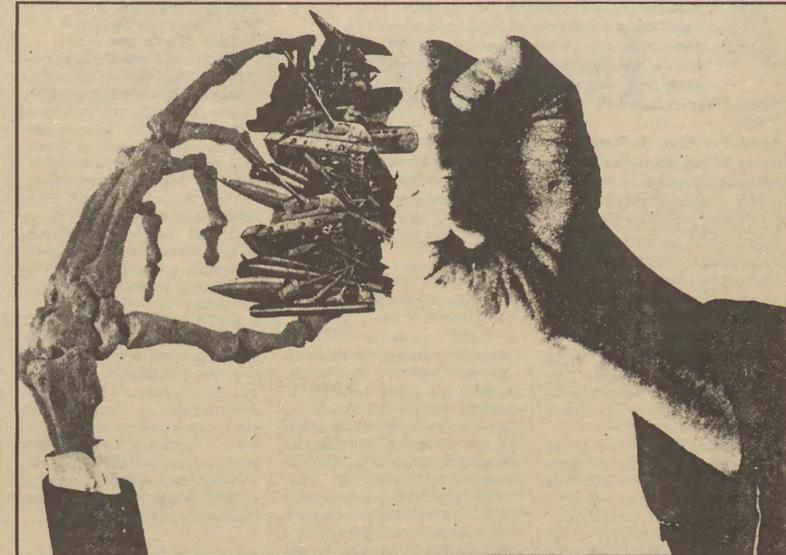
### E de novo a «ameaça» soviética

«Entretanto, a enorme concentração de forças convencionais soviéticas na Europa de Leste, a superioridade convencional do Tratado de Varsóvia que daí advém e a sua capacidade de lançar ataques-surpresa e operações ofensivas de grande envergadura estão no coração do problema da segurança na Europa». Os objectivos de afirmações

causa seriam preferencialmente soviéticas.

Entretanto, na própria Assembleia da Nato recentemente realizada, e mesmo no grupo que elaborou o relatório apresentado a essa Assembleia, se erguem vozes discordantes, que contestam o prosseguimento de uma política de confrontação.

Citamos o anexo ao referido relatório, «A NATO nos anos 1990», anexo da responsabilidade de um deputado social-democrata da Dinamarca, em que se diz: «A época que vivemos deveria levar-nos a procurar uma solução para a alteração da política seguida nestes últimos anos pela Aliança no domínio da segurança». E sublinha: «O relatório aceita mais ou menos automaticamente a teoria segundo a qual, para desarmar, devemos antes do mais dotar-nos de armamentos de todo o género e, sobretudo, de armamentos clássicos. No entanto, seria de longe preferível que pudessemos chegar a um acordo sobre as reduções assimétricas realizadas sob estrita vigilância, tal como seria bem melhor que as partes em presença acordassem novas estratégias baseadas em sistemas de de-



fesa desprovidos de qualquer carácter de ameaça».

É natural que os Sete continuem a aprovar declarações em que se aposta ainda na «dissuasão nuclear» e se referem míticas ameaças soviéticas. Mas mesmo aí — e muito significativamente — se sublinha a importância da evolução das relações Leste-Oeste. E se valorizam — mesmo que demagogicamente — os passos dados no rumo do desarmamento.

A verdade é que cresce por toda o mundo um movimento pacifista que objectivamente conflui com a batalha da comunidade socialista e da URSS pelo desarmamento. Movimento pacifista que assume mesmo particular expressão nos países capitalistas industrializados, de que os dirigentes do capital agora mais uma vez se reuniram, desta feita em Toronto.

Todos estes movimentos, diferentes partidos e sectores políticos, como é nomeadamente o exemplo que aqui referimos de um deputado social-democrata — aderem ou confluem para o objectivo comum da criação de condições para um mundo mais seguro.

Na reunião realizada em Maio de 87, em Berlim, os membros do **Tratado de Varsóvia** divulgaram um **documento sobre doutrina militar**, em que se define como essência dessa doutrina:

«Os Estados Membros do Tratado de Varsóvia nunca encetarão, seja em que circunstâncias for, acções militares contra qualquer outro Estado ou aliança de Estados, só usarão meios militares se eles próprios forem submetidos a uma agressão armada.

«Eles nunca serão os primeiros a empregar armas nucleares.

«Eles não têm quaisquer pretensões territoriais, nem em relação a um Estado europeu nem extra-europeu.

«Eles não consideram nenhum Estado nem nenhum povo seu inimigo.

«Estão dispostos a organizar as relações com todos os países do mundo sem excepção, com base na consideração recíproca dos interes-

ses de segurança e da coexistência pacífica».

Princípios muito amplos, a que certamente qualquer povo se disporia a aderir. Um facto que mais tarde ou mais cedo também os Sete terão que ter em conta.

É sem dúvida muito difícil o caminho da paz e do desarmamento. Mas simultaneamente trata-se de um objectivo em que se abrem as mais amplas formas de unidade.

Não é possível fechar portas à força desta realidade. ■

## «A noite seguinte»

Na defesa da «dissuasão nuclear», em que a NATO — tal como os Sete — persiste, é sistematicamente escamoteado o real significado hoje, de uma guerra nuclear, a razão profunda porque tão amplos e diversos sectores da população de países de todo o mundo, aderem à ideia da necessidade imperiosa de liquidação do armamento nuclear.

Nos sectores belicistas não se gosta de ouvir falar da ameaça de um holocausto nuclear, do Inverno e da noite nuclear, do fim da humanidade e da vida tal como ela hoje existe no nosso planeta. Muito embora seja essa a convicção da maioria esmagadora dos cientistas, nomeadamente dos Estados Unidos e da URSS.

Aqui reproduzimos um curto extracto de um trabalho de cientistas soviéticos, «**A noite seguinte**».

«Resumindo: o Inverno nuclear — o arrefecimento brusco, excepcionalmente severo e prolongado do ar sobre os continentes — seria o principal efeito climático de uma guerra nuclear, independentemente do cenário específico. Por outras palavras, todos os seres vivos que sobrevivessem aos fogos nucleares sucumbiriam ao frio.

(...)

«Um estudo atento do modelo dos efeitos globais a longo prazo de uma guerra nuclear sobre o clima e atmosfera da Terra não admite esperanças ou ilusões sobre um futuro em que existam condições mínimas de sobrevivência mesmo para os países mais afastados das regiões prováveis das trocas de salvas nucleares. **O planeta Terra — uma nave espacial no Universo — é demasiado pequeno e frágil para emergir dos abalos causados por um conflito nuclear mesmo «limitado» a 100 mt.** Foi o que reiterou mais uma vez o documento final adoptado em 24 de Janeiro de 1984 pela assembleia dos presidentes das academias científicas e de outros cientistas de todo o mundo, preocupados com os efeitos de uma conflagração nuclear sobre o clima e atmosfera terrestres, realizada pela **Academia Pontifícia de Ciências no Vaticano**.

«O documento afirma: «Os cálculos demonstram que as poeiras e o fumo podem atingir os trópicos, incluindo grande parte do Hemisfério Austral. Daí que nações não combatentes, incluindo as afastadas da zona de conflito, possam ser severamente afectadas. Países como a Índia, o Brasil, a Nigéria e a Indonésia poderiam ver-se atingidos por um desastre sem precedentes sem que uma só bomba explodisse sobre os seus territórios. (...) O Inverno nuclear implica um enorme aumento do sofrimento humano, incluindo nações não directamente envolvidas na guerra (...) A guerra nuclear poderia assim arrastar consigo uma destruição de vidas sem paralelo em qualquer outro período da presença humana na Terra e poderia pôr em perigo o futuro da humanidade».

### Quem tem a iniciativa?

É sabido que no rescaldo da Cimeira de Reikjavik, a propaganda de Washington se desmultiplicou em esforços para apresentar como de iniciativa norte-americana as propostas avançadas por Gorbachov na cimeira da Islândia. Facto então de imediato denunciado pelo secretário-geral do PCUS.

Num contexto não tão escandaloso,



## As cimeiras anteriores

- **Rambouillet**, 15-16 Novembro 1975 (Ford, Giscard d'Éstaing, Schmidt, Wilson, Miki, Moro).
- **Porto-Rico**, 27-28 Junho 1976 (Ford, Giscard d'Éstaing, Schmidt, Callaghan, Moro, Miki, Trudeau).
- **Londres**, 7-8 Maio 1977 (Schmidt, Trudeau, Carter, Giscard d'Éstaing, Callaghan, Andreotti, Fukuda).
- **Bona**, 16-17 Julho 1978 (Carter, Fukuda, Trudeau, Schmidt, Giscard d'Éstaing, Callaghan, Andreotti).
- **Tóquio**, 28-29 Junho 1979 (Clark, Schmidt, Giscard d'Éstaing, Andreotti, Ohira, Thatcher, Carter).
- **Veneza**, 22-23 Junho 1980 (Carter, Trudeau, Thatcher, Schmidt, Cossiga, Okita).
- **Ottawa**, 20-21 Julho 1981 (Reagan, Trudeau, Thatcher, Schmidt, Mitterrand, Spadolini, Suzuki).
- **Versalhes**, 4-6 Junho 1982 (Schmidt, Trudeau, Reagan, Mitterrand, Thatcher, Spadolini, Suzuki, Thorn, Martens).
- **Williamsburg**, 28-30 Maio 1983 (Kohl, Trudeau, Reagan, Mitterrand, Thatcher, Fanfani, Nakasone, Thorn).
- **Londres**, 7-9 Junho 1984 (Kohl, Trudeau, Reagan, Mitterrand, Thatcher, Craxi, Nakasone, Thorn).
- **Bona**, 2-4 Maio 1985 (Kohl, Mulroney, Reagan, Mitterrand, Thatcher, Craxi, Nakasone, Delors).
- **Tóquio**, 4-6 Maio 1986 (Reagan, Craxi, Mulroney, Thatcher, Nakasone, Kohl, Mitterrand, Delors, Lubbers).
- **Veneza**, 8-10 Junho 1987 (Reagan, Nakasone, Mulroney, Mitterrand, Kohl, Thatcher, Fanfani, Delors). ■

# TERCEIRO MUNDO

## A dívida é impagável

**A** declaração final da cimeira de Toronto reflecte, no respeitante à dívida externa dos países em vias de desenvolvimento, se não a aceitação pelo menos o reconhecimento de uma realidade que há muito vem sendo denunciada pelos representantes mais realistas desses mesmos países: a impossibilidade prática do pagamento da dívida.

Apoiando o plano da França — que decidiu «perdoar» um terço da dívida pública dos países subsaarianos — e bem como outras medidas preconizadas pela República Federal da Alemanha e pelo Japão, a referida declaração prevê um conjunto de três opções para aliviar o peso da dívida das nações mais pobres, remetendo para o Clube de Paris, que reúne os países credores, a determinação das regras a aplicar nesse sentido.

Os Estados Unidos, que levantaram as maiores objecções à decisão, concordaram apenas em prorrogar os prazos dos reembolsos.

De imediato, é evidente que os países devedores têm alguns motivos para respirar de alívio. Mas trata-se, em boa verdade, de um alívio pequeno.

Em primeiro lugar, porque a cimeira dos sete não pôs em causa (e estranho seria que o fizesse) as condições que tornaram possível a gigantesca dívida do terceiro mundo aos países industrializados do ocidente. Ou seja, a injustiça da ordem económica internacional vigente, marcada por um intercâmbio desigual, desequilíbrios monetários, elevadas taxas de juro, arbitrária definição de preços das matérias-primas.

Em segundo lugar, porque não foi tomada nenhuma medida concreta em relação à dívida da América Latina, que no ano passado atingia já os 410 mil milhões de dólares.

Não se pretende, de modo algum, retirar importância aos passos, pequenos que sejam, dados no domínio da redução das dívidas. No caso concreto do continente africano, que parece ter dominado as atenções da cimeira, a gravidade da situação bem o justifica.

Com uma dívida externa de cerca de 200 mil milhões de dólares, a África viu aumentar, entre 1980 e 1985, em 68 milhões o número das pessoas que vivem na miséria. Actualmente, estima-se em 278 milhões o número de africanos na miséria o que representa mais de metade do total da população de África.

Na tentativa de encontrar uma solução para este terrível problema, a última cimeira da OUA, entre outras coisas, apelou aos credores para apoiarem uma moratória de 10

anos no pagamento da dívida e uma renegociação da mesma num prazo de 50 anos, sem juros.

Entretanto a Comissão Sul, presidida por Mwalimu Nyerere e integrando 28 personalidades de países do terceiro mundo, tem vindo igualmente a desenvolver esforços para criar uma plataforma de acção comum face à questão da dívida externa. Na sua reunião em Kuala-Lumpur, a Comissão propôs a formação de um fórum permanente de devedores, que pretende ser antes do mais um centro de informação e comunicação, onde se elaborem teses comuns e tomadas de posição colectivas.

Embora se ignorem ainda reacções às decisões tomadas na cimeira de Toronto e às suas consequências práticas, é de esperar que às omissões em relação à América Latina — a que não deve ser alheia a posição inflexível dos EUA — venham a estar em breve no centro das atenções. Pela simples razão de que no continente latino-americano se acumulam as mais importantes dívidas do mundo.

### Uma situação insustentável

Os dados sobre a dívida externa latino-americana falam por si. Em 1987, atingia já os 410 mil milhões de dólares. Nos últimos sete anos, a região pagou aos seus credores mais de 200 milhões de dólares de amortização e juros. E enquanto a

dívida cresceu em 120 mil milhões de dólares, as transferências líquidas de recursos chegaram aos 159 mil milhões.

Os esforços feitos pelos países da zona para equilibrar as suas balanças de pagamentos não obtiveram grandes resultados, apesar das drásticas reduções das importações e do crescimento das exportações. Os juros pagos em 1978 foram de 32,3 mil milhões de dólares, enquanto a relação entre a dívida e as exportações continuou a ser de 387 por cento.

As consequências desta situação nas condições de vida da população são terríveis. Em 1987, a América Latina não tinha ainda recuperado o nível médio do rendimento por habitante que tinha em 1980; estava abaixo desse nível cerca de 6 por cento. E isto apesar de, em 1980, o número de pobres ser de um terço do total da população latino-americana.

Por outro lado, a situação agravou-se com o aumento da população que, em sete anos, cresceu 60 milhões. Os problemas do desemprego, do sub-emprego e da inflação agravaram-se consideravelmente.

O aumento médio do preço dos bens de consumo passou de 56 por cento em 1980 para 187 por cento em 1987. O aumento da inflação a partir de 1980 e a aplicação de políticas restritivas para fazer face à crise fizeram cair a pique os salários reais. No ano passado, os salários mínimos nos centros urbanos do Brasil, Chile, Equador, México, Peru e Uruguai eram 30 a 40 por cento mais baixos do que em 1980; os salários agrícolas, por seu turno, diminuíram nos 16 países da América Latina cerca de 10 por cento entre 1980 e 1983 e ainda 6 por cento entre 1983 e 1985.

Na região, entre 1980 e 1985, o número dos desempregados aumentou cerca de 48 por cento.

Independentemente das opções da cada país, é evidente que as pressões sofridas para o reembolso da dívida externa levou cada um deles a reduzir as suas despesas sociais. O próprio Banco Interamericano de Desenvolvimento assinala, no relatório de 1987, que o peso do rigor orçamental imposto pelo serviço da dívida se fazia sentir de um

modo inquietante, provocando uma considerável degradação das condições de vida e inclusive de saúde, em particular nas zonas urbanas em rápida expansão.

Os tímidos passos dados para enfrentar este problema revelam, por um lado, o seu agravamento e, por outro lado, a ineficácia das medidas tomadas. Basta ver que entre 1956 e 1981 a América Latina e as Caraíbas efectuaram 12 reestruturações das suas dívidas, num montante de 561,1 milhões de dólares, enquanto entre 1982 e 1987, se registaram vinte reestruturações da dívida latino-americana, com um montante de 842,8 milhões de dólares.

É um facto que em todas as renegociações efectuadas foi possível melhorar um pouco as condições de pagamento, mas o problema de fundo mantém-se: a dívida é impagável.

Todos os esquemas concebidos até à data se revelaram, a curto prazo, ineficazes.

Como afirmou recentemente o representante cubano na Conferência sobre a Dívida Externa da «Third World Fundation», em Brasília, «houve tantas combinações como países, tantas ameaças como credores, tantas imposições quantas foram permitidas pelo isolamento daqueles que devem e a prepotência daqueles que se empenham em cobrar. O Fundo Monetário Internacional e os seus ajustamentos peremptórios prevaleceram sobre o interesse e a necessidade dos países da região».

Hoje, apesar dos magros resultados da cimeira de Toronto, alguma coisa parece ter começado a mudar. Pela primeira vez, os credores parecem dispostos a perder parte do que reclamam, não por reconhecerem a injustiça da cobrança mas por constatarem a sua impossibilidade.

O clima de desanuviamento internacional pode dar, nesta matéria, um contributo decisivo. Os meios gastos com as armas, se postos ao serviço do desenvolvimento, são bastantes para liquidar a dívida externa total, estimada em 1200 mil milhões de dólares.

Basta, para tanto, vontade política.

■ A.F.



### Os países mais endividados da América Latina e da África (31-Dezembro-87)

País	Dívida total (milhões dólares)	Porcentagem que a dívida representa em relação ao PIB
Brasil .....	116 900	41,0
México .....	105 500	83,8
Argentina .....	54 500	65,8
Venezuela .....	33 900	70,8
Nigéria .....	27 000	45,5
Chile .....	20 500	138,8
Marrocos .....	17 300	126,7
Peru .....	16 700	62,4
Colômbia .....	15 700	46,8
Equador .....	9 600	83,5
Costa do Marfim .....	9 100	122,7

(Fontes: Banco Mundial e a CEPAL)

Como se pode apreciar, realmente o país mais endividado deste grupo, em proporção à escala da sua economia, é o Chile, pois, por cada dólar obtido no seu Produto Interno Bruto (PIB), deve 1,38 dólares. ■

# O SEE é necessário para se viver melhor em Portugal

**A** Companhia das Águas de Lisboa foi das primeiras empresas a serem nacionalizadas. Nas conclusões da assembleia de organização do PCP na EPAL recorda-se que «o controlo da empresa pelos trabalhadores manifestou-se, nomeadamente, na melhor distribuição e montagem de chafarizes em bairros de lata e bairros clandestinos». Neste, como noutros serviços essenciais (em que o objectivo único antes da nacionalização era a obtenção de lucro desenfreado e imediato), reinava a exploração feroz dos trabalhadores e o fornecimento de bens e serviços era feito em condições inaceitáveis.

## Nacionalizações e desenvolvimento

Estas empresas estavam impedidas pelo capitalismo monopolista de Estado de realizar os objectivos sociais que lhes competiam, na medida em que isso obrigaria a grandes investimentos.

A evolução da economia portuguesa no período após o 25 de Abril veio colocar a necessidade de uma opção: ou o desenvolvimento assente no domínio dos monopólios, ou o desenvolvimento assente na liquidação do poder dos monopólios com a nacionalização de sectores-chave da economia e com a elevação do nível de vida do povo.

Assim, a nacionalização da banca, dos seguros e de outros sectores básicos tornou-se uma medida indispensável para uma nova dinâmica de desenvolvimento económico e social.

A banca passou a orientar o crédito para actividades produtivas, proporcionando o progresso de muitas empresas, a manutenção de milhares de postos de trabalho e a criação de muitos outros.

Nos seguros foram criadas condições para que o elevado volume de poupança das famílias retido pelas seguradoras pudesse ser aplica-

do em empreendimentos de interesse nacional.

Contudo, a política de recuperação capitalista, não permitindo o aproveitamento das potencialidades das nacionalizações, interrompeu a concretização de projectos que eram essenciais para vencer o atraso que 48 anos de fascismo impuseram ao nosso país.

Tal política tem sido acompanhada por uma intensa campanha que pretende fazer crer que as nacionalizações são prejudiciais aos interesses da maioria da população e fazer esquecer o importante contributo dessas transformações revolucionárias para o bem-estar do povo.

Na verdade, hoje usufruímos de benefícios que nos parecem adquiridos desde sempre, mas que são conquistas de Abril que não caíram do céu e que, para se manterem, carecem de uma luta firme.

Com a nacionalização dos diferentes operadores dos transportes — e, em muitos casos, pela luta conjugada das organizações dos trabalhadores e das populações — centenas de milhar de pessoas passaram a beneficiar do passe social multimodal; criaram-se muitas dezenas de novas carreiras, nomeadamente na RN e na Carris; fizeram-se chegar transportes a muitos lugares antes desprezados; fizeram-

-se fortes investimentos nas frotas rodoviárias e na frota fluvial da Transtejo.

Com a nacionalização do sector eléctrico e a formação da EDP foi possível levar a cabo um plano de electrificação do País pelo qual, só em 6 anos, se electrificou mais do que nos 20 anos anteriores. A electricidade foi levada a mais 5275 lugares e a mais de 400 mil pessoas. Criaram-se condições para o desenvolvimento económico nacional, regional e local.

## Prosseguir o combate pela verdade

Estes são apenas alguns exemplos que ilustram uma realidade que importa conhecer e aprofundar. Nas condições actuais é indispensável identificar os verdadeiros responsáveis pela degradação das condições de vida da população nos últimos anos.

De facto, é a política de recuperação capitalista que é responsável pelas elevadas taxas e tarifas que os governos impõem às empresas e pela degradação dos serviços públicos.

Hoje, por exemplo, os gastos com os transportes pesam nos orçamentos familiares duas vezes e meia mais que em 1976.

A estratégia dos governos de di-

reita consiste em deixar agravar os problemas e, assim, fomentar o descrédito das empresas públicas e promover a ideia das privatizações.

Há que continuar a trabalhar para desmontar esta campanha e evitar prejuízos ainda maiores para as populações.

Se, por exemplo, a electricidade passasse a ser comercializada por entidades privadas, a tarifa subiria substancialmente, agravando os já pesados gastos familiares com a energia.

As pesadas tarifas já praticadas não são devidas nem à existência da EDP, nem à sua dimensão, nem à quantidade de trabalhadores; também nada têm a ver com a nacionalização os rebentamentos das caixas ou a selvagem ocupação dos Serviços Municipalizados do Porto. No entanto, estas questões são, com mais ou menos habilidade, inseridas na campanha da direita.

Na luta dos trabalhadores do sector empresarial do Estado é cada vez mais importante ter em conta a necessidade de subtrair a opinião pública à intoxicação antinacionalizações.

A CT da EPAC alertava recentemente: «Não somos só nós, trabalhadores, que defendemos a empresa e estamos contra a liberalização. São os consumidores, que precisam de se ver defendidos da especulação e das deficiências no abastecimento e na qualidade dos produtos derivados dos cereais».

Os trabalhadores dos transportes denunciam o preocupante aumento

dos índices de sinistralidade e os propósitos de encerramento de mais de 800 quilómetros de via férrea e de 200 estações da CP, e a redução de carreiras nocturnas na Carris.

Os trabalhadores da Electricidade de Portugal insistem na necessidade de pôr em funcionamento os conselhos regionais e locais, para que, através da ligação dos representantes das autarquias com os centros da EDP, o planeamento da empresa tenha em conta também as preocupações das populações.

A federação sindical das comunicações chama a atenção para o exemplo inglês: após um ano de privatização as tarifas aumentaram 33% para as conversas telefónicas urbanas.

Como foi sublinhado num plenário recente nos CTT, tem-se revelado uma orientação justa a convergência dos objectivos de luta dos trabalhadores e das populações, o trabalho conjunto dos sindicatos com as autarquias e a comunicação social regional. A luta das populações de dezenas de localidades contra o encerramento das estações dos correios vai na mesma direcção que a luta dos trabalhadores dos CTT contra a implementação de giros alternados, a redução dos postos de trabalho e à imposição de ritmos de trabalho cada vez mais intensos.

A experiência portuguesa mostra que a existência de um forte sector empresarial do Estado é indissociável da melhoria das condições de vida do povo. ■

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

# O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Junho 1988 • N.º 157 • Preço 50\$00



## TABELA DE ASSINATURAS (DE 6 OU 12 NÚMEROS)

Continente e Regiões Autónomas .....	275\$00- 550\$00
Europa .....	600\$00-1200\$00
Angola, Cabo Verde, etc. ....	800\$00-1600\$00
Outros Países .....	900\$00-1800\$00

Prémio: uma assinatura grátis para quem angarie 10 assinantes

- O agravamento da exploração dos trabalhadores
- Evolução e perspectivas da conjuntura económica
- Encontros Nacionais do PCP (Agricultura, SEE) e interpelações ao Governo (Agricultura, Saúde)

## Promessas

O Ministério da tutela prometeu. O ministro e os serviços garantiram. Este ano, a colocação dos professores dos ensinos preparatório e secundário iria ter outra dinâmica. Tudo estaria resolvido a tempo e horas... Afinal, eram mesmo só promessas. Milhares de professores de todo o País continuam sem saber onde irão trabalhar no próximo ano lectivo. Efectivos e provisórios — mal pagos e mal apoiados — continuam a aguardar, enquanto do Ministério se garante a próxima abertura do ano lectivo ainda mais cedo. A este cenário recamboloso, acrescenta-se apenas mais uma nota: há professores que estão quase a partir para férias...

## Uma verdade

Esta é uma verdade de peso, que não vamos comentar. O secretário da Defesa dos EUA, Frank Carlucci (o conhecido Carlucci da CIA e da Embaixada em Lisboa) garantiu num discurso proferido nas vésperas da abertura da XIX Conferência do PCUS, que o programa de reformas em curso na URSS tem como principal objectivo tornar o sistema socialista soviético «mais eficaz» e «revitalizá-lo». Daí um apelo vigoroso: os EUA e os seus aliados devem «manter-se na defensiva». Carlucci lá sabe...

## Pé descalço

Agora que as eleições no clube leonino já terminaram é caso para dizer: a grande agremiação de Alvalade, se um dos candidatos em causa tivesse vencido, estaria a esta hora a transformar-se num clube privado, para meia dúzia de senhores bem. O relvado do estádio José Alvalade estaria a esta hora em transformação para dar origem a um luxuoso campo de golfe só para sócios de sangue azul; gradeamentos e seguranças à paisana estariam já instalados; os balneários dos atletas estariam a ser adaptados para dar origem a sumptuosos salões de chá e bridge. Tudo isto e mais alguma coisa porque um dos candidatos friamente derrotados desabafou em público dizendo que o Sporting Clube de Portugal não é o que ele afinal pensava e que não passa de um clube de «pés descalços» (sic.), onde se deu «um 25 de Abril». São palavras dum candidato derrotado. Sem espírito desportivo. Elitista. E reaccionário até às pontas das unhas. Que não são de leão... certamente.

## Metalurgia no Porto: à atenção de Cavaco

Que a vida em Portugal não é aquilo que Cavaco diz na TV é já ponto assente. E os exemplos abundam por aí,

# Pontos Cardeais

em todas as regiões, em todos os sectores. Do Porto, onde no último fim-semana decorreu um encontro do sector metalúrgico e metalomecânico promovido pela DORP do PCP, no CT da Boavista, vieram alguns elementos que caracterizaram a situação. Cavaco, não fuja e ouve: Em Abril de 1987, existiam 17 empresas com salários em atraso, envolvendo 3475 trabalhadores com uma dívida superior a 500 mil contos. Ao contrário do que é propagandeado pelo Governo não há uma melhoria nesta situação, pois é com o recurso ao desemprego, às rescisões de contratos, etc., que alguns números foram reduzidos. A diminuição real do emprego e os números oficiais não revelam toda a extensão da gravidade do problema. De 1984 a 1987 encerraram 32 empresas do sector no distrito e foram despedidos 1800 trabalhadores. Do mesmo modo é preocupante a evolução do número de rescisões. Não sendo possível quantificar tudo o que tem sido feito nesta área, refira-se a título de exemplo, que em 1987 em 12 empresas metalúrgicas foram gastos 120 mil contos com 241 trabalhadores. São particularmente afectados o ramo automóvel — UTIC e Baptista Russo —, a SEPSA

e a Siderurgia Nacional/Maia. Ao patronato tudo serve, desde as célebres rescisões da Equimetal, para facilitar o encerramento da empresa, até às mais recentes manobras na Ferfor em que «oferece» 500 contos por cada rescisão e um papel para o Fundo de Desemprego pagar três anos de salário mínimo a cada trabalhador. Centenas e centenas de trabalhadores, confrontados com a situação precária em que vivem abandonam as empresas, aceitando em muitos casos situações de exploração extremas, recorrendo ao trabalho à tarefa, no domicílio, com a extensão da exploração à própria família dos trabalhadores. A ausência de admissão de novos trabalhadores e a falta de renovação de mão-de-obra completam o quadro. Em toda esta situação é particularmente saliente e problema vivido pelos trabalhadores de quatro das maiores empresas do sector — a FACAR, MDF, EFI e FERUNI — que há cinco anos empregavam 3254 trabalhadores e hoje apenas 2158, que pelo estado desesperado a que chegaram viram-se confrontados na sua maioria com a necessidade de recorrer à lei 17/86, para poderem receber um subsídio equiparado ao do desemprego.

# Gazetilha

por Ignotus Sum

## Livra!

Diz-nos a RTP que é independente que com os do Governo não quer nada. Eu cá, na sombra de uma gargalhada, concordo plenamente.

Dia a dia os ministros aos montões mandões e bem vestidos vão ao telejornal. Lá vão, decerto, mas vão, coitados, muito aborrecidos. Telejornal leva-os à força. Eu cá, protesto!

Assim, à força, enfim, um dia até me levam lá a mim...

## O fundo dos fundos...

Fala-se dos milhões da CEE com incerta, misteriosa entoação. Pataca a mim... Pataca a ti... Isto é... enfim... não é verdade... a corrupção...

Credo!, que palavra tão feia! Não tem forma europeia diga-se mesmo: é um tanto assaloiada muito «cabo da Roca»... Há que empregar-se em troca outra mais fina, mais civilizada. Contemplo a palavra subsídio, por exemplo...

Corrupção? É muito forte, porque enfim, será tudo zum-zum. Pelo menos a mim não me coube nenhum...

## Quiquis e Cocós

Aconteceu assim no Coliseu com o Alberto João Jardim a fazer rir e a mandar vir.

Basto infeliz arrogante, talvez, ergueu a voz contra as Quiquis as Memés e as Cocós essas doces meninas colunáveis de tribos veneráveis, vulneráveis e governamentáveis...

Na fauna de Cavaco, vai-se a ver e há muito disso o que provoca, diz Jardim, um mau serviço à imagem do poder.

Lá se Memé ou se Cocó se chama menina tal ou tal que mais se nota não sei. Mas sei que não é raro o drama vestir-se de anedota...

## Os governamentáveis e os muletáveis

O Cavaco está, pois, determinado no mal que quer fazer mas esteja ele isolado e fica sem poder.

Sozinho, monolítico, não ditará antigas, feias modas — paráltico de cara à banda na cadeira de rodas que não anda.

Cavaco só se mexe na prova de estafeta se algum democrata de escabeche lhe servir de muleta

e tudo o mais é treta...

## ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

### JAGUAR





# TV **O Programa**

**Quinta**
**RTP1**

09.00 – Bom Dia  
10.00 – As Dez  
12.20 – Telenovela: «Selva de Pedra» (55.º epis.)  
13.00 – Jornal da Tarde  
13.30 – Série: «Ilha da Fantasia» (1.º epis.)  
15.55 – Brinca Brincando  
17.00 – Ponto Por Ponto  
18.00 – Estúdio 4  
19.30 – Telejornal  
20.05 – Boletim Meteorológico  
20.20 – Telenovela: «Roque Santeiro» (185.º epis.)  
21.10 – Primeiro Andamento: «Tempos de Música»  
21.40 – Telemundo  
22.15 – Série: «Contactos Íntimos»  
23.20 – 24 Horas  
23.55 – Remate.

**RTP2**

14.30 – Série: «Filhos e Filhas»  
14.55 – Série: «Joana» (repetição – 1.º epis.)  
15.45 – Série: «Quem Sai aos Seus...» (repetição – 1.º epis.)  
16.25 – Trinta Minutos Com...  
16.55 – Telenovela: «Imigrantes» (282.º epis.)  
17.40 – Série: «É Tudo Comédia»

17.55 – Série: «O Regresso de Antelope»  
18.20 – Série: «Equinócio»  
19.20 – Totally Live  
20.00 – Série: «O Fugitivo»  
20.50 – Cem Obras de Arte Portuguesa  
21.00 – Jornal das Nove  
21.30 – Montra de Livros  
21.35 – Ciência e Tecnologia  
22.10 – Série: «As Teias da Lei»



23.00 – Século XX: A luta pelos direitos civis nos EUA.

**Sexta**
**RTP1**

09.00 – Bom Dia  
10.00 – As Dez  
12.20 – Selva de Pedra  
13.00 – Jornal da Tarde  
13.30 – Série: «Derrick»  
14.30 – Série: «Missões de Paz»  
15.50 – Brinca Brincando  
17.00 – Ponto Por Ponto

18.00 – Estúdio 4  
19.30 – Telejornal  
20.05 – Boletim Meteorológico  
20.20 – Telenovela: «Roque Santeiro»  
21.30 – Festival de Bandas Militares  
23.30 – O Programa das Festas  
23.50 – 24 Horas  
00.40 – Remate  
00.55 – Pela Noite Dentro: «You Have Come a Long Way, Katie».

**RTP2**

14.30 – Série: «Filhos e Filhas»  
14.55 – Agora, Escolha!  
16.25 – Giramundo  
16.55 – Telenovela: «Imigrantes»  
17.40 – Série: «É Tudo Comédia»  
17.55 – Série  
18.20 – Série  
19.20 – Totally Live  
20.00 – Série: «O Fugitivo»  
20.50 – Cem Obras de Arte Portuguesa  
21.00 – Jornal das Nove  
21.30 – Montra de Livros



22.10 – Série: «Terra Vermelha»  
23.10 – Entre Barreiras  
23.35 – Troféu.

**Sábado**
**RTP1**

10.00 – Juventude e Família  
12.05 – Trânsito  
12.30 – Você Sabia Que...  
13.00 – Notícias  
13.10 – Série: «Os Fiscais»  
14.00 – Parlamento  
14.30 – Concurso: «Sobe e Desce» (ult. progr.)  
15.45 – Sessão da Tarde  
17.40 – Série: «Capitão Power»  
18.05 – Vivamúsica  
19.05 – Sete Filhas  
19.45 – Totoloto  
20.00 – Jornal de Sábado  
21.15 – Boletim Meteorológico  
21.25 – Série: «Uma Coisa do Outro Mundo»  
22.00 – Astor Piazzolla no Coliseu dos Recreios  
23.50 – Cinema da Meia-Noite: «Estradas no Inferno».

**RTP2**

10.00 – Compacto «Totally Live»  
13.05 – Compacto «Selva de Pedra»  
16.00 – Troféu  
20.00 – Music Box  
20.50 – Uma Boa Ideia



21.15 – Série: «Albert Schweitzer»  
22.10 – Concordo ou Talvez Não  
23.40 – O Som da Surpresa.

**Domingo**
**RTP1**

10.00 – Juventude e Família  
11.15 – Eucaristia Dominical  
12.05 – 70x7  
12.30 – TV Rural  
13.00 – Notícias  
13.10 – Um País de Floresta  
13.35 – Série: «O Director de Turma»  
14.00 – Série: «O Mundo da Natureza»  
14.55 – Primeira Matiné: «Ritmo no Coração»  
16.40 – Deixem Passar a Música (com Lena D'Água)  
17.30 – Filme Português  
19.00 – Série: «O Justiceiro»  
20.00 – Jornal de Domingo  
20.30 – Boletim Meteorológico



20.45 – Série: «Acasos da Guerra»  
21.50 – Variedades: «Fantástico 6»  
(II parte)  
23.00 – Domingo Desportivo.

**RTP2**

10.00 – Troféu  
12.30 – Novos Horizontes  
12.50 – Caminhos  
13.20 – Automobilismo: Grande Prémio de França de Fórmula 1

17.00 – Music Box  
18.00 – Série: «5.ª Dimensão»  
19.00 – Plano Bar  
20.00 – Série: «Quem Sai aos Seus...»  
20.25 – Artes e Letras: «Rodin»  
21.25 – Cineclube: «A Paixão de Joana D'Arc».

**Segunda**
**RTP1**

09.00 – Bom Dia  
10.00 – As Dez  
12.15 – Telenovela: «Selva de Pedra»  
13.00 – Jornal da Tarde  
13.30 – Série: «O Império de Carson»  
14.25 – Série: «Guimarães, Dia Um de Portugal»  
14.50 – Concerto: «Concurso Internacional Maria Callas-I»  
15.50 – Brinca Brincando  
17.00 – Ponto Por Ponto  
18.00 – Estúdio 4  
19.30 – Telejornal  
20.05 – Boletim Meteorológico  
20.15 – Telenovela: «Roque Santeiro»  
21.10 – Concurso: «Com Pés e Cabeça» (última sessão)  
23.00 – 24 Horas  
23.30 – Remate

**RTP2**

14.30 – Série: «Filhos e Filhas»  
15.00 – Agora, Escolha!  
16.30 – Trinta Minutos Com...  
17.00 – Telenovela: «Os Imigrantes»  
17.45 – Série: «É Tudo Comédia»  
18.00 – Série: «Um Amigo Especial»  
18.30 – Série: «Histórias Maravilhosas»  
19.30 – Totally Live  
20.00 – Série: «O Fugitivo»  
20.50 – Cem Obras de Arte Portuguesa  
21.00 – Jornal das Nove  
21.30 – Montra de Livros  
21.35 – Ballado: «A Viúva Alegre»

**Terça**
**RTP1**

09.00 – Bom Dia  
10.00 – As Dez  
12.15 – Telenovela: «Selva de Pedra»  
13.00 – Jornal da Tarde  
13.30 – Série: «Dallas»  
14.25 – Jogos Olímpicos  
14.50 – Série  
15.50 – Brinca Brincando  
17.00 – Ponto Por Ponto  
18.00 – Estúdio 4  
19.30 – Telejornal  
20.05 – Boletim Meteorológico  
20.15 – Vamos Jogar no Totobola  
20.50 – Telenovela: «Roque Santeiro»  
21.45 – Programa da Direcção de Informação

22.45 – Série: «Pulasky»  
23.50 – 24 Horas  
00.25 – Remate

**RTP2**

14.30 – Série: «Filhos e Filhas»  
15.00 – Dois Dedos de Conversa  
16.30 – Trinta Minutos Com...  
17.00 – Telenovela: «Os Imigrantes»  
17.45 – Série: «É Tudo Comédia»



18.00 – Série: «Histórias Fantásticas de Ray Bradbury»

18.30 – Music Box  
19.30 – Totally Live  
20.00 – Série: «O Fugitivo»  
20.50 – Cem Obras de Arte Portuguesa  
21.00 – Jornal das Nove  
21.30 – Montra de Livros  
21.35 – Série: «Lá em Casa Tudo Bem»  
22.00 – Cinemadois: «O Último Combate», real. Luc Besson (França/1983)

**Quarta**
**RTP1**

09.00 – Bom Dia  
10.00 – As Dez  
12.15 – Telenovela: «Selva de Pedra»  
13.00 – Jornal da Tarde  
13.30 – Série: «Fama»  
14.25 – A Criança e o Zoo  
15.50 – Brinca Brincando  
17.00 – Ponto Por Ponto  
18.00 – Estúdio 4  
19.30 – Telejornal  
20.05 – Boletim Meteorológico  
20.15 – Telenovela: «Roque Santeiro»  
21.10 – Lotação Esgotada: «Irma, La Douce», real. Billy Wilder, interpr. Shirley MacLaine, Jack Lemmon (EUA/1963)  
23.40 – 24 Horas  
00.10 – Remate

**RTP2**

14.30 – Série: «Filhos e Filhas»  
15.00 – Agora, Escolha!  
16.30 – Trinta Minutos Com...  
17.00 – Série: «Helena»  
17.45 – Série: «É Tudo Comédia»  
18.00 – Série: «A Viagem de Mimi»  
19.30 – Totally Live  
20.00 – Série: «O Fugitivo»  
20.50 – Cem Obras de Arte Portuguesa  
21.00 – Jornal das Nove  
21.30 – Montra de Livros  
21.35 – Série: «Joana»  
22.25 – Clube de Imprensa  
23.10 – Fantasia e Realidade

A noite seguinte...

Consequências biológicas e climáticas de uma guerra nuclear. Um alerta dos cientistas

Direcção de Evgueni Velikhov, vice-presidente da Academia das Ciências da URSS

Nunca será de mais sublinhar o impacte sensacional das conclusões de eminentes cientistas soviéticos baseadas nas suas investigações sobre os efeitos globais a longo prazo de uma guerra nuclear. Os seus resultados concordaram plenamente com os dados obtidos por cientistas americanos, embora tenham usado metodologias e programas de investigação diferentes. Destacados cientistas soviéticos e americanos apresentaram a sua sombria e perturbadora mensagem em conferências internacionais realizadas em Moscovo e Washington e num seminário na Academia Pontifícia de Ciências no Vaticano, em Janeiro de 1984.

A conclusão dos cientistas é clara e inequívoca: o emprego mesmo de uma pequena parte do arsenal nuclear que hoje existe no mundo resultaria numa «noite nuclear» e num «inverno nuclear» que acabariam por causar um desastre ecológico global sem precedentes. Tal «bomba atmosférica» significaria a extinção de tudo o que de vivo existe na Terra.

Este livro cobre as principais investigações sobre o assunto realizadas pelos cientistas soviéticos sob os auspícios da Comissão de Cientistas Soviéticos para a Defesa da Paz contra a Ameaça Nuclear.

Os destacados cientistas soviéticos que contribuíram para esta colectânea descrevem de maneira acessível, mas com um nível científico elevado, a essência dessas investigações vitais, que podem vir a tornar-se o ponto de viragem nesta insensata e extremamente perigosa corrida aos armamentos nucleares.

edições  
**Avante!**

# Teatro **O Cartaz**



• LISBOA

Casa dos Tabuenses, R. Poiais de S. Bento, 75-B. De 4.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. Lisboa Monumental, de Filho de Almeida, enc. Silvina Pereira, pelo Grupo Maizum.

Ritz Clube De 3.ª a Sáb. às 21.30, dom. às 16.00. O Baile,

adaptação e encenação de Hélder Costa, pelo Grupo A Barraca.

Teatro ABC, Parque Mayer. De 3.ª a sáb. às 20.30 e 22.45; dom. às 21.30; sáb. e dom. também às 16.00. Olha a Bolsa ó Zé, de César de Oliveira/H. Santana/Gonçalves Preto, enc. de Paulo César.

Teatro Aberto, Praça de Espanha. De 4.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. A Rua, de Jim Cartwright, enc. de João Lourenço, pelo Novo Grupo.

Teatro Ibérico, R. Xabregas. De 3.ª a sáb. às 21.30, com. às 17.00. Os Velhos Não Devem Namorar, de Alfonso Daniel Castellón, enc. Blanco Gil, pelo Teatro Ibérico.

Teatro Nacional D. Maria II, Rossio. Sala Garrett — De 3.ª a sáb. às 21.30; sáb. e dom. também às 16.00. O Fidalgo Aprendiz, de D. Francisco Manuel de Melo, enc. Varela Silva. Sala Gil Vicente De 3.ª a

sáb. às 21.45, dom. às 16.00. Crimes do Coração, de Beth Henley, enc. João Canijo, pela Comp. de Teatro Luzes.

Teatro da Nova, Universidade Nova. De 2.ª a sáb. às 21.45. Prometeu, enc. Carlos Fogaça.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo, 31-A. De 3.ª a dom. às 21.30, dom. também às 16.00. Criada para Todo o Serviço, enc. Armando Cortez.

• PORTO

Cooperativa do Povo Português, R. de Camões, 578. Antígona de Sófocles/Brecht, enc. de Júlio Cardoso, pela Selva Trupe.

TEP – Sala Estúdio, R. do Pinheiro. 5.ª, 6.ª, sáb. às 21.45, sáb. e dom. também às 16.00. Médico à Força, de Molière, enc. Roberto Merino.

• ALGÉS

1.º Acto – Clube de Teatro. 6.ª e sáb. às 21.30. Memórias de Guerra, textos de Ruzante e Brecht, enc. de Armando Caldas.

• ALMADA

Teatro Municipal de Almada, R. Conde Ferreira. Dona Rosinha Solteira, de Federico Garcia Lorca, enc. Joaquim Benite, diariamente às 21.30, sáb. e dom. Também às 16.00.

# Cinema A selecção

# Exposições

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
<b>A</b>	O Feitiço da Lua	★★★	—	★★	★★	★★
<b>B</b>	Império do Sol	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★	★★★★★
<b>C</b>	A Insustentável Leveza do Ser	—	★★★	—	★	★
<b>D</b>	Na Vigília da Noite	—	★★★	★★★	—	★★★★
<b>E</b>	O Último Imperador	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★

A — Real. Norman Jewison — S. Jorge/3 (15.00, 18.30, 21.30) — Lisboa  
 B — Real. Steven Spielberg — Alfa/1 (15.30, 18.30, 21.30, 00.30); Nimas (13.45, 16.15, 19.00, 21.30) — Lisboa.  
 C — Real. Philip Kaufman — Hollywood (14.30, 18.00, 21.30); Las Vegas (15.00, 18.15, 21.30); Londres (15.00, 18.15, 21.30) — Lisboa.  
 D — Real. Ridley Scott — Ávila (15.00, 17.00, 19.00, 21.45); Lisboa.  
 E — Real. Bernardo Bertolucci — Fonte Nova/1 (14.15, 17.45, 21.00); Lisboa..

Classificação de  
 ★★★★★★

• LISBOA

Álvaro Carneiro e Carlos Dutra — Escultura. Gal. Miron, R. do Mirante, 14-r/c. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (até 30/6).

Arquitectura Industrial — Fotografia. Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, 91 (até 30/6).

Arquitectura e Urbanismo — Trabalhos concorrentes ao Concurso de Ideias para a Renovação da Zona Ribeirinha de Lisboa. Estação Marítima de Alcântara, todos os dias das 14.00 às 19.00 (até 1/7).

Artur Bual — Pintura. Gal. Multiface, Centro Comercial Gemini. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 19.30, sáb. e dom.

das 13.00 às 20.00 (até 3/7).

Chargesheimer (RFA) — Fotografia. Instituto Alemão, Campo Mártires da Pátria, 17 (até 30/6).

Colectiva de Artes Plásticas, no 1.º aniversário da Galeria da Voz do Operário, Rua Voz do Operário, 13. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 19.00 e das 20.00 às 22.00 (até 2/7).

Colectiva de escultura (António Trindade, João Duarte, Virgílio Domingos). Salão do Centro de Trabalho Vitória do PCP, Av. da Liberdade. De 2.ª a 6.ª das 12.00 às 14.00 e das 17.00 às 22.00; sáb. das 10.00 às 17.00 (até 8/7).

Colectiva de pintura (Ilda Pombeiro, Rui da Rosa, Eduarda Coutinho). Artex, R. Nova do Almada, 87. De 2.ª a 6.ª das 9.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00, sáb. só de manhã até (9/7).

Colectiva de pintura (Leonel Moura, Cabrita Reis, Julião Sarmento, Fernando Calhau, Pedro Proença). Gal. Cómicos, R. Ten. Raul Cascais, 1-B. De 2.ª a 6.ª das 15.00 às 20.00 (até 30/7).

A Companhia Rey Colaço/Robles Montelro. — Museu Nacional do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3.ª a dom. das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00.

Filipe Rocha da Silva — Pintura. Espaço Poligrupo-Renascença, R. Ivens, 14. De 2.ª a 6.ª das 9.00 às 20.00, sáb. das 15.00 às 20.00.

Gonçalo Ruivo — Pintura. Loja do Desenho, R. Academia das Ciências, 2-B. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 19.30 (até 14/7).

Isabel Augusta — Pintura. Espaço Poligrupo-Renascença. De 2.ª a 6.ª das 9.00 às 20.00, sáb. das 15.00 às 19.00 (até 30/7).

Isabel Mendes Ferreira — Pintura. Gal. Interni, R. Rodrigo da Fonseca, 51. De 2.ª a 6.ª das 15.00 às 20.00; sáb. das 10.00 às 13.00 (até 30/6).

João Cutileiro — Escultura. Forum Picoas, Av. Fontes Pereira de Melo, 38 (Até 6/7).

João Moniz — Pintura. Loja de Desenho, R. Academia das Ciências, 2-B. De 3.ª a sáb. das 15.00 às 19.30 (até 16/7).

Jorge Dentinho — Pintura. Gal. A Janela Verde, R. do Olival, 9. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 20.00 (até 30/6).

Jorge Martins — Desenhos. Gal. de Exposições Temporárias da Gulbenkian. 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom. das 10.00 às 17.00; 4.ª e sáb. das 14.00 às 19.30.

Luis Caruncho — Pintura e gravura. Gal. 111, Campo Grande, 113.

Luis Lemos — Pintura. Clube 50, R. S. Mamede as Caldas, 9, 1.ª. De 3.ª a 6.ª, das 17.00 às 20.00, sáb. das 15.00 às 20.00 (até 20/7).

Margarida Dias — «Noites», fotografia. Biblioteca Nacional, Campo Grande. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 20.00, sáb. das 14.00 às 17.00 (até 30/6).

Maria Irene Ribeiro — Desenho e gravura. Atelier 15, R. Freitas Gazu, 24-D. De 2.ª a 6.ª das 18.00 às 21.00, sáb. das 15.00 às 19.00 (até 12/7).

Maria Tomás — Pintura e desenho. Gal. Diferença, R. S. Filipe Neri, 42. Das 15.00 às 20.00 (até 3/7).

Mário Rita — Desenho. Gal. S. Bento, R. Machadinho, 1. De 3.ª a sáb. das 11.00 às 13.00 e das 15.00 às 20.00, 2.ª das 15.00 às 20.00 (até 16/7).

Miguel Alarcão — Gravura. Coop. Gravura, Trav. do Sequeiro, 4-r/c. De 2.ª a 6.ª das 10.30 às 13.30 e das 15.00 às 19.00 (até 30/6).

Museu da Água de Manuel da Maia — Recinto dos Barbadinhos, Rua do Alviela (à Calçada dos Barbadinhos), n.º 12.

Nuno Siqueira — Pintura recente. Gal. S. Mamede, R. Escola Politécnica. De 2.ª a sáb. das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.30 (até 30/7).

O Ouro e a história pré-colombiana — Esculturas, joias, objectos de culto. Galeria das Exposições Temporárias do Museu Gulbenkian. 4.ª e sáb. das 14.00 às 19.30; 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom. das 10.00 às 17.00.

«Por Mar e Terra...» — Biblioteca Nacional, Campo Grande, 83. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 19.00, sáb. das 10.00 às 16.00 (até finais de Junho).

Vieira da Silva — Pintura (80 obras de várias colecções). Galeria de Exposições Temporárias da Gulbenkian. 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom. das 10.00 às 17.00; 4.ª e sáb. das 14.00 às 19.30.

• PORTO

Nadir Afonso — Pintura. Quadrado Azul, R. Costa Cabral, 777. De 2.ª a sáb. das 10.00 às 12.00 e das 15.00 às 22.00.

Niklas Shapinakis — Pintura e desenho. Gal. Zen, R. D. Manuel II, 246. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (até 18/7).

Patrícia Garrido — Pintura. Gal. Módulo, Av. Boavista, 854. Das 16.00 às 20.00 (até 30/7).

Paula Rego — Pintura (retrospectiva). Casa de Serralves, R. de Serralves, 997. De 3.ª a dom. das 15.00 às 19.00.

• OUTRAS LOCALIDADES

Rogério Ribeiro — Pintura 1957-1987. Gal. Municipal de Arte. Av. D. Nuno Álvares Pereira, 74-B. De 3.ª a dom. das 15.00 às 22.00 (até 17/7). ALMADA.

Alfredo Garcia Revuelta (Espanha) — Pintura e escultura. Centro Cultural de S. Lourenço. ALMANSIL.

António Lima Aguiar — Escultura em barro. Atrio da Câmara Municipal, das 9.00 às 23.00 (até 3/7). AMADORA.

Gil Teixeira Lopes — Pintura, desenho, escultura. Gal. da Universidade BRAGA.

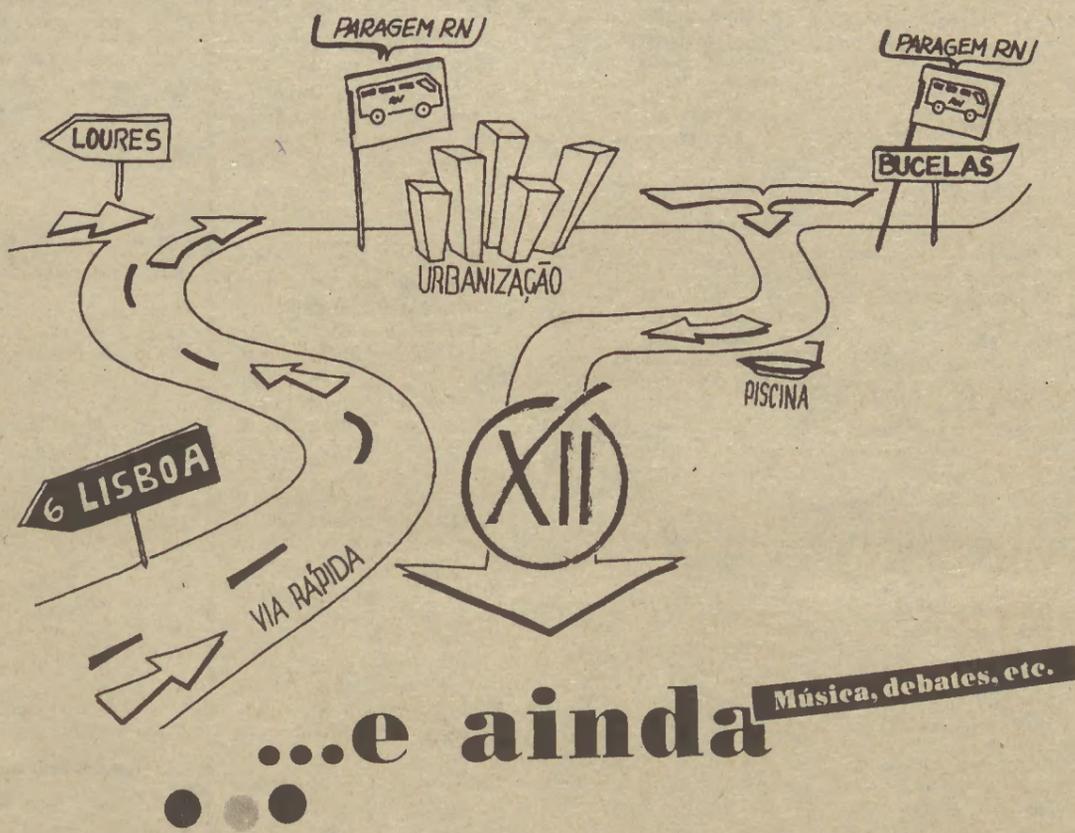
Gravuras da Colecção Gulbenkian — Exposição itinerante. Museu Machado de Castro (até 3/7). COIMBRA.

Luis Camacho — Pintura. Gal. de Colares, R. Fria, 2. 6.ª, sáb. e dom. das 14.30 às 19.30 (até 26/7). COLARES.

Aníbal Falcato Alves — Colagens. Galeria Municipal. ESTREMOZ.

«Na Fotografia, a Diferença» — Colectiva de fotografia. Museu Municipal/Casa do Adro. De 3.ª a 6.ª das 9.00 às 12.00 e das 14.00 às 17.00, sáb. e dom. das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.30 (até 11/7). LOURES.

Fernando Pinheiro — Pintura. Casa Museu Álvaro de Campos. De 3.ª a sáb. das 16.00 às 20.00. TAVIRA



XII festa  
 Avante!  
 LOURES 9-10-11  
 Setembro

**Festival vídeo**  
**Atenção, cineastas!**

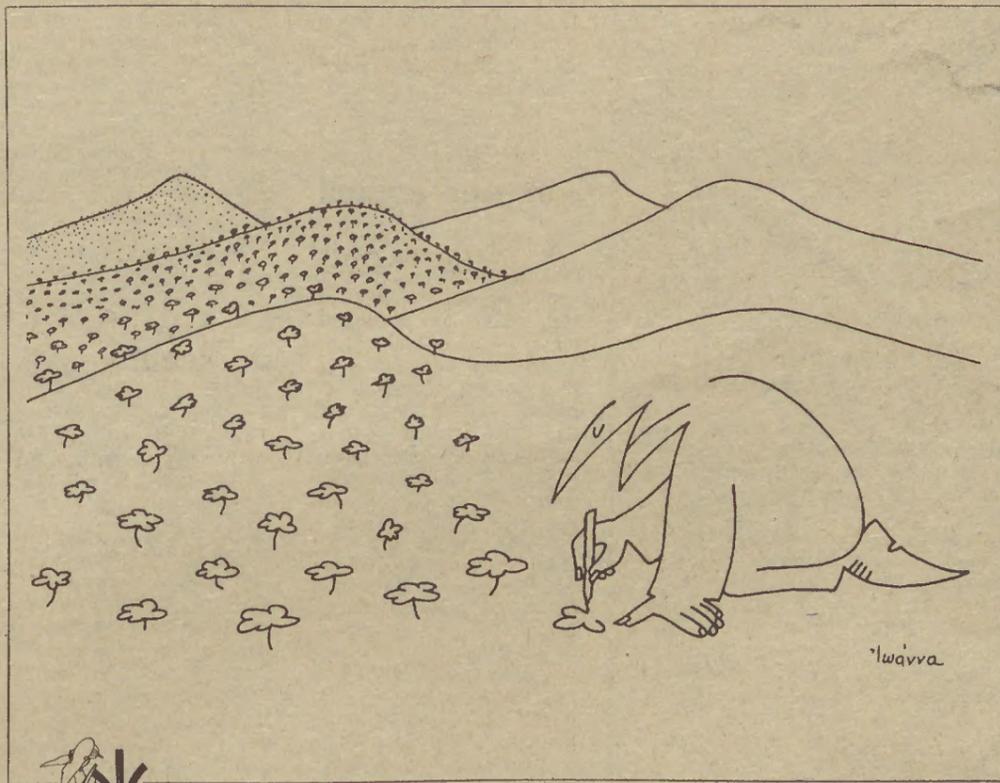
Um Festival de filmes em vídeo decorrerá ainda este ano em Loures, nos dias 9, 10 e 11 de Setembro.

Esta iniciativa, integrada pela primeira vez na Festa do Avante, admite a concurso filmes a cores ou a preto e branco, nos formatos Beta-max, VHS ou U-Matic, de tema livre, embora limitando ao número de três os trabalhos apresentados por cada concorrente.

As inscrições são gratuitas e os boletins de inscrição deverão ser solicitados até 30

de Julho, pessoalmente ou pelo correio, para «Festa do Avante, Av. António Serpa, 26, 2.ª-Esq. — 1100 Lisboa», ou ainda, para qualquer sede regional do PCP.

Os filmes concorrentes terão que ser entregues até 20 de Agosto no local onde o concorrente se inscreveu, ou na morada acima referida. Serão atribuídos prémios aos três melhores trabalhos apresentados, para além de que todos os filmes seleccionados serão exibidos durante o período da Festa.



## Tempo Fim de Semana



Céu geralmente pouco nublado, temporariamente muito nublado nas regiões do norte. Vento fraco ou moderado de noroeste. (Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

# a TV

## Chama-se a isto imoralidade

A mais sofisticada forma de matar é não deixar viver. A RTP pode não proibir a cobertura de determinado acontecimento — mas **encobre-o** pela forma como o cobre ou, pela forma como o cobre, o descobre.

Vejamos, entre muitos, um exemplo desta informação hipócrita.

Uma coisa é ouvir as pessoas a dizer, de viva voz; outra, muito diferente, é o locutor **off** dizer aquilo que as pessoas disseram, ou terão dito. As pessoas falam e o locutor de serviço traduz-nos (?) as suas palavras!

Na mesma emissão cobre-se uma acção de que a UGT participa. O microfone vai lá e apanha, em directo, as palavras do responsável.

A CGTP-IN, por sua vez, vem publicamente esclarecer um caso importante para a sociedade portuguesa. Os sindicalistas da central unitária, durante alguns segundos, expõem — quer dizer, mexem os lábios. De viva voz, nada escutámos. Escutámos apenas aquilo que o Telegiornal quis que escutássemos.

É mau? É o que pode ser? Critérios. Mas ao menos que o critério seja uniforme. Uns filhos e outros enteados, não pode ser. Chama-se a isto imoralidade.

## Venha o debate!

O assunto que levou a CGTP à comunicação pública era, nem mais nem menos, o imposto único. Com mil demónios, a gente quer saber como e porquê nos metem a mão ao bolso. Se o governo nos assalta, em que é que se distingue do marginal que, em plena luz do dia, nos leva os anéis (quem os tem, é claro) o relógio ou a carteira?

Calma. Posso estar a exorbitar. Não sou técnico de contas públicas. Posso estar a meter o pé na argola.

Certamente, no segundo canal, houve um pequeno, amável, sorridente debate entre dois economistas: os doutores Medina Carreira e Oliveira Costa (parece-me que é assim, desculpe se não) secretário do Tesouro, ou coisa parecida.

O secretário meteu os pés pelas mãos, iludiu muitas questões, defendeu-se doutras desculpando-se com os computadores. Como se os computadores não computassem **apenas** conforme os dados e os ângulos que lhes fornecem! Depois, despejou prosa a torto e a direito, face à passividade da moderação. Medina Carreira acusou-o de ter utilizado 80 por cento do debate. Claro, quem parte e reparte, etc., etc.

Ora a conferência de imprensa da CGTP era exactamente sobre este assunto, sobre o qual, conforme a imprensa relata, se disseram coisas bem graves.

Há pois, divergências. O governo de Cavaco diz que é bom, mas há vozes responsáveis que apontam para a calamidade, para a mentira, para a manipulação indevida.

Ora bem. O que se exige é uma discussão — ou muitas formas alargadas de discussão pública. A TV poderá ser, aí, um espaço privilegiado.

Venham elas. Venha o debate. Quem não deve, não teme. E como a RTP não aceita ingerências políticas, pois então não se importe com a vontade governamental e avance com a iniciativa.

Ou então, ao lado do imposto único já existe o partido único?...

## A desertificação na informação

Então, **Jornal de Sábado** lembrou-se que a desertificação avança no Alentejo...

Ninguém poderá dizer que se trate propriamente de uma caixa. Se a RTP estivesse minimamente interessada no assunto, saberia que o perigo foi denunciado em sucessivas conferências da Reforma Agrária. Mas a informação na RTP anda muito distraída. Compreende-se, coitados, eles passam imenso tempo com coisas mais importantes, como por exemplo andar atrás dos ministros. Só no **Jornal de Sábado** em questão, passaram por lá o Cavaco, o Cadilhe, o Couto e Santos, o imensamente telejornável Durão Barroso, fora os amigos e os compadres...

Da reportagem poder-se-ia concluir que a Reforma Agrária era a grande culpada da desertificação. Decerto, dizia-se que ela se devia à «mão do homem», quando melhor se diria «às mãos de certos homens»...

Pessoalmente, posso testemunhar que em 1976 estive numa UCP onde a desertificação avançava porque os agrários, para poderem meter tractores, mandaram arrancar todas as árvores. Havia já longas manchas de solo careca e a UCP tomava medidas apropriadas para, dentro de alguns anos, proceder à sua recuperação.

Pormenor caricato: informava-se, na dita reportagem, que o governo dispunha de 80 mil contos para, em cinco anos, eliminar os riscos de desertificação.

Oitenta mil contos, em cinco anos? Estão a gozar com o pagode, ou quê?...

■ **Ulisses**

# Síntese semanal da IMPRENSA

## Imposto único — mais injustiça social

A proposta governamental sobre as tabelas dos novos impostos sobre o rendimento de pessoas singulares (IRS) e colectivas (IRC) foi aprovada na generalidade na AR, mais uma vez apenas com os votos favoráveis do partido do Governo. A injustiça fiscal, que agrava, penalizando os pobres e favorecendo os ricos como é sempre de esperar da parte de tais autores, foi no entanto insistentemente denunciada pelo PCP, pelos outros partidos da oposição e pela imprensa, insistindo esta no debate público. Um debate que só a CGTP acabaria por promover mas que importa continuar, não permitindo que a reforma fiscal» adormeça no sossego das quatro paredes da comissão parlamentar onde está agora em discussão «na especialidade».

## Sacrificar os que trabalham

• «A reforma fiscal, concebida com propósitos de justiça social, parece destinada a sacrificar ainda mais quantos trabalham e produzem riqueza para a comunidade. É isso, pelo menos, o que nos garantem os especialistas em fiscalidade, contrariando os responsáveis pelo teor da legislação proposta ao Parlamento. Para um sistema que se habituou a penalizar os que efectivamente contribuem para o crescimento nacional, enquanto as actividades paralelas funcionam impunemente e conseguem fugir obviamente ao fisco, não é de estranhar a opção que se está a tomar ao arpejo dos verdadeiros critérios da justiça social.»

«Acontece que o Governo quis aproximar as taxas de tributação às que são praticadas nos países comunitários e outros, como se por cá os níveis dos ordenados tivessem alguma coisa a ver com os praticados nessas sociedades.»

(«O Século», 23 Jun.)

## Reforma adiada

• «Este Governo poderia vir a ser creditado pela coragem política de realizar uma Reforma Fiscal sucessivamente adiada e ganhar a popularidade resultante de, através dela, espalhar um pouco mais de justiça pela sociedade portuguesa. Todas as análises da proposta que está no Parlamento levam a considerar que, para além de algumas simplificações técnicas, a introdução do imposto único prolongará os efeitos e as iniquidades do sistema vigente. Dir-se-á que vamos perder uma oportunidade, perder tempo.»

E a oportunidade era a de arrumar e limpar a máquina do Estado e, de caminho, melhorar o grau de justiça social através de uma melhor redistribuição dos rendimentos e estabelecer relações mais saudáveis e francas com os cidadãos.

O debate sobre essa arrumação que a questão do regime fiscal suscita deveria até preceder a votação da revisão constitucional, porque é da definição de um modelo de Estado que se trata. Que é que os cidadãos esperam e querem do Estado? A resposta a esta pergunta tem estreitamente a ver com o nível e a distribuição das despesas estatais,

porque é para lhe fazer face, ao fim e ao cabo, que se cobram os impostos.

Os impostos deixaram há muito de ser suficientes para cobrir as despesas do Estado e daí o seu progressivo endividamento e a necessidade de encontrar mais receitas para cobrir os encargos dessa dívida.

Não é fácil operar um desagravamento fiscal e o mais previsível é até um progressivo agravamento, se não se programar uma nova filosofia orçamental, em que se caminha para uma desaceleração das despesas públicas.

Um contribuinte colaborante e consciencioso tem de ser esclarecido, tem de saber em que vão ser aplicados os impostos que paga ao Estado, tem de estar minimamente de acordo com essa aplicação. E não só. Deve estar seguro de que o sistema é justo, de que todos pagam segundo as suas possibilidades, de que todos contribuem para o bolo comum e não apenas alguns e aqueles que menos podem.

É isso que não acontece e é isso que a proposta Reforma Fiscal não parece querer corrigir. Não há sinais de que venham a ser colectados justamente os grandes rendimentos e há sinais de que os rendimentos de trabalho continuarão a ser o principal objecto da colecta.»

(«Diário Popular», 24 Jun.)

## «A pior do século»

• «Um especialista cuja opinião é geralmente escutada com respeito, em questões de fiscalidade, veio a público, esta semana, declarar que a «reforma fiscal» em discussão na Assembleia da República será, se aprovada, a «pior do século». Um respeitado professor de Direito não sentiu necessidade de mascarar as palavras para afirmar que a proposta do Governo que prevê o silenciamento das chamadas rádios livres é «materialmente inconstitucional» e «negaria ao Estado «a conduta decorosa que impõe aos seus súbditos». Por seu turno, comentando a legislação laboral que o Governo fez aprovar no Parlamento, mas não conseguiu fazer passar pelo crivo do Tribunal Constitucional, um bispo acusou o Executivo de não se conformar com as encíclicas papais, nem sequer com as posições do Episcopado português.»

(«O Jornal», 24 Jun.)

## CGTP denuncia

• «A CGTP acusou a proposta do Governo «de não desagravar a injustiça fiscal, veiculada sobretudo pelos impostos indirectos, que representam 70 por cento das receitas fiscais no nosso país, e de penalizar os rendimentos do trabalho». Segundo a CGTP, os impostos directos que incidem sobre os rendimentos do trabalho aumentaram, nos últimos 12 anos, 59 por cento, enquanto as receitas fiscais do capital aumentaram apenas 15 por cento.

A Intersindical recorda, num estudo em que analisa a proposta do Governo, um debate nacional que promoveu para debater o imposto, no qual se exigia «um desagravamento significativo dos rendimentos do trabalho, os mais lesados pela injustiça fiscal, o combate eficaz à evasão e à fraude, a eliminação dos múltiplos benefícios e isenções fiscais, que favorecem fundamentalmente os ganhos do capital».

O estudo sublinha que a proposta governamental não determina qualquer desagravamento fiscal significativo para os rendimentos do trabalho, a não ser em relação aos muitos altos rendimentos e, quanto aos ganhos do capital, o desagravamento é tanto maior quanto maior for o rendimento, que prejudicará as pequenas e médias empresas. A determinado ponto do estudo afirma-se que a introdução do imposto de rendimento colectivo irá desagravar apenas em dois pontos percentuais uma pequena empresa, enquanto uma grande empresa com uma taxa colectável de mais de 7 mil contos verá a taxa de IRC diminuir cerca de 13 pontos percentuais.

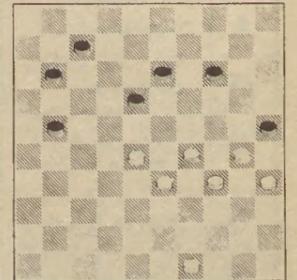
Em relação ao imposto único (IRS) a CGTP apresenta exemplos de duas famílias com rendimentos colectáveis anuais de 450 e 900 contos, que, segundo a proposta do Governo, ficarão a pagar o mesmo imposto, depois de dividido por dois o rendimento colectável, no segundo caso.

Outra situação que serviu de exemplo ao estudo da CGTP foi a de duas famílias com rendimento tributável depois das deduções de 845 contos, trabalhando numa os dois membros do casal e na outra apenas um dos membros. Aplicado o imposto único a este caso, a primeira família pagará 16 por cento de imposto (dividindo o rendimento por dois) e a segunda cerca de 18 por cento, ficado por tanto penalizada por uma maior carga fiscal (prejudicando a família com um dos cônjuges desempregado).»

(«Diário Popular», 25 Jun.)

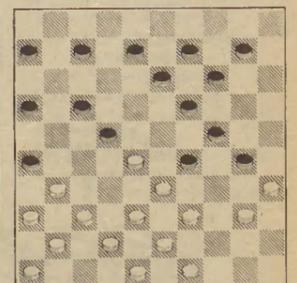
## Damas

CLX — 30 de Junho de 1988  
Proposição N.º 160  
Por: Rene Fergous  
— Palaiseau (F), 1963  
Pr.: [7]: 6-11-13-14-18-21-25



Br.: [7]: 28-29-30-33-34-35-49  
As Brancas jogam e ganham (Forcing)

Golpe N.º 160  
Por: M. Vambre  
— Montargis (F), 1977  
Pr.: [15]: 6-7-8-9-10-13-14-16-17-19-22-24-26-29-30



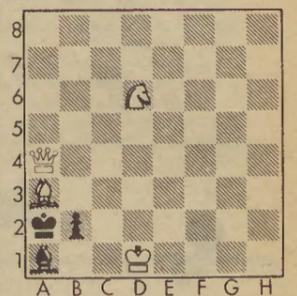
Br.: [15]: 28-31-33-35-36-37-38-39-40-41-42-43-46-48-49  
Jogam as Brancas e ganham

Soluções do N.º CLX  
Forcing N.º 160 (R.F.): 28-23 (7-12 \*) [Forcing]; 23-19 (14x23\*); 33-28 (23x32); 29-23 (18x40); 35x44 (25x34); 44-39 (34x43); 49x9+  
Golpe N.º 160 (M.V.): 28-23 (29x18) A; 33-28 (22x44); 43-39 (44x33); 38x20 (14x25); 35x24 (19x30); 40-34 (30x39); 37-32 (26x28); 48-43 (39x37); 41x5 B+ A — Se: (19x28); 31-27... B+

A. de M.M.

## Xadrez

CLX — 30 de Junho de 1988  
Proposição n.º 160  
Por: A.N. Lebedeff  
«La Stratégie», 1934  
Pr.: [3]: Pb2-Ra2



Br.: [4]: Cd6-Ba3-Da4-Rd1

Mate em dois lances

jogo n.º 160  
Buenos Aires, Janeiro/1988  
Br.: L. Bronstein  
PR.: Reides  
1. é4, é6; 2. d4, d5; 3. Cç3, Cf6; 4. Bg5, Bè7; 5. é5, Cd7; 6. h4, a6; 7. Dg4, B: g5; 8. h: g5, ç5; 9. g6, f5; 10. Df4, h6; 11. Cf3, Cç6; 12. 0-0-0, 0-0; 13. Rb1, C:d4, 14. C:d4, c:d4; 15. D:d4, Db6; 16. C: d5, é:d5; 17. D: d5+, Rh8; 18. é6, Cf6; 19. é7, Te8; 20. Df7, f4; 21. T: h6+, g:h6; 22. g7+ e as brancas ganham.

Solução do n.º 160  
Chave: 1. Cb5! (Ameaça: 2. Cç3+)  
1. .... b1=D, TaB; 2. Bçl+  
1. .... b1+C; 2. Dç4++

A. de M.M.